

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

**ILHA SOLTEIRA E PROJETO CINTURÃO VERDE:  
HISTÓRIA E CONTRADIÇÕES**

FRANCA –SP  
2004

NEI OLIVEIRA DE MENDONÇA

**ILHA SOLTEIRA E PROJETO CINTURÃO VERDE:  
HISTÓRIA E CONTRADIÇÕES**

Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Franca – como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, no programa de Pós-graduação em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social, Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Serviço Social, Mundo do Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Ubaldo Silveira

FRANCA  
2004

Mendonça, Nei Oliveira de

Ilha Solteira e Projeto Cinturão Verde : história e contradições / Nei Oliveira de Mendonça. –Franca: UNESP, 2004

Dissertação – Mestrado – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP – Franca.

1. Ilha Solteira (SP) – História. 2. Projeto Cinturão Verde – Assentamento rural.

CDD – 333.00981

TERMO DE APROVAÇÃO

NEI OLIVEIRA DE MENDONÇA

**ILHA SOLTEIRA E PROJETO CINTURÃO VERDE:  
HISTÓRIA E CONTRADIÇÕES**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Ubaldo Silveira

---

Departamento de Serviço Social – UNESP

Examinador \_\_\_\_\_

Examinador \_\_\_\_\_

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta dissertação aos agricultores do Projeto Cinturão Verde e aos colegas da CESP - Companhia Energética de São Paulo - que comigo trabalharam, acreditando que realmente estavam contribuindo para a emancipação de Ilha solteira e o bem estar social das famílias do núcleo urbano e do Cinturão Verde.

## **AGRADECIMENTOS**

À esposa Sandra e à filha Maíra que, com muito amor e carinho, me incentivaram permanentemente, com gestos, palavras, toques sutis e até com o silêncio. Esse apoio foi o alimento que me sustentou nessa jornada.

Ao Prof. Dr. Ubaldo Silveira, orientador, que com muita generosidade me fez confiante. Tal exemplo de profissional e de pessoa humana é o que me leva ainda a acreditar no melhor.

À Professora, Cleuza Maria Pieroni, que com toda simplicidade e competência revisou esta Dissertação.

A todos os colegas que cursaram o mestrado comigo, às professoras e professores doutores, meus espelhos, com muita competência e didática, me mostraram que posso ampliar meus horizontes em todos os aspectos. São pessoas especiais e co-responsáveis por esta dissertação.

A todos que direta ou indiretamente colaboraram na execução da presente pesquisa.

## EPÍGRAFE

“A questão que se coloca é que um grande projeto como Ilha Solteira, possivelmente, teria outras características se a implantação se desse em regime democrático, só que isto não ocorreu, uma vez que ela se efetivou em um período totalitário, caracterizado por cerceamento da liberdade de pensamento e organização. Os sindicatos de trabalhadores atuaram de forma inexpressiva e os conflitos trabalhistas foram pouco freqüentes, porque o regime facultava, de uma parte, total liberdade de ação ao elemento que comandava o grande projeto, fosse ele o proprietário, o consultor ou o empreiteiro e, de outra parte, nenhuma liberdade de ação aos trabalhadores.

Nem mesmo as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes puderam ser constituídas na época, porque o interesse dos controladores do grande projeto era acelerar as obras a qualquer preço, até mesmo à custa de acidentes de trabalho, cujo número parece ter sido expressivo, levando em conta a precariedade das condições de trabalho, especialmente nas atividades da empreiteira. O desenvolvimentismo totalitário expressou-se, aqui, na condição desumana de trabalho dos barrageiros, submetidos a extensas jornadas e desprovidos de condições mínimas de segurança, revelando uma face oposta àquela exibida através de supostos milagres, expressos em superação de metas de produção e encurtamento de cronogramas.” (FROELICH, 2001, P. 112)

## RESUMO

Esta dissertação foi realizada visando demonstrar como foi o processo de implantação da cidade de Ilha Solteira, da Usina hidrelétrica e do Projeto de Assentamento Cinturão Verde. A construção da cidade e da Usina Hidrelétrica se deu no período militar, compreendendo o período do chamado “milagre brasileiro”. Naquela época, tanto na vida urbana como na rural, havia uma grande repressão contra qualquer pensamento que fosse contra o regime da época. Nesse período, da ditadura militar, no governo de João Figueiredo, segundo Ubaldo Silveira, no livro *Reforma Agrária: A esperança dos “Sem Terra”, “Os conflitos por terras se ampliaram, a violência no campo se acentuou, a expulsão dos trabalhadores rurais, em diversas áreas do país, seguiu ritmo acentuado[...]*” (SILVEIRA, 2003, p. 42). Tentamos resgatar aqui um pouco da história e também levantar algumas contradições no processo de construção, emancipação do município de Ilha Solteira (capítulo 1) e instalação do Cinturão Verde (capítulo 2). Este se refere à destinação das terras remanescentes dos canteiros de obras da construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, as quais foram utilizadas para a implantação do assentamento rural Cinturão Verde (lotes de 5,0 ha – 7,5 ha – 10,0 ha) em 1984, objetivando contribuir para a emancipação da cidade, e ao mesmo tempo dando uma destinação social para as terras, procurando assentar famílias da região, de baixa renda, comprovadamente com tradição agrícola, pelo menos teoricamente. As contradições, na condução de todo o processo (após 1984) até a efetiva implantação, com evidente rejeição por parte da comunidade de Ilha Solteira, se fazem presentes até hoje. São setenta e seis (76) lotes ocupados pelos agricultores, atualmente com água, eletricidade e estradas. O município de Ilha Solteira, no todo, é constituído de grandes propriedades, voltadas para exportação. O Cinturão Verde constitui no único pólo agrícola de abastecimento de produtos diversificados para o jovem município. Diante do exposto, não fica difícil entender, as dificuldades que esse assentamento encontra até hoje para se viabilizar completamente, pois não existe uma política de sustentação à Reforma Agrária, ou seja, a realidade atual, em relação à estrutura fundiária, não é muito diferente daquela citada acima (1979 – 1985). O que verificamos no Cinturão Verde de positivo foi o relativo sucesso em função do trabalho realizado pelos técnicos da CESP, pela Associação dos Agricultores, pela prefeitura em projetos sociais, pelo apoio da UNESP e por uma parcela de agricultores que mantém uma relação especial com a terra. Portanto, o tema deste estudo, história e contradições de Ilha Solteira e Cinturão Verde, realmente está caracterizado nesses dois segmentos, cidade e assentamento agrícola Cinturão Verde, sem deixar de lado alguns aspectos da construção da usina. Os três itens estão ligados

umbilicalmente, dado a relação que existe entre a cidade, a usina e as terras remanescentes da obra, onde foi instalado o Projeto Cinturão Verde.

Palavras-chave: Ilha Solteira (SP); História; Projeto Cinturão Verde; Assentamento rural.

## RESUMEN

Esta exposición fué realizada para demostrar el proceso de implantación de la ciudad Ilha Solteira, la Hidroeléctrica y el proyecto de asentamiento del Cinturón Verde. La construcción de la ciudad y de la Hidroeléctrica fué realizado en el período del gobierno militar época en fue llamada de “Milagro Brasileño”. En esta misma época havia una dura represión tanto en la vida urbana como en la rural a cualquier tipo de pensamiento contrario al régimen del momento. En este período de la dictadura militar bajo el gobierno de João Figueiredo, según Ubaldo Silveira en su libro de la reforma agraria: *La Esperanza de los “SIN TIERRA”*. *Los conflictos se ampliaron, la violencia en el campo se acentuó, la expulsión de trabajadores rurales del campo por todo el país se desenvolvía a un ritmo acelerado (...)* (SILVEIRA, 2003, pg.42). Tratamos aquí de rescatar un poco de la historia y de algunas contradicciones en el proceso de la construcción y emancipación del município Ilha Solteira (capítulo 1). La instalación del Cinturón Verde (capítulo 2); éste se refiere al destino de las tierras remanecientes de las instalaciones utilizadas en la construcción de la Hidroeléctrica de Ilha Solteira, las mismas que fueron utilizadas para implantar el proyecto rural Cinturón Verde (lotes de 5,0 ha- 7,5 ha-10,0 ha) en 1984 con el objetivo de ayudar a la emancipación de la ciudad y al mismo tiempo, dar un destino social a estas tierras, estableciendo familias lugareñas con baja renta y con conocimiento por lo menos teórico de agricultura. Las contradicciones en todo este proceso (después de 1984) hasta el final de su implantación se llevó a cabo con evidente rechazo por una parte de la comunidad de Ilha Solteira, que hasta hoy demuestran su insatisfacción. Son 76 (setenta y seis) lotes ocupados por agricultores que tienen, agua potable, luz eléctrica y carreteras. El município de Ilha Solteira está compuesto por grandes propiedades que trabajan exclusivamente para exportación. El Cinturón Verde es el único proveedor agrícola con productos diversificados para este nuevo município. Mediante lo expuesto no es difícil de entender las dificultades que este asentamiento encuentra hasta hoy, pues no existe una política de sustentación a la reforma agraria actual en relación a la estructura fundiária, que no es muy diferente de la citada anteriormente (1979 – 1985) Lo que verificamos positivamente en el Cinturón Verde es el suceso del trabajo realizado por los técnicos de la CESP, por la Asociación, por la municipalidad en proyectos sociales, por el apoyo de la UNESP y por una parte de los agricultores que tienen un interés especial por la tierra. Por lo tanto el estudio de este tema, historia y contradicciones de Ilha Solteira y el Cinturón Verde, está realmente caracterizado en estos dos segmentos: ciudad y asentamiento agrícola Cinturón Verde, sin dejar de lado algunos aspectos de la construcción de la

Hidroeléctrica. Los tres puntos están unidos umbilicalmente debido a la relación que existe entre la ciudad, la hidroeléctrica y las tierras remanecientes de la obra dónde fue instalado el proyecto Cinturón Verde.

Palabras-clave: Ilha Solteira (SP); Historia; Proyecto Cinturón Verde; Asentamiento Rural

## SIGLAS E ABREVIATURAS

AAI	Administração de Ilha Solteira
AAIS	Administração de Ilha Solteira
ABCE	Associação Brasileira das Concessionárias de Energia Elétrica
AEIS	Administração Especial de Ilha Solteira
API	Administração de Ilha Solteira
BANESPA	Banco do Estado de São Paulo
BELSA	Bandeirantes de Eletricidade S/A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAIS	Clube Atlético de Ilha Solteira
CAT	Centro de Aprendizado e Treinamento
CIT	Centro de Iniciação ao Trabalho
CBE	Companhia Brasileira de Energia
CBE	Companhia Brasileira de Energia
CEASA	Centrais de Abastecimento de Alimentos
CELUSA	Centrais Elétricas de Urubupungá
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CHERP	Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo
CIBPU	Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai
COMEP	Companhia de Melhoramentos do Paraibuna
COTRAU	Cooperativa dos Trabalhadores de Urubupungá
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia
DAEE	Departamento de Água e Energia Elétrica
DOC	Divisão de Desenvolvimento e Organização da Comunidade
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
ELETOBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S/A
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
FURNAS	Centrais Elétrica de Furnas
FUVEST	Fundação Universitária Para o Vestibular
GIE	Grupo Industrio Eletro Meccaniche Per Impianti All'Estero

ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
ISA	Ilha Solteira
NE	Nordeste
PECs	Projetos comunitários
REFESA	Rede Ferroviária Federal S/A
SE	Sudeste
SEIS	Sociedade Esportiva de Ilha Solteira
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEU	Sociedade Esportiva Urubupungá
SUS	Serviço Unificado de Saúde
TENENGE	Técnica Nacional de Engenharia S/A
USELPA	Usinas Elétricas do Paranapanema
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 - ILHA SOLTEIRA .....</b>	<b>18</b>
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO .....	19
1.2 A CIDADE DE ILHA SOLTEIRA - CONSTRUÇÃO .....	28
1.3 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE ILHA SOLTEIRA .....	36
1.4 SOCIEDADE.....	39
1.5 ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA CIDADE .....	42
1.6 EDUCAÇÃO E CULTURA .....	45
1.7 UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” .....	49
1.8 CENTRO DE TREINAMENTO DE ILHA SOLTEIRA.....	50
1.9 SAÚDE .....	51
1.10 PREVENÇÃO E SEGURANÇA .....	53
1.11 OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS .....	54
1.12 SERVIÇOS COMUNITÁRIOS.....	55
1.13 SERVIÇO ADMINISTRATIVO .....	57
1.14 SERVIÇO SOCIAL .....	58
1.15 EMPRESAS E CONSTRUÇÃO DA USINA DE ILHA SOLTEIRA .....	61
<b>CAPÍTULO 2 - PROJETO CINTURÃO VERDE.....</b>	<b>69</b>
2.1 HISTÓRICO – IMPLANTAÇÃO - PERSPECTIVAS .....	70
2.2 LOCALIZAÇÃO .....	76
2.3 DIVISÃO TERRITORIAL DA ÁREA .....	76
2.4 INFRA – ESTRUTURAS.....	77
2.5 ASPECTOS FÍSICO/CLIMÁTICO .....	78
2.6 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA/ TÉCNICO /SOCIAL/CULTURAL /PATRIMONIAL .....	82
2.6.1 ATIVIDADES ECONÔMICAS .....	82
2.6.2 ASSISTÊNCIA TÉCNICA .....	83
2.6.3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOCULTURAL .....	84
2.6.4 GRUPOS SOCIAIS .....	85
2.6.5 BENS PATRIMONIAIS.....	86
2.7 REORGANIZAÇÃO ESPACIAL E USO .....	87
2.7.1 COMPOSIÇÃO E OCUPAÇÃO DA ÁREA .....	88
2.8 HISTÓRICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO PROJETO CINTURÃO VERDE .....	89
2.9 OCUPAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS LOTES INDIVIDUALIZADOS DO PROJETO CINTURÃO VERDE .....	90
2.10 IDENTIFICAÇÃO, PRIORIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS .....	96
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>107</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>126</b>

## INTRODUÇÃO

Vivemos uma dependência cultural terrivelmente castrante [...] e, que esta é fruto de uma submissão ainda maior, que é de índole econômica [...] onde se desenvolve a acomodação e o conservadorismo. Estes se expressam pela falta de criatividade, pelo apoio ao estabelecido (TRIVINOS, 1990, p. 16).

Para que haja um claro entendimento do objeto desta dissertação, optamos por narrar no capítulo 1 o processo de implantação da cidade e Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, e capítulo 2, o Projeto Cinturão Verde, na seqüência, da forma que se coloca as fontes consultadas, (Principalmente na ótica da CESP – Companhia Energética de São Paulo), para que o leitor tenha uma visão geral de tudo que foi realizado e qual era a intenção da época, período da ditadura militar, até chegarmos nas considerações finais.

Explicamos que o Projeto Cinturão Verde é um assentamento rural, com 76 famílias, implantado pela CESP – Companhia Energética de São Paulo, ocupando terras remanescentes do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica. Este empreendimento foi mais uma medida tomada pela empresa visando a emancipação da cidade de Ilha Solteira.

A nossa proposição é resgatar fatos da construção do núcleo urbano, da Usina hidrelétrica e implantação do Cinturão Verde. De 1984 a 1992 trabalhamos diretamente no Projeto Cinturão Verde, pela CESP - Companhia Energética de São Paulo, e após esse período, apesar de não residirmos em Ilha Solteira, acompanhamos a evolução do processo de emancipação da cidade, bem como do Cinturão Verde, por meio de visitas e informações dos colegas que lá ficaram.

Analisamos o desenrolar dos fatos até os dias de hoje e encontramos uma realidade já diferenciada, ou seja, uma realidade de melhoria urbana, social e econômica, porém ainda com estereótipos antigos. Visamos também demonstrar as contradições e os conflitos ocorridos em função de interesses existentes, os quais permanecem e se avolumam dentro do processo de emancipação e crescimento urbano de Ilha Solteira, e afetam diretamente as famílias assentadas (Cinturão Verde) em seu entorno.

Nosso objeto de estudo para ser delimitado foi muito difícil, pois se trata de aspectos velados de indução individual e coletiva, em cascata, de venda de parte ou de lotes inteiros, da presença de “laranjas”<sup>1</sup>, rejeição coletiva e outros elementos subjetivos, não quantificáveis à primeira mão, quase invisíveis pela sociedade. Enfim, é o estudo sobre um processo de “entropia” permitida e, pelo tempo já transcorrido, pode-se dizer incentivado. Tudo em nome de um pseudodesenvolvimento.

Este trabalho objetiva, também, oferecer subsídios à comunidade acadêmica e à sociedade em geral. Constitui-se em um acervo de informações importantes que não são facilmente encontradas, agrupadas como aqui estão, baseadas na realidade social e econômica de Ilha Solteira e Cinturão Verde. Longe de querer esgotar o assunto, estamos abrindo espaço para discussões e debates sobre as potencialidades do município e Projeto Cinturão Verde, este localizado dentro do Município de Ilha Solteira, uma cidade emancipada, transformada e que caminha a passos largos para uma efetiva auto-determinação, já ocupando uma posição de destaque no cenário regional e estadual, reconhecida nacionalmente, principalmente em função da sua posição geográfica estratégica e sua vocação para a agropecuária, turismo e lazer.

---

<sup>1</sup> Conforme Novo Dicionário Aurélio significa também pessoa ingênua, simples ou sem importância. Além dessa definição formal, também se usa informalmente essa palavra para designar pessoas que negociam dizendo que é para si, mas na realidade estão a mando de outros que não têm interesse em se mostrar.

Adotamos alguns procedimentos e cuidados na realização desta pesquisa, em consonância com alguns autores já conhecidos na área da metodologia científica. Dentre outros, procuramos nortear nosso trabalho, seguindo, principalmente, os parâmetros metodológicos do livro “Pesquisa Social: Teoria método e criatividade (1997), de Maria Cecília de Souza Minayo (org)”, apesar de utilizarmos outras referências de apoio, como “Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio (1999) de Maria Lúcia Martinelli”, “Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais (1990) de Augusto N. S. Triviños”, “Metodologia do Trabalho Científico (2000) de Antonio Joaquim Severino”, “Elaboração e Divulgação do Trabalho Científico (1993) de Antonia Terezinha Marcantonio, Martha Maria dos Santos e Neide Lehfeld”, e outros.

Coletamos dados referentes à cidade e ao Projeto Cinturão Verde. Ambos citados em todas as entrevistas, pois são praticamente indissociáveis, onde termina um começa o outro. Esta pesquisa parte do princípio, conforme Minayo (1997, p. 52), de que o [...] *questionamento é que nos permite ultrapassar a simples descoberta para, através da criatividade, produzir conhecimento* [...] Esses questionamentos não são aleatórios, mas resultados de observações desde o início da implantação do assentamento. Primeiramente realizamos uma pesquisa bibliográfica exploratória sobre o tema em questão, principalmente dentro da própria empresa, e, concomitantemente, uma pesquisa de campo, através da qual levantamos e analisamos dados, das interações interfamiliares dos sujeitos a serem estudados, buscando a todo o momento a essência das informações e dos fatos. Além das visitas locais, orientadas por leituras e reflexões teóricas, fizemos um reconhecimento e cadastramento detalhado das famílias e diagnóstico da situação social individual e coletiva do assentamento cinturão verde.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humana e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 1983, p. 44).

Além de todos os contatos realizados com as pessoas em geral, fizemos entrevistas por gravador com seis pessoas idôneas, das quais selecionamos e transcrevemos duas. Aplicamos também questionários, com perguntas abertas, apresentados no capítulo 2.11, para umas dez pessoas, e adotamos o mesmo procedimento, selecionando quatro sujeitos, que praticamente sintetiza o pensamento geral.

As respostas dos entrevistados demonstram que em todo o processo de emancipação da cidade e implantação do Cinturão Verde (1984 – 2004) existem argumentações que ora enaltece ora deprecia o Cinturão Verde. Entretanto, todos reconhecem que não houve um investimento necessário, um empenho efetivo dos órgãos públicos, para se atingir a meta do desenvolvimento esperado. Após 20 anos, alguns entendem que não há mais discriminação, no entanto, muitos agricultores afirmam que são discriminados como pessoas, e que também seus produtos não são valorizados pelo mercado local.

O contato com os entrevistados aconteceu com relativa facilidade, dado ao relacionamento construído durante o tempo em que ali estivemos, de 1984 a 1992.

Enfim, empregamos também algumas formas de abordagem técnica sugeridas pelo livro citado, ou seja:

A entrevista e a observação participante: As entrevistas semi-estruturadas (entrevista com perguntas previamente formuladas ou livres), discussão de grupo (uma ou mais sessões com grupos de 6 a 12 componentes) e história de vida (completa ou tópica), que retrata todo o conjunto da experiência vivida ou focaliza uma etapa respectivamente (MINAYO, 1997, p. 57, 58 e 59).

As reuniões e entrevistas (autorizadas pelos sujeitos) ocorreram em ambientes espaciais familiares (residências), e coletivos (Associação, Centro Comunitário, clubes, etc.) com os pais, filhos e agregados no Assentamento Cinturão Verde.

Adotamos a técnica da *observação participante* (MINAYO, 1997, p. 59), que se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, o observador, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas.

Em primeiro lugar, devemos buscar uma aproximação com as pessoas da área selecionada para o estudo. Essa aproximação pode ser facilitada através do conhecimento de moradores ou daqueles que mantêm sólidos laços de intercâmbio com os sujeitos a serem estudados (MINAYO, 1997, p. 54 -55).

Portanto, esta pesquisa tem uma abordagem essencialmente qualitativa, pois lidamos com fatos subjetivos, de natureza social, de rejeição, de aceitação, de auto-estima. Porém, eventualmente, utilizamo-nos também de dados quantitativos, tendo por objetivo demonstrar a “realidade material”, que são o patrimônio físico e as terras onde estão situados o nosso objeto, que se compõem de dois nomes, mas totalmente interligados.

Inicialmente imaginávamos desenvolver um estudo somente sobre o assentamento Cinturão Verde, depois optamos por incluir também a cidade. São duas realidades num corpo só. Por isso é um resgate histórico e ao mesmo tempo um levantamento, não de todas, mas de algumas contradições importantes do município de Ilha Solteira, onde está incluso o Cinturão Verde.

## **CAPÍTULO 1 - ILHA SOLTEIRA**

## 1.1 Contexto Histórico

A cidade de Ilha Solteira foi construída para abrigar os trabalhadores da “Usina de Ilha Solteira”. Durante muitos anos foi uma cidade-acampamento. Com o tempo foi criando uma economia própria, expansão do comércio, turismo, etc.

No entorno da cidade existia uma grande área, aproximadamente 1000 ha de terras totalmente inaproveitadas e que geravam custos altos de manutenção. Com a perspectiva de emancipação da cidade, a CESP resolveu, por bem, dar uma destinação produtiva e social a essas áreas, criando então o Projeto Cinturão Verde, um projeto contestado na época por uma parcela da população, que se julgava com direitos, e que não concordava com a vinda de pessoas de outras regiões para aquela localidade.

Esclarecemos que na descrição que se segue até as considerações finais, eventualmente, alguns pontos em *itálico* mostram como os paradoxos aconteciam - mesmo antes da instalação do Cinturão Verde (1984), no início da construção do núcleo urbano de Ilha Solteira para recebimento dos trabalhadores - tendo em vista a hierarquização existente, e julgada por todos como necessária à construção da obra que o Estado se propunha naquele período em que o exército de reserva (desempregados) nacional era enorme e a mão-de-obra era intensamente explorada. Então, nessa ótica, tudo era válido, se o objetivo era o desenvolvimento. Bastava oferecer trabalho, mesmo que segregados, em guetos, confinados.

De acordo com Karl Marx, “O Trabalho Alienado” citado por Paulo de Salles Oliveira (organizador)

O operário põe sua vida no objeto, a partir de então, porém, esta não mais lhe pertence, ela pertence ao objeto. Por conseguinte, quanto maior é sua atividade mais o operário fica sem objeto; este não corresponde ao produto de seu trabalho. Logo, quanto maior é este produto menos ele é ele próprio [...] O cúmulo dessa escravidão é que somente sua condição de operário permite-lhe conservar-se ainda na qualidade de sujeito físico; e que é somente como sujeito físico que ele consegue ser operário. (OLIVEIRA (org), 2001, p. 153).

A partir da metade do século XX, o Brasil necessitava, mais do que nunca, de adequadas condições infra-estruturais para que pudesse continuar a crescer industrialmente. A baixa oferta de energia elétrica, decorrente de uma capacidade geradora deficiente e de longas estiagens, provocou uma grave crise no abastecimento de eletricidade, o que resultou no racionamento do ano de 1950, adotado em âmbito federal, e nos outros racionamentos que se seguiram.

Para encobrir seu objetivo estritamente monetário e financeiro, o desenvolvimentismo apresenta-se como construtor de “obras” de grande amplitude social, como a Usina de Ilha Solteira. O autoritarismo, por seu turno, esconde o despotismo sob o manto da autoridade (FROELICH, 2001, p. 17).

As companhias concessionárias de serviços de energia elétrica então existentes não acompanhavam o ritmo de crescimento que outros setores da economia paulista já apresentavam na época. No Estado de São Paulo, o setor elétrico estava ligado à ISP – Inspeção de Serviços Públicos, a qual foi extinta e substituída em dezembro de 1951 pelo DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica.

Em 1953, o Governo do Estado de São Paulo encomendou a uma firma de consultoria, a CBE – Companhia Brasileira de Energia, um estudo a respeito da possibilidade de eletrificação do Estado. Em meados de 1956, o resultado desse trabalho foi apresentado nos oito volumes do Plano de Eletrificação do Estado de São Paulo. Este Plano, em conjunto com as pesquisas realizadas pelo DAEE e por organismos federais, subsidiou a política seguida pelo governo paulista no campo da energia elétrica.

Esta política inclui a criação de companhias de energia com a participação majoritária do Estado de São Paulo para atender à demanda de eletricidade necessária à crescente industrialização.

Estas empresas foram:

USELPA

Usinas Elétricas do Paranapanema. Criada pela Lei Estadual nº 2.174, de 23 de julho de 1953, para aproveitamento hidrelétrico do rio Paranapanema.

CHERP

Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo, criada pela Lei Estadual nº 3.010, de 27 de maio de 1955. A partir de 1960 explorou também trechos do rio Tietê.

CELUSA

Centrais Elétricas do Urubupungá S/A, criada em 3 de janeiro de 1986.

BELSA

Bandeirantes de Eletricidade S/A, constituída em maio de 1982, a partir da Companhia Sanjoanense de Eletricidade e posteriormente de outras empresas.

COMEPA

Companhia de Melhoramentos do Paraibuna, empresa municipal criada em 30 de novembro de 1963. A lei municipal que a criou já previa sua transferência para o Governo do Estado de São Paulo.

A grande potencialidade hidrelétrica da Bacia do rio Paraná e sua proximidade em relação à região de maior desenvolvimento econômico do país favoreciam seu aproveitamento para a geração de eletricidade em larga escala.

Os estudos sobre o aproveitamento do potencial hidráulico do Salto de Urubupungá, no rio Paraná, foram elaborados pela CIBPU – Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai, autarquia criada em 1952, que contava com a participação dos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Em janeiro de 1955, a CIBPU encomendou à Società Edilson, de Milão, estudos iniciais a respeito das quedas de Urubupungá, até que em 1960, a empresa italiana apresentou um projeto propondo a construção das Usinas Jupuí e Ilha Solteira.

A CIBPU deu origem à CELUSA – Centrais Elétricas de Urubupungá S/A, constituída em janeiro de 1961, que em junho do mesmo ano foi autorizada a funcionar como empresa de energia elétrica, através do Decreto Federal nº 51.805.

Em fins de 1961 a CELUSA incentivou a formação, por parte de cinco antigos consultores da CHERP, de uma firma projetista, a THEMAG Engenharia Ltda, que executou o detalhamento do projeto da Usina Jupuí, atual Usina Engenheiro Souza Dias. A empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A venceu a concorrência para a execução das obras civis e iniciou a construção em maio de 1962. A TENENGE – Técnica Nacional de Engenharia S/A foi encarregada da montagem eletromecânica. Estas três empresas encarregadas de Jupuí posteriormente assumiriam as mesmas responsabilidades em Ilha Solteira.

O Complexo Hidrelétrico de Urubupungá, atualmente Complexo Francisco Lima de Souza Dias Filho, com cerca de 4.600.000 kW, inclui as Usinas Jupuí, hoje Engenheiro Souza Dias, com 1.400.000 kw, e Ilha Solteira, com 3.230.000 kw. Aproveitando uma série de saltos nos rios Paraná e Tietê, o conjunto de Urubupungá constituiu-se, na época de sua construção, no maior complexo hidrelétrico do Hemisfério Sul. A área diretamente influenciada pelo complexo abrange um círculo de raio superior a 600 quilômetros, com cerca de um milhão de quilômetros quadrados, que em 1973, no ano de início de operação da Usina de Ilha Solteira, abrigava aproximadamente a metade da população do país. Nesta época, esta região era responsável por setenta por cento da atividade econômica do país, setenta por cento da produção industrial e mais de quarenta por cento da produção agropecuária. Esta área era

então responsável por setenta por cento dos impostos arrecadados no Brasil e por oitenta por cento da demanda nacional de energia elétrica.<sup>2</sup>

A Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias, antiga Jupiá, está localizada no rio Paraná a cerca de um quilômetro a montante da ponte ferroviária Francisco de Sá, da então Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, hoje integrante da REFESA – Rede Ferroviária Federal S/A, nos Municípios de Castilho (SP) e Três Lagoas (MS) próxima da cidade de Andradina (SP).

Em dezembro de 1966, a CELUSA foi integrada à CESP, então Centrais Elétricas de São Paulo S/A, que continuou a construção de Jupiá, umas das principais hidrelétricas brasileiras por ultrapassar um milhão de quilowatts.

Jupiá iniciou a operação de seu primeiro gerador em 14 de abril de 1969 e suas obras foram concluídas em 30 de junho de 1974, quando entrou em operação o último grupo gerador. Sua barragem é do tipo terra/concreto, com 5.600 metros de comprimento. O reservatório formado pelos rios Paraná, Tietê e Sucuriú, com 330 quilômetros quadrados, atingiu os municípios de Castilho, Pereira Barreto e Itapura, no Estado de São Paulo, bem como o Município de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul. O Salto de Itapura, no Baixo Tietê, a Usina Elétrica Itapura, situada na margem esquerda do rio Tietê, a jusante do salto, na divisa de São Paulo e Mato Grosso do Sul e a cidade de Itapura foram inundados. Uma nova cidade de Itapura foi construída nas imediações.

A pequena Usina Itapura, inundada pelo reservatório de Jupiá, foi desmontada antes da inundação, pois havia interesse em utilizar seus equipamentos na construção da Usina Jupiá, já que vários deles já haviam sido projetados e construídos no local da obra da nova usina.

A desmontagem de Itapura foi providencial, pois forneceu equipamentos que foram utilizados em uma série de adaptações.

---

<sup>2</sup> CESP – Ilha Solteira, Engenharia. São Paulo, 1973. p. 60

Localizada a noroeste do Estado de São Paulo, na divisa com o atual Estado de Mato Grosso do Sul, a região de Jupiá caracterizava-se então pela agropecuária extensiva, muitos latifúndios e grande distância dos centros urbanos mais significativos e baixa densidade demográfica. Como consequência do tipo de colonização desenvolvida no território paulista, as regiões circunvizinhas aos grandes rios continuaram despovoadas e sem recursos até a implantação das hidrelétricas. A construção de Usinas de grande porte, em uma região carente do apoio dos grandes centros urbanos, exigia a edificação de alojamentos de solteiros, de vilas operárias e de instalações para a residência dos operadores das máquinas, construções estas que dariam sustentação às obras em curso. A experiência do conjunto de Urubupungá, atual Complexo Francisco Lima de Souza Dias Filho, constituiu-se, de um lado, em um dos marcos da tecnologia de construção de grandes usinas hidrelétricas, e, de outro, em um material inédito a respeito da convivência da implantação de vilas operárias provisórias ou permanentes como apoio a obras de tal envergadura.

Tais construções mereceram vários estudos referentes às condições socioeconômicas da região, ao tipo de mão-de-obra disponível e à rede urbana encontrada. As soluções adotadas em Jupiá e em Ilha Solteira foram diferenciadas, pois em Jupiá optou-se para residência da população que construiria a usina, por um núcleo urbano de caráter transitório, a Vila Piloto de Jupiá, cujo equipamento comunitário era complementado pela rede urbana da região, enquanto que em Ilha Solteira foi construída a cidade com o mesmo nome, planejada para persistir como núcleo urbano permanente.

Administrativamente, a Vila Piloto de Jupiá configurou-se como um núcleo fechado, cujos mecanismos de controle por parte da CESP caracterizavam uma atuação do tipo paternalista. A Vila estava localizada no atual Estado de Mato Grosso do Sul, a dois quilômetros do canteiro de obras da Usina de Jupiá e a três quilômetros do perímetro urbano de Três Lagoas. Sua construção obedeceu a um traçado radiocêntrico, descrevendo a Avenida

Perimetral uma circunferência de 984 metros de diâmetro, com uma área urbana de 76 hectares.

As edificações eram de madeiras, com pilares de alvenaria e telhas cerâmicas produzidas na região. Os trabalhos de construção foram iniciados em 1961 e a Vila foi concluída em dezembro de 1962, quando contava com 800 famílias e aproximadamente 1000 operários solteiros, somando 4.324 habitantes. Em 1968 chegou a abrigar 2.345 famílias, o que correspondia à cerca de 11.000 pessoas, mais algo como 4.000 trabalhadores solteiros, totalizando uma população de 15.000 habitantes.

A partir de 1969, iniciou-se a desmobilização da Vila Piloto de Jupuíá. Grande Parte de sua mão-de-obra foi absorvida pela construção da hidrelétrica de Ilha Solteira, a qual se consistiu em uma continuação de Jupuíá, não só quanto à mão-de-obra como também em relação a muitos aspectos técnicos. Gradativamente a população transferiu-se para o núcleo urbano de Ilha Solteira, até a remoção de todas as construções da Vila Piloto de Jupuíá.

Nas margens do reservatório de Jupuíá, em território do Estado de São Paulo, foi construída a Vila dos Operadores de Jupuíá, onde foram alojados os trabalhadores responsáveis pela operação da usina, em casas de alvenaria, contando com clube, ambulatório, escola e um hotel.

A Usina de Ilha Solteira, segunda etapa do Complexo Urubupungá, constituiu-se em um dos maiores empreendimentos hidrelétricos da época. Quando foi iniciada sua operação, em 1973, era considerada a sexta maior hidrelétrica do mundo. Situada no rio Paraná, com 3.230.000 W de potência final, começou a ser construída em maio de 1965. O início oficial das obras deu-se em 3 de abril de 1966, com a presença do presidente da República Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco e de alguns de seus ministros.

Na construção da Usina de Ilha Solteira, foram enfrentados inúmeros problemas operacionais e tecnológicos, tanto em função das dimensões da obra quanto do ineditismo que ela representava para o Brasil em termos de construção de usinas hidrelétricas.

A Usina de Ilha Solteira localiza-se nos Municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS), sendo que seu primeiro grupo gerador entrou em operação em 18 de julho de 1973 e o último em 28 de dezembro de 1978. Seu reservatório possui uma área de 1.231 quilômetros quadrados, com um volume total de 21 bilhões e 166 milhões de metros cúbicos, o que equivale a 5 ou 6 vezes a Baía da Guanabara. Sua barragem, do tipo terra/concreto, mede 6.160 metros de comprimento.

A região próxima de Ilha Solteira apresentava uma rede urbana desfavorável, porque as cidades são muito distantes entre si e se situavam em municípios caracterizados pela cultura de cereais e pela pecuária extensiva. Além disso, estavam distanciados dos centros urbanos significativos, com grandes propriedades, acentuada concentração de renda e pequeno mercado de trabalho. A maior parte da população era bastante pobre, residindo em cidades pequenas desprovidas de mão-de-obra especializada necessária à realização do empreendimento hidroenergético que a CESP se propunha a construir.

Estas condições levaram a Empresa a decidir-se pela edificação de um núcleo urbano de caráter permanente, solução que permitiria transmitir à região os melhoramentos realizados durante a obra. A favor dessa posição foram colocados os seguintes argumentos:

- a) A Empresa despenderia uma verba semelhante à que teria que empregar na construção do núcleo provisório:
- b) os resultados dos investimentos seriam ampliados, diminuindo-se o custo social da obra;
- c) impedir-se-ia a progressiva destruição do núcleo e de todas as facilidades que este trouxera à região.

A área, hoje ocupada pelo núcleo urbano antes de ser município, foi desapropriada e passou a pertencer então à CESP.<sup>3</sup>

O núcleo urbano de Ilha Solteira localizava-se no Município de Pereira Barreto (SP), no Distrito de Bela Floresta<sup>4</sup>, e seu projeto permitia a instalação da iniciativa privada – comércio e serviços – o que resultou no aparecimento de uma população independente da Companhia dentro dos limites da cidade.

A administração do núcleo urbano e os serviços públicos ficaram sob a responsabilidade da CESP, em regime de Administração Especial, atribuído pelo Governo do Estado de São Paulo, através de um decreto datado de 03 de fevereiro de 1969. Estava assim criada a AEIS – Administração Especial de Ilha Solteira, com a competência necessária ao estabelecimento unilateral da disciplina, regulamentação e demais atividades de caráter geral inerentes à vida comunitária, atuando dentro dos limites da jurisdição da cidade.

A construção do núcleo urbano de Ilha Solteira iniciou-se em 1967, tendo atingido em 1971 sua população máxima estimada em aproximadamente 32.000 habitantes. Em 1973, sua população era de cerca de 26.000 habitantes, devido ao decréscimo provocado pelo término da obra principal.

Ilha Solteira conta hoje com uma área urbanizada de cerca de 420 hectares, dispondo de todos os serviços públicos, rede de água, esgotos, galeria de águas pluviais, energia elétrica domiciliar, hospital, escolas e clubes. Quase que totalmente asfaltada. A população atual é cerca de 26.000 habitantes, que ocupam aproximadamente 5.300 residências.

---

<sup>3</sup> segundo a carta de adjudicação de 9/3/1968, conforme autos da ação de desapropriação nº 135/64 do 2º ofício de Pereira Barreto, transcrita sob o nº 7875 do livro 3-f, folha 35, em 11/03/1968, do Cartório de Registro de Imóveis de Pereira Barreto.

<sup>4</sup> Pela resolução nº 1, de 29/12/1971, O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo determinou que a “sede do Distrito de Bela Floresta, do município de Pereira Barreto, fica transferida para a Vila de Ilha Solteira, no mesmo município e dentro das divisas do mencionado distrito”. CESP. Distrito de Ilha Solteira – Pesquisa sócio-econômica, Ilha Solteira, CESP, 1980.

Em 1976, a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, instala o Campus de Ilha Solteira, que oferece atualmente os Cursos de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Agronomia.

Esta medida estava incluída entre uma série de outras que foram tomadas com a intenção deliberada de prolongar a utilização da cidade e fixá-la definitivamente, tais como a alocação de cerca de 1.500 casas para abrigar famílias de trabalhadores das obras da Usina Água Vermelha, atual Usina José Ermírio de Moraes, no Rio Grande, construída em 1973 e 1979, bem como a implantação do Centro de Treinamento Técnico da CESP, em 1978, e a destinação de aproximadamente 1.300 residências para o abrigo dos trabalhadores das obras da Usina Três Irmãos e do Canal Pereira Barreto, ambos localizados próximos à Ilha Solteira, cuja construção foi iniciada em meados de 1980.

O passo inicial para a efetivação da autonomia da cidade foi dado em 1980, com o cadastramento e a colocação à venda dos imóveis do núcleo urbano no mercado imobiliário. Ilha Solteira inicia então o processo de assumir sua própria identidade, com seu espaço urbano sendo transformado em função das diferentes atividades de seus moradores.

## 1.2 A cidade de Ilha Solteira – Construção

No Brasil moderno pós-64, conjugam-se, como a mão e a luva, as exigências de inserção em nova ordem econômica mundial que se desenha e as necessidades internas de um Estado autoritário. A integração dos transportes e das comunicações, rapidamente modernizados, necessária à visão panóptica do território, é igualmente, condição material para a difusão de atividades industriais [...] O processo de concentração da economia é vigoroso e rápido [...] (SANTOS, 1994, P. 99)

No dia 15 de outubro de 1968, os primeiros trabalhadores que iriam construir a Usina Hidrelétrica Ilha Solteira ocuparam suas casas no núcleo residencial construído de acordo com o planejamento que previa uma cidade cuja população ficasse em torno de 35.000

habitantes, residindo em cerca de 6.000 casas, além das instalações comunitárias. O núcleo já estava provido então de um completo sistema de infra-estruturas sanitária, elétrica e de comunicações. As obras de terraplanagem haviam sido iniciadas em 1966 e a construção do núcleo urbano em 1967, mas a cidade era ainda um acampamento em construção, com *máquinas trabalhando dia e noite* quando seus primeiros moradores chegavam.

Em março de 1970, no entanto, a cidade, contando com 20.568 habitantes, mudara totalmente de aspecto, com áreas urbanizadas, 78 estabelecimentos comerciais e vários estabelecimentos de ensino com 6.157 alunos matriculados, adquirindo o aspecto de uma cidade habitada. À medida que as casas continuavam a ser construídas em ritmo acelerado, o equipamento comum era ampliado, as ruas e calçadas recebiam acabamento, o asfalto e a iluminação chegavam e a cidade perdia por completo a semelhança com um grande canteiro de obras.

O plano fora elaborado levando em conta a opção da Empresa por um núcleo permanente e prevendo todas as funções que deveriam ser desempenhadas pela cidade. Seu planejamento físico deu-lhe a forma de um violão, sendo seu perímetro urbano traçado por uma Avenida Perimetral que serve ao tráfego rápido. A Avenida Central nasce no anel rodoviário que liga a estrada de Jupiá à de Pereira Barreto e Santa Fé do Sul. Uma série de alamedas transversais estabelece a ligação entre a Avenida Central e a Perimetral. O esquema de vias principais de circulação delimita as áreas de zoneamento segundo suas funções. Uma extensa área transversal destinada ao equipamento social divide a cidade em duas alas, a Norte e a Sul, ladeadas por uma larga avenida de pista dupla que constitui o eixo do conjunto, em cujo centro se ergue a caixa d'água, com 33 metros de altura e elegantes linhas arquitetônicas, ao redor da qual se localiza o prédio da Administração, o Centro Cultural, o Ginásio, as Escolas Técnicas, a Igreja, o Hotel, a Telefônica, o Correio e o Cartório. Ao longo da Avenida Central, simetricamente, tanto na zona norte como na zona sul, distribuem-se as

áreas destinadas ao comércio, ao mercado, às feiras livres, aos grupos escolares, bancos e hotéis.

Ao longo do eixo transversal que corta a Avenida Central localizavam-se os alojamentos da população solteira, que contavam com instalações esportivas e refeitórios. Em uma das extremidades do eixo localiza-se o conjunto hospitalar e, na outra extremidade, a continuação do equipamento sócio-recreativo constituído por clubes, centro esportivo e área para parques de diversões ou circos.

A zona habitacional formada por quadras simétricas, compostas por casas do mesmo nível, obedecia ao critério que agrupava a população em seis níveis de categoria profissional.

A categorização a que os funcionários da CESP e das empreiteiras estavam sujeitos era a seguinte: *ao nível 1* pertenciam os operários não especializados, ajudantes, serventes, vigias e zeladores; *ao nível 2* englobavam funcionários que exerciam as profissões manuais especializadas, carpinteiros, encanadores, bombeiro-mecânicos, feitores, pedreiros, mecânicos, operadores de máquinas, pintores, soldadores; *ao nível 3* compreendiam os auxiliares administrativos, chefes de turma, encarregados, mestres de obras, montadores, fiscais, laboratoristas; *ao nível 4* correspondiam aos assistentes técnicos, auxiliares de enfermagem, auxiliares de serviço social, desenhistas, projetistas, encarregados de operação, de manutenção, inspetores de segurança, inspetores sanitários, professores de ensino primário; *ao nível 5* englobavam o pessoal técnico-administrativo ou pessoal em cargo de chefia, agrimensores, professores de ensino técnico; *ao nível 6* estavam os encarregados de nível universitário de todas as profissões liberais, médicos, engenheiros, arquitetos, economistas, assistentes sociais, professores de ensino médio, orientadores educacionais, orientadores pedagógicos.

A cada um desses níveis correspondia um tipo de casa, sendo que o nível 6 permitia uma variação de casas, 6-1 e 6-2, conforme demonstram as plantas das casas de Ilha Solteira.

Os tipos de casas diferiam um do outro não apenas na extensão do terreno e tamanho da área construída, como também nas melhorias internas que apresentavam.

A maior parte das casas eram de níveis 1 e 2 – 2.532 unidades em setembro de 1970. As casas níveis 3 e 4 nessa mesma época era 1.224, quando havia apenas 267 casas níveis 5 e 6. Essa tendência permanece e, em 1973, Ilha Solteira possuía 5.144 residências, sendo 3.264 de níveis 1 e 2, 1.536 de níveis 3 e 4 e 344 de níveis 5 e 6.<sup>5</sup>

De acordo com o Relatório de Atividades da Administração do Núcleo Urbano de Ilha Solteira, de janeiro a abril de 1988, havia em Ilha Solteira 5.556 construções, sendo 5.329 prédios residenciais, dos quais 3.804 foram vendidos pela CESP a particulares, havendo 520 disponíveis para venda.

As quadras de casas de nível 1 a 4 são constituídas por *casas geminadas, sistema adotado para reduzir os custos de produção, mas que é até hoje criticado pela população*. As casas agrupadas em quadras foram distribuídas pela cidade de modo a *evitar uma segregação* muito grande entre as zonas residenciais, isto é, as quadras com casas tipo 1 e 2 foram situadas ao lado das casas tipo 4 e as do tipo 3 perto das de tipo 5 e 6.

A cidade inteira obedece a uma estrutura urbanística derivada da necessidade de seguir um padrão arquitetônico único. O conceito linear e retilíneo e a falta de variedade nos materiais de construção empregados dão à cidade um caráter bastante uniforme e até um tanto monótono. Ilha Solteira é também compacta, com poucos espaços livres entre as habitações. O custo elevado de implantação e manutenção da infra-estrutura levou à procura de soluções de concentração elevada: a densidade urbana líquida é de 220 a 250 habitantes por hectare e a máxima de 300 habitantes por hectare.

---

<sup>5</sup> CESP. Ilha Solteira, ano 2. SP, CESP, 1970, p. 47

Além das casas, serviam de moradia aos funcionários os Alojamentos, onde eram instalados os solteiros ou casados que residissem sem família em Ilha Solteira. Esses alojamentos foram muito importantes até o final da obra, quando chegaram a alojar 1/3 da população total da cidade, como em março de 1970, por exemplo, quando a população residente em alojamentos era de 7.515 pessoas, para um total de 20.568 habitantes da cidade. Essa população de alojamento era constituída principalmente por elementos masculinos solteiros, 98,7% do total de março de 1970, enquadrados nos níveis profissionais um e dois, 99% do mesmo total.

Após o término da construção da Usina Ilha Solteira a cidade continuou servindo de apoio a grandes obras, como a hidrelétrica Água Vermelha<sup>6</sup>, localizada a jusante da Usina Marimbondo (FURNAS), a montante da Usina Ilha Solteira e da confluência do rio Paranaíba, no local denominado Cachoeira dos Índios, na divisa dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. De 1974 a 1977, 1.500 casas da cidade de Ilha Solteira passaram a abrigar famílias de trabalhadores da obra de Água Vermelha, para onde esses funcionários se dirigiam na segunda-feira e de onde retornavam apenas sexta-feira, enquanto suas famílias permaneciam durante toda a semana em Ilha Solteira, desfrutando do conforto e dos benefícios oferecidos pela cidade-moradia, como assistência médica e educação.

Com a construção da Usina de Três Irmãos<sup>7</sup> e do Canal de Pereira Barreto<sup>8</sup>, que empregava em 1992 uma mão-de-obra de 7.250 pessoas, a maioria residente em Ilha Solteira, a cidade continuava dependendo quase que exclusivamente da CESP e das empreiteiras, pois, além da mão-de-obra empregada nas citadas construções, a CESP empregava na cidade 1.053 pessoas.

---

<sup>6</sup> Água Vermelha é a terceira maior usina hidrelétrica do sistema CESP, com uma potência instalada de 1.380.000 kw. Localizada no rio Grande, a 80 km da confluência com o rio Paranaíba, teve suas obras iniciadas em 1973.

<sup>7</sup> A Usina Três Irmãos é a quinta maior da CESP em potência instalada. Está localizada no rio Tietê, a 28 km antes da confluência com o rio Paraná. Começou a ser construída em junho de 1980.

<sup>8</sup> O Canal Pereira Barreto foi projetado para ligar o reservatório da Usina de Três Irmãos ao de Ilha Solteira, unindo o rio Tietê ao rio São José dos Dourados, com 9,6 km de extensão, proporcionando uma via navegável até a cidade de São Simão, em Minas Gerais. Começou a ser construído em julho de 1980.

A cidade possui duas zonas comerciais que foram assim determinadas: para as obras de maior volume existia a faixa comercial da Avenida Brasil e para as de pequeno porte a zona das alamedas. Em outubro de 1970, Ilha Solteira já possuía um comércio com mais de 100 estabelecimentos, distribuídos da seguinte maneira: 14 dedicados a gêneros alimentícios, além da Cooperativa dos Trabalhadores de Urubupungá (COTRAU), 11 dedicados à venda de vestuário, 5 a móveis e utensílios domésticos, 8 entre bares, cantinas e restaurantes, 23 diversos (serralheria, vidraçaria, postos de gasolina, farmácia, floricultura), 3 estabelecimentos industriais e 44 de prestação de serviços: barbearia, salão de beleza, oficinas, escolas de datilografia, academia de judô e cinema. A participação da iniciativa privada é da maior importância para a sobrevivência e desenvolvimento da cidade de Ilha Solteira. Em 1992, havia 239 estabelecimentos comerciais de serviços diversos e industriais.

A arrecadação do ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias) da cidade é superior à da maioria dos municípios que compõem a 9ª Região Administrativa do Estado, à qual a cidade pertence.

Vários espaços da cidade foram reservados para o lazer. Os clubes recreativos e esportivos começaram a ser construídos com rapidez, sendo que o primeiro clube, o CAIS – Clube Atlético Ilha Solteira, com 14.261 m<sup>2</sup>, foi concluído em 4 de julho de 1970. Destinava-se aos funcionários de níveis 5 e 6. Em setembro do mesmo ano foi inaugurada a SEIS – Sociedade Esportiva Ilha Solteira, com 19.510 m<sup>2</sup>, constituindo-se no clube dos funcionários dos níveis 3 e 4. No primeiro trimestre de 1971, foi inaugurada a Sociedade Recreativa dos Trabalhadores de Urubupungá, com 11.022 m<sup>2</sup>, destinada aos funcionários de níveis 1 e 2. Com a saída da Camargo Corrêa, após a conclusão das obras da usina, este último clube foi incorporado à SEIS e hoje Ilha Solteira conta com 2 clubes, o CAIS e a SEIS (primeiro a abolir o sistema de divisão de níveis).

Outro importante local de lazer é o zoológico de Ilha Solteira, administrado pelo Departamento de Meio Ambiente e Recursos Naturais da CESP. Localizado na zona norte da cidade, o parque zoológico possui uma área de 99.000 m<sup>2</sup> e um lago circular de 500 m<sup>2</sup>, com cerca de 150 animais de 44 espécies diferentes. São onças, jacarés de papo amarelo, tamanduás, macacos, antas, carcarás, veados, queixadas, catetos, tucanos, emas, jacus, etc. É um dos lugares mais procurados pelas famílias nos fins de semanas e feriados.

Há também um bosque público com 40.000 m<sup>2</sup>, área de lazer no perímetro urbano da cidade, que dispõe de campo de futebol, bar, playground, sanitários e churrasqueiras. No Distrito Balneário, localizado a montante da barragem, margem esquerda do rio Paraná, a 5 quilômetros de Ilha Solteira, há uma praia pública, que está sendo atualmente explorada comercialmente com grande potencial turístico.

Durante vários anos a cidade de Ilha Solteira contou com dois cinemas: o Cine Brasil, que foi inaugurado no dia 17 de julho de 1970, funcionando até 1978, e o Cine Ilha, inaugurado em 30 de julho de 1971 e fechado no dia primeiro de outubro de 1985.

A temperatura média anual é de 24°C, sendo a máxima de 40°C, com apenas duas estações, não claramente distintas – um inverno relativamente seco, de maio a setembro, e um verão chuvoso, de outubro a abril.

Segundo depoimentos dos moradores, o clima excessivamente quente, a poeira da terra vermelha e o vento forte complicam bastante a vida na cidade, principalmente na época da construção. A cidade foi vítima de vários vendavais, entre os quais dois bastante fortes: um em 1976 e outro em 1987, que destelharam ou destruíram muitas residências. A altitude média da cidade é de 330 metros e a topografia levemente acidentada.

A região era e ainda é caracterizada pelos grandes latifúndios pouco explorados, destinados à criação de gado, em regime de pecuária extensiva. A cultura de cereais

explorados através de uma agricultura rudimentar, com baixos índices de rentabilidade, limitada aos minifúndios, desconhecia quase que por completo a mecanização.

A densidade demográfica regional era muito baixa e o grau de urbanização de apenas 26,5%, com a maior parte das cidades não ultrapassando o estágio inicial do processo de urbanização do Brasil. As indústrias regionais estavam ligadas à produção rural.

Esta rede urbana foi alterada com a implantação de Ilha Solteira, influenciando o processo de urbanização na região. O mercado imobiliário sofreu intensa valorização, interferindo positivamente na recuperação econômica da região, que ainda assim apresenta hoje sinais de estagnação, em virtude dos latifúndios que persistem em grande parte da área.

A origem do nome da cidade é uma ilha denominada “Ilha Solteira”, que existe no local, cuja tendência é desaparecer, uma vez que sua superfície diminui ano a ano, em decorrência da erosão provocada pelas cheias do rio Paraná.

Em decorrência de sua localização geográfica, Ilha Solteira tem desempenhado importante papel na ligação entre o Estado de São Paulo e a região Centro Oeste e Estado do Mato Grosso do Sul.

Graças à sua proximidade em relação ao Complexo de Urubupungá, Ilha Solteira sempre exerceu atração e recebeu grande quantidade de turistas, interessados em ver a Usina, o reservatório e a cidade. Os primeiros habitantes de Ilha Solteira lembram-se de outro lugar muito procurado por sua beleza natural – Itapura, cidade histórica fundada durante a Guerra do Paraguai por decreto do Imperador Pedro II. Em suas imediações, encontra-se a sede da antiga Vila Militar, conhecida como “Palácio do Imperador” ou “Palácio de Dom Pedro”, que existe ainda hoje e que, após sua restauração, passou a abrigar a sede da Prefeitura da cidade de Itapura. Havia no local o Salto de Itapura e uma praia, que desapareceram junto com a cidade, quando as comportas da barragem de Jupuí foram fechadas. A cidade foi reconstruída, com uma praia artificial, na margem direita do rio Tietê.

### 1.3 Evolução da População de Ilha Solteira

A “população alojamento” era constituída quase que exclusivamente por pessoas do sexo masculino, solteiros ou casados, residindo longe de suas famílias. A “população família” era constituída por casais e seus filhos que habitavam as residências da cidade.

A evolução populacional demonstra que houve uma diminuição proporcional gradativa dos habitantes de alojamento, o que correspondeu a um aumento da “população família”.

Quanto à origem dos habitantes de Ilha Solteira, cerca de 70% do contingente de mão-de-obra teve como procedência a própria região de Urubupungá, em um raio de 100 quilômetros a partir do local da obra. Cerca de 25% do total da mão-de-obra originou-se das demais cidades do interior paulista e apenas os 5% restantes eram provenientes de outros estados do país, do norte, do nordeste e do sul.

Na época da construção da usina, os habitantes de Ilha Solteira caracterizavam-se como uma população jovem, cuja idade média dos rapazes era 24 anos e das moças 23 anos, com uma população infantil, de recém-nascidos até 10 anos, bastante numerosa.

Esses dados podem ser explicados, por um lado, pela decisão das empresas envolvidas na construção da usina de admitir funcionários entre 18 e 35 anos e, por outro, pelo fato de os habitantes desfrutarem de um nível econômico mais elevado que o da maioria da população das outras cidades da região. Mesmo o funcionário nível 1, que correspondia aos operários não-especializados, recebia em Ilha Solteira um salário médio superior ao salário mínimo regional.

A média de filhos por família era de 3,09 sendo que as famílias de nível econômico mais baixo tinham um número de filhos mais elevado. Enquanto as famílias de nível 1 apresentavam uma média de 3,82 filhos, as de nível 4 tinham 2,83 filhos em média, e os níveis 5 e 6 apenas 1 filho em média por família.

A maior parte dos habitantes da cidade era constituída por dependentes da CESP e das empresas empreiteiras, que migraram principalmente das cidades da região, atraídos pelas possibilidades de vida melhor da nova cidade.

Como muitos migrantes, a maioria dos habitantes de Ilha Solteira não foi para lá em caráter definitivo, mas sim pretendendo ficar no máximo até o término da construção da usina. Os indivíduos de nível socioeconômico mais baixos eram os que tinham a intenção de permanecer mais tempo, pois passaram a desfrutar de um padrão de vida mais alto em Ilha Solteira, com o usufruto de água encanada, eletricidade domiciliar, rede de esgotos, escola e hospital mais próximos da moradia e do trabalho.

Para as camadas de nível socioeconômico mais baixos, as necessidades básicas do indivíduo, como habitação, saúde e educação foram satisfeitas de modo definitivo pela primeira vez. Segundo uma pesquisa de 1969<sup>9</sup>, 39% dos funcionários entrevistados de nível 1 possuíam água encanada antes de mudar para Ilha Solteira, 54% utilizavam-se pela primeira vez de luz elétrica domiciliar na nova cidade e apenas 17% deles residiram antes em casas que contavam com esgotos.

O emprego fixo significava segurança econômica, um nível de vida mais elevado e a possibilidade de educar os filhos de forma adequada. As vantagens dos serviços comunitários, tais como hospital, escolas e comércio próximos, traduziam-se aos empregados como a *possibilidade de uma vida tranqüila e sadia*, principalmente para uma população em que *45% das classes menos privilegiadas, as quais correspondiam aos níveis 1 e 2 provinham da zona rural*, onde, na maioria das vezes, hospital, escola e comércio encontravam-se a muitos quilômetros de distância das moradias.

---

<sup>9</sup> BOLETIM INFORMATIVO DE ILHA SOLTEIRA. Ilha solteira, CESP, jun. 1969, p. 31-33

O nível educacional da população em geral era baixo: 63,8% possuíam o primário incompleto, que somados aos 11% de analfabetos perfaziam 74,8% sendo que no nível 1, 92,9% não concluíram o curso primário.

Por outro lado Ilha Solteira necessitava de um grande número de técnicos, engenheiros, eletricitas, médicos e desenhistas. Uma das dificuldades que a Empresa enfrentou, desde a construção de Jupiaá, foi justamente conseguir mão-de-obra altamente especializada disposta a abandonar o conforto das grandes cidades para viver a mais de 600 quilômetros de São Paulo, longe de parentes e amigos, distante da sociedade que até então freqüentava.

Seria necessário criar alguns atrativos para que houvesse condições de deslocar este pessoal para Ilha Solteira. A Empresa, ciente desta necessidade, oferecia boas casas mobiliadas, pelas quais os favorecidos pagavam apenas uma taxa simbólica de manutenção como aluguel, carro e bons salários, tendo ao mesmo tempo procurado responder adequadamente às exigências quanto à saúde e à educação, que constituíam as duas maiores reivindicações da mão-de-obra especializada, em função da grande distância em relação aos centros urbanos mais desenvolvidos.

A população de Ilha Solteira tornou-se, desta maneira, o parâmetro para a região. O poder aquisitivo dos barrageiros influenciou a cultura regional, o que permitiu, inclusive, que passassem a cultivar novos hábitos de convívio social, tais como bailes, apresentações dos artistas mais populares da época e o consumo de produtos pouco usuais na região.

Em setembro de 1969, a cidade, do ponto de vista do lazer, pouco tinha a oferecer: um galpão de madeira para a exibição de filmes, localizados próximo aos alojamentos masculinos, o que afastava as moças e as famílias do local; dois campos de futebol, ocupados pelos numerosos times de “pelada” que já haviam formado entre os funcionários; um bar em funcionamento e outro prestes a ser aberto. E era só.

Desde o início, entretanto, incentivou-se o convívio social, como no caso dos esportes. A primeira atração esportiva do núcleo foi a bocha, seguida do futebol, ambos com “campos” próprios, que atraíam jovens, adultos e parte dos garotos da cidade.

Uma das primeiras reivindicações da população foi justamente a criação de clubes recreativos e esportivos, que logo começaram a ser construídos, como vimos anteriormente. Uma pesquisa da Assessoria aos Serviços Comunitários da Administração Especial de Ilha Solteira – AEIS, realizada em 1969, indicou que tanto as moças quanto os rapazes gostariam que em Ilha Solteira houvesse piscinas e equipamentos esportivos, solicitações presentes também nas respostas dos casais<sup>10</sup>.

Em 1992, a população urbana de Ilha Solteira atingia 29.900 habitantes, que unidos aos 1.600 da zona rural (Cinturão Verde e Zona do Ipê) somavam 31.500.

#### 1.4 Sociedade

*A vida social sempre foi uma preocupação dos planejadores de Ilha Solteira. Quando seu canteiro de obras foi planejado, não se considerou apenas o aspecto técnico, mas também a questão humana.* Os operários, técnicos e engenheiros que trabalhavam na construção da usina podiam dedicar-se com tranquilidade às suas atividades, pois tinham consciência de que suas famílias estavam adequadamente assistidas, quer do ponto de vista médico, quer escolar ou lazer.

Os clubes recreativos começaram a ser construídos logo nos primeiros anos, mas enquanto não ficaram prontos, muitos habitantes costumavam viajar para as cidades da redondeza. Nessa época, nos fins de semana, a população “emigrava” da cidade. Entre os homens, somente 33% ficavam em Ilha Solteira no sábado e, no domingo, apenas 25%. Entre

---

<sup>10</sup> Ibid. Ilha Solteira, CESP, jun. De 1969, p. 11-39

as mulheres, a proporção era ainda maior. Como a maior parte delas procedia de cidades da região, tornava-se mais fácil visitar a família nos fins de semana<sup>11</sup>.

O ônibus era o transporte mais utilizado nos fins de semana: 60% dos rapazes e das moças iam de ônibus para as cidades vizinhas do Estado de São Paulo, como Andradina, Castilho, Três Lagoas e Pereira Barreto. *Os rapazes dos níveis 1 e 2 utilizavam caminhões para este transporte.*

Existiam também “peruas” que faziam lotação para Lins, Bauru, Pacaembu e outras cidades do Estado, saindo sábado à tarde e voltando no domingo à noite. Uma minoria de rapazes e moças utilizava condução própria ou “ia de carona” com amigos.

Os que ficavam em Ilha Solteira não tinham muito que fazer, pois as atividades resumiam-se em dormir, descansar, ouvir música e ler. *A maioria dos homens que passava os fins de semana em Ilha Solteira pertencia aos níveis 1 e 2.* Dos rapazes de nível 3, ficavam em Ilha Solteira apenas 6% e *nenhum dos moços dos níveis 5 e 6 passavam os fins de semana na cidade.*

Durante esses primeiros anos, quando a vida social em Ilha Solteira era ainda bastante limitada, *as Igrejas desempenharam papel importante, oferecendo espaços e oportunidades para a população se reunir. Para as mulheres, principalmente, foram por algum tempo os únicos lugares de sociabilização antes da construção dos clubes.*

A maioria da população era católica, embora houvesse seguidores de várias outras religiões, que incluíam O Movimento Budista do Brasil, O Movimento Espírita e diversos agrupamentos de confissão protestante, como a Congregação Cristã no Brasil, a Igreja Adventista do Sétimo Dia, a Igreja Batista, a Assembléia de Deus, os Pentecostais, Metodistas, Presbiterianos e as Testemunhas de Jeová. Localizada na Praça dos Paiaguás<sup>12</sup>, a

---

<sup>11</sup> pesquisa realizada em fins de 1969, publicada no BOLETIM INFORMATIVO DE ILHA SOLTEIRA, Ilha Solteira, CESP, out. 1969, p. 9-26.

<sup>12</sup> A Praça dos Paiaguás é a principal da cidade, onde está localizada a famosa caixa d'água de Ilha Solteira. Os paiaguás foram índios canoieiros, valentes lutadores que habitaram as regiões ribeirinhas que conduziam São

Igreja “Cristo Luz do Mundo” recebe os fiéis da Igreja Católica Apostólica Romana em um prédio de arquitetura moderna, pertencente à diocese de Jales (SP)<sup>13</sup>.

Após a construção dos clubes, graças à iniciativa e ao dinamismo dos moradores de Ilha Solteira, a vida social da cidade ficou famosa na região. Muitos artistas populares da época, que dificilmente se deslocavam para pequenas cidades do interior, apresentavam-se nos clubes da cidade. Elis Regina, Chico Buarque, Gilberto Gil, Tom Jobim, Toquinho e Vinícius de Moraes são alguns dos mais ilustres; os shows ocorriam em média de dois em dois meses.

Os bailes adquiriram grande prestígio em toda a região e Ilha Solteira tornou-se um centro recreativo e artístico de certa relevância no contexto regional.

Também do ponto de vista educacional a região foi favorecida, pois Ilha Solteira tornou-se um importante pólo difusor de ensino na área da tecnologia. Para tanto, contribuiu o Centro de Treinamento da CESP, cujos primeiros cursos na cidade começaram em 1976, como também a chegada, no mesmo ano, da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, que trouxeram para a região um bom número de engenheiros e especialistas dedicados ao ensino e à pesquisa.

*Toda infra-estrutura instalada na cidade de Ilha Solteira tinha por objetivo apoiar as milhares de pessoas deslocadas a várias centenas de quilômetros da capital paulista, quase nas barrancas do rio Paraná, para construir a maior usina hidrelétrica até então existente no país. Os trabalhadores das barragens eram profissionais que cumpriam jornadas diárias de mais de 10 horas de trabalho árduo. Eram dois turnos de 12 horas, em que os funcionários ou entravam às seis horas da manhã e saíam às 18 horas ou entravam às 18 horas e saíam às seis. Não havia feriados e mesmo as férias muitas vezes eram pagas em dinheiro, pois o trabalhador não podia ser dispensado.*

---

Paulo a Cuiabá e cujas tribos assolaram os habitantes das imediações da atual Ilha Solteira. **Ilha Solteira – 9º Aniversário**, CESP. 1977.

<sup>13</sup> Estamos abordando aqui apenas a relevância social dos grupos religiosos.

As profissões eram as mais variadas: pedreiros, barqueiros, carpinteiros, eletricitas. *A maioria da população pertencia aos níveis 1 e 2; em dezembro de 1970, de um total de 25.572 habitantes, 21.394 pertenciam aos níveis um e dois, 6.807 aos níveis três e quatro e 1.416 aos níveis cinco e seis. Todos usufruíam igualmente da infra-estrutura oferecida pela cidade; saúde, educação, lazer (clubes) não eram direitos exclusivos dos cidadãos da elite (versão oficial). Todos recebiam educação gratuita, atendimento médico-hospitalar e moradia. O atendimento destas necessidades básicas do indivíduo diferenciava a cidade de Ilha Solteira das outras da região, que nem sempre ofereciam estas condições de vida e trabalho aos seus habitantes.* Outra vantagem dos trabalhadores de Ilha Solteira era a proximidade do local de trabalho (a obra) e o local da moradia (a cidade), o que dispensava o transporte dificultoso que trabalhadores de outras cidades tinham que enfrentar.

A política salarial que admitia horas extras na época da construção garantia salários razoáveis, *negociados diretamente com a chefia. Havia um sindicato, mas poucos são os que lembravam de debates políticos na época da construção.*

Hoje, grande parte da população de Ilha Solteira trabalha nas obras de Três Irmãos e do Canal de Pereira Barreto. As condições de trabalho mudaram, o turno é de 8 horas diárias, as horas extras são bem mais raras, a política salarial unificada, mas os aspectos mais marcantes dessa sociedade permaneceram inalterados: educação gratuita, assistência médico-hospitalar, moradia e também possibilidade de lazer para ampla parcela da população.

### 1.5 Administração e Organização da Cidade

A Administração dos núcleos residenciais de Urubupungá (Vila Piloto de Jupia e Ilha Solteira) era de responsabilidade exclusiva da CESP, tendo sido exercida nesse período pelo Grupo de Trabalho dos Núcleos Urbanos, composto por representantes das diversas Diretorias da Empresa.

Este grupo preparou um estudo a respeito da estrutura administrativa e ofereceu uma orientação geral a ser adotada no núcleo urbano de Ilha Solteira. O relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho em junho de 1968 à Diretoria da Empresa foi aprovado com algumas modificações em 9 de outubro do mesmo ano, quando a própria Diretoria criou a Administração Especial de Ilha Solteira (AEIS). Até então o núcleo urbano estava ligado à residência da obra, que se subordinava à Diretoria da Construção da CESP.

O Decreto nº 51.352 do Governo do Estado de São Paulo, datado de 3 de fevereiro de 1969, oficializou a decisão, instituindo o regime de Administração Especial e fixando suas diretrizes básicas, apoiado em um dispositivo da Lei Orgânica dos Municípios, o qual dispunha que os núcleos populacionais criados para a execução de obras de interesse público seriam administrados em regime especial adequado às suas finalidades.

O núcleo urbano de Ilha Solteira foi construído em terras do Município paulista de Pereira Barreto, que através do convênio celebrado com a CESP em 17 de fevereiro de 1970, autorizado pela Lei Municipal nº 812 de 11 de novembro de 1969, delegou à AEIS (Administração Especial do Núcleo Urbano de Ilha Solteira) o exercício das atribuições constantes dos artigos 3º e 4º da Lei Orgânica dos Municípios. O convênio estabeleceu também os procedimentos relativos à tributação, como o retorno do ICM, cobranças de taxas e preços de serviços, zoneamento da área, serviços públicos, plano urbano, normas e edificação de atos de alvarás.

Vinculada à Vice-Presidência da CESP, a AEIS contava a princípio com dois órgãos: a Administração Central, órgão normativo e de supervisão, sediado junto à Diretoria da Empresa; a Administração da Cidade, órgão executivo, ao qual cabiam as tarefas administrativas do núcleo urbano, e o Conselho de Administração, cuja principal função era harmonizar os interesses da administração do núcleo, da residência da obra e da firma

empreiteira. A AEIS funcionou em Jupiá de fevereiro a agosto de 1969, embora alguns setores já estivessem instalados em Ilha Solteira.

O mês de agosto de 1969 marcou a instalação definitiva da AEIS de Ilha Solteira, coincidindo com uma mudança estrutural que transformou as Divisões da antiga estrutura em Secretarias. As anteriores Divisões de Educação e Cultura, Prevenção e Segurança, Desenvolvimento e Organização das Comunidades, Saúde e Assistência e de Coordenação Econômica constituíam as cinco Secretarias respectivas. A Secretaria Administrativa e a Assessoria aos serviços comunitários permaneceram inalteradas. Já no mês seguinte, uma nova secretaria foi criada, a Secretaria de Obras e Serviços Públicos, ficando a AEIS com sete secretarias e 831 funcionários.

Durante o terceiro trimestre de 1972 houve a extinção do cargo de Coordenador da AEIS em São Paulo, cujas atribuições foram incorporadas a do Administrador da AEIS em Ilha Solteira. Data também desta época a deliberação do Conselho Diretor da Empresa de transformar a AEIS em um departamento vinculado à Diretoria Administrativa da CESP. Houve uma série de mudanças na estrutura organizacional da CESP e o organograma da AEIS também foi reestruturado, constituindo-se então dois grandes setores: o Setor Administrativo e o Setor Comunitário.

O Setor Administrativo possuía duas seções, a Seção de Contas e Finanças e a Seção de Serviços Administrativos. O Setor Comunitário era constituído por três seções: Saúde, Educação e Prevenção e Segurança. A Seção de Obras e Serviços Públicos subordinava-se diretamente à AEIS, assim como os dois assistentes, um em São Paulo e outro em Ilha Solteira, e as assessorias de Desenvolvimento e Relações Públicas.

Em 1981, a AEIS foi transformada em Divisão, com a sigla API (Administração de Ilha Solteira), subordinada ao Departamento de Patrimônio Imobiliário. Após um breve período em que esteve ligada diretamente à Presidência, passa a denominar-se, em 1983,

Administração do Núcleo Urbano de Ilha Solteira, com a sigla AAIS, voltando a subordinar-se à Diretoria Administrativa. A partir de 1987, a sigla passa a ser AAI, em nível de Divisão, até a efetiva transferência das responsabilidades para a Prefeitura Municipal.

## 1.6 Educação e Cultura

Nos primeiros anos do núcleo urbano de Ilha Solteira, a área da AEIS que possuía maior número de funcionários era a Secretaria de Educação e Cultura, que atendia alunos da escola infantil até o segundo grau, inclusive o ensino técnico.

Ilha Solteira contava, em 1970, com três escolas maternas, que atendiam crianças entre dois anos e meio e cinco anos e meio, distribuídas em dois prédios, um na zona sul e outro na zona norte da cidade.

Crianças entre 6 e 7 anos freqüentavam o curso pré-primário que juntamente com o curso primário<sup>14</sup> foi iniciado na Vila Piloto de Jupiá. Em Ilha Solteira, as primeiras classes começaram a funcionar em novembro de 1968 e o primeiro Grupo Escolar de Vila Piloto foi transferido de Jupiá para Ilha Solteira em março de 1969. O ano de 1970 foi o marco quanto ao ensino primário da cidade. O trabalho do ano escolar começou em janeiro, quando houve a preparação do treinamento a ser dado aos professores. Estes iniciariam suas atividades em fevereiro com uma visita aos pais dos alunos, medida destinada a incentivar o entrosamento da comunidade com o trabalho educacional.

O curso ginasial foi planejado desde 1966 por uma equipe de especialistas, que estruturou este nível escolar na Vila Piloto de Jupiá, resultando no Ginásio de Urubupungá, o qual contava em 1967 com 151 alunos. Transferido para Ilha Solteira, o Ginásio de Urubupungá iniciou o ano letivo de 1969 na nova cidade, embora grande parte de seus alunos

---

<sup>14</sup> Optamos por utilizar a terminologia da época nesta porção do trabalho (primário, ginásio, colegial, etc.) visando uma melhor estética e fidelidade textual em relação aos documentos pesquisados.

ainda residisse na Vila Piloto de Jupiá. Em consequência disso, nove ônibus passaram a transportar os alunos de Jupiá para Ilha Solteira diariamente.

Uma pesquisa pública no Boletim Informativo de Ilha Solteira de julho de 1969 nos revela que 54,1% das famílias que tinham filhos no primário e 57,1% das que possuíam filhos no ginásio consideravam as escolas de Ilha Solteira melhores do que as que seus filhos estariam freqüentando se não tivessem vindo para Ilha Solteira. Uma proporção de 26% dos pais de crianças que freqüentavam o primário e 28,6% dos que tinham filhos estudando no ginásio consideravam o ensino em Ilha Solteira igual ao que os filhos teriam nas cidades de onde procediam.

*A maioria da população de renda menos elevada, de níveis 1 e 2, considerava desde o início, o ensino primário oferecido na cidade como melhor àqueles das cidades de origem.*

O ginásio não constituía a única opção para os alunos de Ilha Solteira que terminavam o primário. Eles poderiam optar entre continuar os estudos nesse ginásio *pluricurricular* ou ingressar no Centro de Aprendizagem e Treinamento – CAT, que proporcionava aos alunos a formação profissional de aprendiz, oferecendo quatro modalidades de ensino técnico: *eletricidade, mecânica de automóveis, marcenaria e mecânica geral.*

Instalado inicialmente em Jupiá, o CAT mantinha uma estrutura mais ou menos baseada nas escolas do SENAI, no que concerne à formação profissional de menores, contando com 120 vagas. Seus alunos estavam na faixa etária de 12 a 16 anos. Transferido para Ilha Solteira, o CAT deu continuidade às *experiências* desenvolvidas em Vila Piloto. O curso contava com um período integral de aulas teóricas e práticas, dando ênfase à utilização do equipamento instalado e procurando aproveitar e motivar os alunos conforme suas aptidões e tendências profissionais.

Em julho de 1970 foi instalado no primeiro prédio de 2 andares na cidade, o Colégio Integrado de Urubupungá. No segundo trimestre de 1972 entrou em atividade, neste mesmo

prédio, o Colégio Técnico Agrícola Estadual, resultado de um convênio estabelecido entre a CESP e a Secretaria da Educação do Governo Estadual.

No terceiro trimestre de 1972, as três escolas infantis de Ilha Solteira, até então mantidas pela CESP, passaram a responsabilidade para a União de Pais e Professores das Escolas Infantis, com a colaboração de firmas comerciais da cidade. Esta desvinculação inseria-se na política global de afastamento gradativo da empresa de atribuições e responsabilidades que assumira durante a implantação da cidade, passando-as aos órgãos que as deveriam gerir, tendo em vista a vida independente do núcleo urbano.

A partir de julho de 1971, o CAT passou a pertencer ao Departamento de Relações Industriais, sendo subordinado ao Centro de Treinamento, passando a denominar-se Centro de Formação Profissional – SENAI – CESP. Em dezembro foi transferido para um novo prédio na zona norte, onde se realizaram os exames de seleção dos cursos para o ano de 1972. A partir de 1982 deixou de vigorar o acordo existente entre o SENAI e a CESP e o treinamento profissional de menores ficou a cargo da CESP.

No ano de 1977, a CESP desincumbiu-se, no setor da educação, da gerência de vários níveis de ensino. A escola Infantil Patinho d'Água funcionou, já naquele ano, como escola particular, mantendo os cursos maternal, jardim da infância e pré-primário, atendendo a um total de 118 alunos em seis salas. As escolas de primeiro e segundo graus passaram para o Estado. Na zona Norte, funcionou a Primeira Escola Estadual de Primeiro Grau de Ilha Solteira e na zona sul a Segunda Escola Estadual de Primeiro Grau de Ilha Solteira. O segundo grau contou com a Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus de Urubupungá, oferecendo cursos de eletrônica, secretariado, enfermagem, auxiliar de contabilidade e agropecuária. O ensino supletivo continuou sob a responsabilidade da CESP, que mantinha a Escola de Ensino Supletivo de Primeiro Grau de Ilha Solteira.

Segundo o documento Cidade de Ilha Solteira - Resumo Estatístico, com dados de junho de 1987, as escolas infantis Patinho D'água e Pingo de Gente contavam com 305 alunos, enquanto que as quatro escolas de primeiro grau existentes atualmente em Ilha Solteira recebiam 4.645 alunos e a Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Urubupungá atendia 1.600 alunos. A Escola de Ensino Supletivo foi extinta e a Escola Euclides da Cunha, Escola Infantil Particular de 1º Grau, contava com 347 alunos. No CIT – Centro de Iniciação ao Trabalho, estudavam 850 jovens. Na Escola de Educação Especial da APAE, estavam matriculadas 152 crianças e no Instituto de Ensino Artístico da Sociedade Esportiva de Ilha Solteira estudavam 103 pessoas. O Colégio Pré-Universitário de Ilha Solteira contava com 45 alunos.

Em 1982, através de um convênio com as Secretarias Estaduais da Promoção e da Educação, com apoio da Prefeitura Municipal de Pereira Barreto e da Administração do Núcleo Urbano de Ilha Solteira, foi fundado na cidade o Centro de Iniciação ao Trabalho – CIT, que ministrava cursos técnicos e profissionalizantes com dois anos de duração para crianças e adolescentes dos 11 ao 18 anos incompletos, sendo a maioria oriunda de famílias de baixo poder aquisitivo.

Após o término do curso ginasial, havia duas possibilidades para a continuação dos estudos: um ciclo colegial integrado e um curso de eletrotécnica, ambos iniciados em 1970, quando 1.850 freqüentavam um curso de educação de adultos e 493 um curso de madureza ginasial.

A cidade atualmente possui as seguintes instituições de ensino:

**Escolas:** E.E.S.G. “Urubupungá”  
E.E. “Léa Silva Moraes”  
E.E. “Arno Hausser”  
Emef. “Aparecida Benedita Brito Silva”  
Emef. “Lúcia Maria Donato Garcia”  
Centro Municipal de Aprendizagem

E.T.E. de Ilha Solteira  
Colégio NEP/Objetivo  
Colégio Anglo  
Colégio Euclides da Cunha  
UNESP - Faculdade de Engenharia  
FAISA - Faculdade de Ilha Solteira  
FAR - Faculdades Reunidas

### 1.7 UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

A lei nº 952, de 30 de janeiro de 1976, criou a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, nos termos do artigo 2º da Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, como entidade autárquica de regime especial, tendo como sede e foro a cidade de Ilha Solteira, Município de Pereira Barreto. Segundo a mesma lei, a Universidade foi autorizada a celebrar um convênio com as Centrais Elétricas de São Paulo S/A – CESP, visando a transferência para o seu patrimônio de bens pertencentes à CESP localizados em Ilha Solteira e destinados à instalação da mesma Universidade. Na mesma data, consumou-se a transferência, por Escritura de Doação, da CESP para a UNESP, da propriedade do prédio até então denominado de Centro Cultural, sediado na Praça Central, local que funcionava a Seção de Comunicação e Documentação da AEIS.

O primeiro concurso vestibular da Universidade, coordenado pela Fundação Universitária para o Vestibular – FUVEST, realizou-se no dia 5 de dezembro de 1976 e foi disputado por 827 candidatos. As atividades de ensino foram iniciadas em 1977, com os Cursos de Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica, contando com 90 vagas, sendo 30 para cada Faculdade.

Atualmente (2004), a Universidade conta com os seguintes cursos e respectivos números de alunos: Engenharia Mecânica (385), Engenharia Elétrica (395), Engenharia Civil (357), Agronomia (373), Física (87), Matemática (91), Biologia (89), e Zootecnia (80).

## 1.8 Centro de Treinamento de Ilha Solteira

Este Centro surgiu paulatinamente, a partir da idéia de se unificar o treinamento técnico da Empresa. Começou com a fusão do Centro de Treinamento “Engenheiro Hani Hallage”, localizado em Rio Claro e encarregado da área de Distribuição de Energia, e do Centro de Treinamento “Dr. Carlos Botelho”, situado em Botucatu e dedicado à área de Operação.

Os primeiros cursos começaram a ser ministrados em Ilha Solteira em 31 de agosto de 1976. Em 1 de agosto de 1977 o treinamento técnico da Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL também passou a funcionar em Ilha Solteira junto ao da CESP, e em 1 de agosto de 1978 ambos foram unificados, formando um único Centro de Treinamento, localizado próximo à Usina Ilha Solteira, em um antigo pavilhão que fora construído para instalar uma oficina de mecânica pesada da empreiteira de obras civis Camargo Corrêa, tendo sido remodelado para abrigar o novo órgão da CESP.

O Centro de Treinamento também foi encarregado do Centro de Formação Profissional, criado a partir de um acordo com o SENAI e a CESP, e dedicado à aprendizagem industrial, tendo formado até 1981 centenas de menores profissionais. Os mesmos, na faixa etária entre 14 e 16 anos, oriundos da região de Ilha Solteira, recebiam um salário enquanto estudavam. A partir de 1982, o Centro de Formação Profissional passou à total responsabilidade da CESP, formando menores aprendizes nas funções de reparador de circuitos eletrônicos, mecânico de automóveis e desenhista técnico-mecânico.

O programa de treinamento de adultos abrange as áreas de Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica, Construção Civil e Mecânica.

O Centro tem mantido convênios com a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS, com a ABCE – Associação Brasileira das Concessionárias de Energia Elétrica, com a ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A, bem como

acordos com outras entidades, como o CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Seção de São Paulo e com a UNESP, para treinamento de técnicos que atuam nas empresas congêneres da CESP.

O Centro de Treinamento mantém cerca de 35 instrutores encarregados de ministrar seus cursos e por volta de uma dezena de coordenadores, responsáveis pelo gerenciamento dos mesmos. Sua sede dispõe de uma área útil de 12.000 m<sup>2</sup> e abriga além de um setor administrativo, 35 salas de aula, um auditório para 130 pessoas, salas especiais, recursos audiovisuais e filmoteca, biblioteca e lanchonete. O Centro mantém ainda, no núcleo urbano de Ilha Solteira, a Pousada da Integração, destinada aos treinandos, com 160 apartamentos providos de ar condicionado, salão de jogos e refeitório com capacidade para 300 pessoas.

Além de muitas empresas nacionais, o Centro de Treinamento de Ilha Solteira vem ministrando cursos a técnicos de empresas de energia elétrica de outros países, como Paraguai, Venezuela, Chile, Bolívia, Equador, Peru, Colômbia, Honduras, Argentina, Uruguai, Angola e Moçambique<sup>15</sup>.

## 1.9 Saúde

A área de saúde de Ilha Solteira, durante a implantação e o funcionamento do núcleo urbano, era denominada de USIS – Unidade de Saúde Integrada de Ilha Solteira e compreendia não somente a assistência médica curativa, mas também medicina preventiva, saúde pública e saneamento.

O Hospital de Ilha Solteira começou a ser construído em 1968, planejado para ser um Centro Regional de Saúde. Era um hospital com capacidade para 200 leitos e atualmente, com aproximadamente 100. Possui serviços de laboratório, radiologia, fisioterapia, centro

---

<sup>15</sup> CESP - **CESP a Tecnologia do Progresso**. São Paulo, CESP. -Centro de Treinamento de Ilha Solteira- em CESPAULISTA, 4:22, abr. 1980, p. 9-12.

cirúrgico, esterilização, UTI, berçário completo para crianças normais e prematuras, bem como enfermarias diferenciadas para mulheres, crianças e adultos do sexo masculino. Sua construção deu-se gradativamente em módulos. No prazo de oito meses estavam terminados os blocos, que ocuparam uma área total de 9.268 m<sup>2</sup>.

Os médicos foram recrutados em sua maioria na cidade de Ribeirão Preto, a qual dispunha de uma Faculdade de Medicina que oferecia um curso muito bem conceituado, de Higiene e Medicina Preventiva, cujo professor, Dr. Pedreira de Freitas, havia incutido nos alunos a idéia de que a assistência prestada a uma comunidade deve ser encarada como um todo. Sob esta influência, criou-se em Ilha Solteira uma área de saúde que contava com serviços de medicina preventiva, saneamento, medicina curativa e medicina de reabilitação. O intuito era induzir a população a cultivar hábitos salútares e a aprender a preservar a saúde.

O atendimento médico era gratuito para os funcionários da CESP e das empreiteiras. O hospital atendia também a pacientes particulares da região, sendo um dos mais bem aparelhados da área.

Desde o nascimento, a criança de Ilha Solteira gozava de um serviço médico muito bem organizado, que incluía as orientações dos “visitadores sanitários”, os quais transmitiam às suas mães noções de puericultura, nutrição, higiene e educação dos filhos. As consultas médicas eram periódicas, sendo que no primeiro ano de vida havia sete consultas, nas quais começava a ser aplicado esquema de imunização, que continuava até o período pré-escolar.

A alimentação correta estava entre as maiores preocupações, bem como a vacinação de todas as crianças, que recebiam vacinas contra varíola, poliomielite, tétano, sarampo e a vacina tríplice.

Nas escolas, as professoras recebiam treinamento específico, ministrado pela equipe médica que as capacitava a passar aos alunos as noções básicas de higiene, alimentação e educação sexual<sup>16</sup>.

O setor de saneamento mantinha várias equipes nas principais fontes fornecedoras de gêneros alimentícios, como matadouro, leiterias, estabelecimentos comerciais, bares, restaurantes e outros logradouros públicos, para a verificação dos diversos produtos alimentares e das condições de higiene destes locais.

O serviço odontológico também fazia parte daqueles oferecidos pela Secretaria de Saúde. A clínica dentária infantil atendia aos alunos dos grupos escolares.

O Hospital e Maternidade de Ilha Solteira possui atualmente quase duas centenas de leitos, conta com uma UTI e atende a pacientes de toda a região (particulares, convênios e SUS - Serviço Unificado de Saúde. A partir de 1977, os médicos foram desvinculados da CESP, em uma tentativa de viabilizar o hospital de forma independente. Hoje, a Administração do mesmo está sob responsabilidade da prefeitura e da Associação dos Médicos de Ilha Solteira.

#### 1.10 Prevenção e Segurança

A antiga Secretaria de Prevenção e Segurança foi responsável, durante a construção, pelo policiamento preventivo, que incluía desde o afastamento de estranhos, indigentes, pessoas embriagadas e vendedores clandestinos, até o serviço de carrocinha para cães e a emissão de autorizações para as brincadeiras dançantes, bem como o atendimento de ocorrências diversas, como furtos, afogamentos e objetos perdidos. Também estava a cargo dos problemas relacionados com o trânsito, do Corpo de Bombeiros e da entrada e saída de

---

<sup>16</sup> Depoimento de Roberto de Melo (CESP), em São Paulo, 23 de setembro de 1987, citado por CESP, Ilha Solteira: A Cidade e a Usina. SP, 1988, 93 p. (fascículos da história da energia elétrica em São Paulo, 2)

veículos dos portões 1 e 2, das zonas Norte e Sul da cidade, portões estes que não mais existem.

Durante todo o segundo trimestre de 1972, quando a população da cidade girava em torno de 30.000 habitantes, houve 107 detenções. Mas apenas um mandado de prisão foi expedido; ocorreram 37 princípios de incêndios, 38 acidentes com veículos, 31 advertências a motoristas e 34 veículos foram apreendidos. O serviço preventivo efetuou 241 vistorias e atendeu a 135 ocorrências diversas, apreendeu 8 armas de fogo e investigou 14 casos de furto, registrando apenas um disparo de arma de fogo.

Durante a construção da usina, quando o uso do álcool era rigorosamente proibido na obra e nos alojamentos dos trabalhadores, o policiamento preventivo incluía a busca e apreensão de bebidas alcoólicas.

Em 1975, os serviços descritos passaram à responsabilidade da Seção de Prevenção e Segurança, subordinada ao Setor Comunitário da Administração Especial de Ilha Solteira. Nos dias de hoje, a cidade é dotada de um Distrito Policial com uma Delegacia de Polícia, ambos independentes da CESP.

### 1.11 Obras e Serviços Públicos

Em outubro de 1971 foi criada a Secretaria de Obras e Serviços Públicos. O primeiro passo da Seção de Obras desta Secretaria foi obter todo o material necessário relativo ao planejamento da cidade, visando à formação de um arquivo, elemento indispensável para manter a Seção a par do desenvolvimento do núcleo urbano. Ao mesmo tempo, deu continuidade ao planejamento urbano e cuidou do andamento das obras essenciais, como os centros comunitários, as áreas verdes, a construção de templos religiosos, clínicas dentárias e lojas comerciais.

Essa Secretaria realizava os estudos e anteprojetos para as novas construções, cuidava da locação dos imóveis, da fiscalização das construções particulares em andamento e da execução das obras de paisagismo nos parques e jardins. Era responsável também pelo serviço de manutenção dos prédios, móveis e equipamentos da Empresa, confecção e reforma de móveis, instalações elétricas e hidráulicas, e ampliações de prédios.

A manutenção das casas incluía a limpeza urbana, com a coleta de lixo e o combate a insetos. A Seção de Paisagismo mantinha o pomar de Ilha Solteira, tendo plantado mais de 1.500 mudas de várias espécies como abacaxi, pinha, laranja, manga limão, lichia (uma fruta de origem chinesa), maracujá e cajamanga, atingindo uma área de 60 hectares.

Em 1973, a Secretaria foi transformada na Seção de Obras e Serviços Públicos e em 1975 passou a fazer parte do Setor Comunitário da AEIS.

### 1.12 Serviços Comunitários

De acordo com o primeiro organograma da AEIS, cabia à Assessoria aos Serviços Comunitários a execução de várias pesquisas, visando à integração da população na cidade. Tais pesquisas foram publicadas no Boletim Informativo e diziam respeito à origem da população, grau de satisfação com a cidade e reivindicações da população na época da construção da usina.

O Setor de Comunicação, subordinado a esta Assessoria, era responsável por todos os folhetos da Empresa na cidade de Ilha Solteira, executava o serviço de impressão de textos para as secretarias e clubes, imprimia o Boletim Informativo de Ilha Solteira, recepcionava os visitantes, atividade constante na cidade, e publicava “O Barrageiro”, jornal que circulou desde os tempos de Vila Piloto de Jupiá (outubro de 1962), fazendo a cobertura das atividades sociais e recreativas da cidade, dos acontecimentos locais e das notícias regionais, nacionais e internacionais.

Os primeiros 93 números do jornal intitularam-se SEU – Sociedade Esportiva Urubupungá. Foi então iniciada a campanha para encontrar um novo nome para o jornal, que circulou sem título até o número 99. O exemplar número 100 trouxe finalmente um nome sugestivo: O Barrageiro, sendo que o último número circulou até 22 de março de 1974, tendo sido uma publicação semanal na maior parte de sua existência. Distribuído gratuitamente, com uma tiragem de 6.000 exemplares até setembro de 1969, quando passou a contar com 10 páginas e uma tiragem de 8.000 exemplares.

Dois jornais circulam atualmente na cidade de Ilha Solteira: “O Jornal de Ilha Solteira”, com tiragem de 1600 exemplares e “A Voz do Povo”, com tiragem menor de exemplares, ambos semanais, ligados à iniciativa privada e sem participação da CESP.

As comemorações dos momentos significativos da construção da cidade foram planejadas e coordenadas pelo Setor de Comunicação, com a cerimônia de maio de 1972, que comemorou uma das mais importantes etapas da construção da usina, o chamado desvio do Rio, que mereceu uma festa e contou com a participação das principais empresas envolvidas no projeto, em especial a da Escola de Samba “Estação Primeira de Mangueira”, da cidade do Rio de Janeiro.

Com a construção do organograma da AEIS, no terceiro trimestre de 1972, a Assessoria aos Serviços tornou-se Secretaria de Serviços Comunitários, quando então o Setor de Comunicação passou a denominar-se Serviço de Informação, subordinando-se à nova Secretaria. Em 1973, com a nova mudança no organograma, o setor passou à Assessoria de Relações Públicas, ficando ligado diretamente à Administração (AEIS).

No dia 16 de janeiro de 1974, portanto, foi inaugurada a Usina Ilha Solteira, com as quatro primeiras turbinas sendo colocadas em funcionamento. Esta Assessoria foi mobilizada para auxiliar nas comemorações organizadas pela Assessoria de Relações Públicas da CESP (São Paulo). O evento contou com a presença do General Emílio Garrastazu Médici, então

Presidente da Republica, e do Governador do Estado de São Paulo, Laudo Natel, entre outras autoridades.

Atualmente, a prefeitura está encarregada da administração da Biblioteca Pública de Ilha Solteira, implantada em 1985 e hoje conta com cerca de 18.000 volumes, 6 revistas periódicas e uma intensa freqüência do público mais jovem.

A secretaria de Economia e Finanças era constituída por uma Contadoria e por uma Seção de Abastecimento e Preços. A Contadoria elaborava o orçamento da AEIS, entrosando-se com as diversas secretarias para fazer as projeções econômico-financeiras. A Seção de Abastecimento e Preços tinha sob a sua responsabilidade a feira livre e o comércio, firmando e cancelando contratos com os estabelecimentos comerciais e fiscalizando o comércio ambulante.

As feiras livres representavam um excelente negócio para a economia doméstica dos moradores da cidade. Funcionavam em dois locais: um na zona Sul e outro na zona Norte, em dias diferentes, no período noturno. Eram espaços abertos, organizados, onde os feirantes de Ilha Solteira e de Pereira Barreto vendiam seus produtos.

A partir de 1973, a Secretaria da Economia e Finanças foi substituída por uma Seção de Contas e Finanças, subordinada ao Setor Administrativo da AEIS. Segundo o organograma mais recente, o acompanhamento financeiro passa a pertencer à Seção de Coordenação de Serviços.

### 1.13 Serviço Administrativo

Durante a construção da usina, a Secretaria Administrativa Espacial de Ilha Solteira caracterizava-se pelo fato de servir de apoio ao administrador do Núcleo Urbano, colaborando na mecânica organizacional da AEIS, encarregando-se desde os aspectos internos nas relações com a CESP, até aos aspectos externos vinculados à população da cidade, tais como: locação

das casas e dos alojamentos, levantamento e evolução da população do núcleo urbano. Tinha a seu cargo todo o expediente administrativo, o arquivo geral, controle de locação, encaminhamento de pedidos de materiais e equipamentos, e assuntos relacionados com o elemento humano vinculado à AEIS.

O corpo de Bombeiros, vinculado à atual Seção Administrativa, existe desde 1969, sendo muito bem equipado e solicitado frequentemente para atendimento de ocorrências fora do núcleo urbano, pois as demais cidades da região, com exceção de Araçatuba, distante 170 quilômetros de Ilha Solteira e de Fernandópolis, distante 135 quilômetros, não dispõem de infra-estrutura comparável para o combate e incêndios.

#### 1.14 Serviço Social

Inicialmente, em 1968, o Serviço Social em Ilha Solteira esteve sob a responsabilidade da DOC – Divisão de Desenvolvimento e Organização da Comunidade, juntamente com outros serviços encarregados de organizar e desenvolver o recém-criado núcleo urbano. Em 1971, passou a denominar-se Comissão de Serviço Social, estando subordinado à Secretaria de Serviços Comunitários.

O Serviço Social situou-se como um canal entre a Administração Especial de Ilha Solteira e a comunidade, no que se refere à política de fixação da população urbana, à utilização dos serviços públicos postos à disposição da comunidade e ao desenvolvimento da cidade de uma maneira geral.

No início da construção da usina, a população de Ilha Solteira constituía-se quase que em sua totalidade (98%) de pessoas vinculadas à CESP e às suas empreiteiras, divididas em níveis socioeconômicos bastante rígidos, devido ao critério de engajamento na empresa. Tratava-se de uma população muito heterogênea, composta de indivíduos procedentes de

todas as regiões do país, portadoras de padrões culturais diversificados e sem valores uniformes.

Na época, era bastante alto o percentual de casais jovens, o que acarretava uma elevada presença da população infantil, sendo bastante reduzida a faixa correspondente aos adolescentes e quase nula a presença de pessoas de idade mais avançada.

A receita dos habitantes do núcleo urbano de Ilha Solteira provinha quase que exclusivamente do trabalho do chefe de família, uma vez que a cidade não oferecia então quaisquer oportunidades de trabalho às mulheres e aos menores.

Foi neste contexto que o Serviço Social estabeleceu um programa de ação que viesse ao encontro das necessidades imediatas da população, consistindo dos seguintes pontos:

- integração dos habitantes na nova cidade
- organização da recreação e do lazer
- estabelecimento de formas mais concretas e mais organizadas de relações sociais da população
- criação de centros de interesse para as mulheres
- ocupação das crianças e dos adolescentes fora do período de aula.

Foram criados grupos que se iniciaram com uma estrutura bem simples, quase que informal, com interesses variados, de acordo com a idade de seus membros e outras condições. Entre estes grupos, podem ser citados: clube de mães, associações de vizinhança, amigos do bairro, comissões esportivas e grupos folclóricos.

Diante da impossibilidade de o Serviço Social atuar de imediato junto à totalidade da população de Ilha Solteira, devido à falta de recursos técnicos, humanos e materiais, a cidade foi dividida em áreas operacionais, cada uma confiada a uma assistente social e dois auxiliares de serviço.

Estas equipes atuavam em quadras, vielas, áreas verdes, centros sociais e nas próprias residências, onde desenvolveram:

- Círculos de estudo;
- Atividades artísticas com menores;
- Grupos artísticos para adultos;
- Grupo de lavadeiras;
- Curso de sensibilização;
- Curso de iniciação profissional;
- Semana do associativismo;
- Recreação orientada;
- Campanha de prevenção de acidentes.

Programas e projetos específicos foram elaborados e operacionalizados em conjunto com outras secretarias, principalmente, Educação, Saúde, Prevenção e Segurança, bem como, a Assessoria aos Serviços Comunitários, tais como:

- Projeto de estruturação de uma agência de empregadas domésticas;
- Projeto agrário;
- Projeto de identificação e controle das patologias sociais;
- Projeto de motivação para a integração social;
- Projeto de equipagem das áreas verdes;
- Projeto de institucionalização de grupos através de seu desligamento progressivo em relação ao Serviço Social (escotismo, bandeirantismo, judô, conservatório musical e corte e costura);
- Assessoria a outras instituições como a Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado de São Paulo, Juizado de menores de Pereira Barreto e o Projeto Rondon;
- Encontro Regional de Assistentes Sociais.

A descrita atuação do Serviço Social objetivava transformar o núcleo urbano de origem artificial, Ilha Solteira, em uma verdadeira comunidade. Nos dias de hoje a cidade já é um núcleo orgânico, com novos desafios resultantes de uma situação peculiar, os quais precisam ser enfrentados pela comunidade como um todo. Antes, tratava-se da implantação de Ilha Solteira; hoje, o desafio é a sua auto-afirmação, enquanto comunidade independente.

O Serviço Social funcionava agregado à Seção de Assistência, ligada diretamente ao administrador de Ilha Solteira, atuando nas diversas áreas da Administração (AAI), bem como, dando atendimento à população e apoio às diversas instituições que atuam na cidade.

### 1.15 Empresas e Construção da Usina de Ilha Solteira

A dialética do projeto Ilha Solteira deveria ter sido alimentada pela contradição entre região e usina, apoiada na suposição de que o projeto de construir a usina de Ilha Solteira esbarraria na reação natural da região de Urubupungá, indignada com a destruição de quedas d'água e do traçado dos rios, da fauna e flora, de terras produtivas e cidades. No entanto, a região praticamente não ofereceu nenhum tipo de resistência, por vários motivos: o ineditismo do projeto, que a surpreendeu; a fragilidade de suas forças, em comparação a dos construtores; a falta de argumentos para barrar uma obra voltada ao desenvolvimento do país; o desconhecimento do impacto negativo de obras desse tipo e a esperança de que o projeto pudesse trazer desenvolvimento à região. A aprovação do projeto da usina foi rápida, de forma que os interesses de Ilha Solteira sobrepujaram os da região que a recebia (FROELICH, 2001, p. 23 e 24)

Antigos viajantes já descreviam em detalhes os redemoinhos que interrompiam a navegabilidade do Rio Paraná nos locais próximos à futura localização do Complexo Urubupungá, enfatizando a força e a velocidade das águas no local, características que futuramente seriam aproveitadas para a geração de energia elétrica.

Em 1628, Dom Luiz de Céspedes citado pelo BOLETIM CESP (1969-1972) admirou-se com as corredeiras de Jupιά, descrevendo-as como “*grandísimos remolinos de agua y de mucho peligro para las canoa*”.<sup>17</sup> Em 1816, o Cônego João Antonio Ferreira Bueno citado

---

<sup>17</sup> BOLETIM INFORMATIVO DE ILHA SOLTEIRA, 2º trimestre de 1972, nº 93, p. 67

pelo BOLETIM CESP (1969-1972), então Tesoureiro-mor da Sé de São Paulo, descreveu Jupιά como *“um recife de pedras, que nasce de uma a outra margem para a foz do rio, ficando um pequeno boqueirão, por onde correm as águas com imensa velocidade, fazendo muito redemoinho”*.<sup>18</sup>

Nesta época, as corredeiras e pedras de Urubupungá destacavam-se pela beleza e também por se constituírem em um sério obstáculo à navegação, forçando os viajantes a andarem pelas rochas das margens, enquanto puxavam as canoas com cordas.

Em 1909, Euclides da Cunha escrevia em seu livro *A Margem da História*, citado pelo BOLETIM CESP (1969-1972)

Os terrenos compreendidos entre as duas quedas, Urubupungá no Paraná e Itapura no Tietê, distante uma légua, são a base vindoura do mais importante dos centros industriais da América do Sul, dispondo de energia mecânica incalculável nas catadupas, que, somando-se à derivada do Salto do Avanhandava e transformando-se em energia elétrica, não só satisfará a todos os misteres das indústrias como à tração de estradas de ferro que por ali passarem (BOLETIM CESP, 1972, s.p.)

A força da corrente e o volume da água indicam, para o futuro, a perspectiva do aproveitamento de Urubupungá para a geração de energia elétrica. Isto somente se daria, porém, quando houvesse a confluência de uma série de condições, como tecnologia adequada, demanda proporcional e a capacidade de transmissão a longas distâncias.

O aproveitamento do Salto de Urubupungá constituiu-se em um verdadeiro desafio para a empresa encarregada das obras, a CELUSA – Centrais Elétricas de Urubupungá S/A, em razão da magnitude do empreendimento ao qual ela se lançava. A única grande obra brasileira até então, no setor de energia elétrica, era a Usina Furnas, em Minas Gerais, que fora implantada com equipamentos, projetos e técnicos estrangeiros, utilizando os serviços de uma empreiteira norte-americana.

---

<sup>18</sup> **A Energia Elétrica no Brasil: da primeira lâmpada à Eletrobrás.** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977, p. 42, citado por CESP, Ilha Solteira: A Cidade e a Usina. SP, 1988, 93 p. (fascículos da história da energia elétrica em São Paulo, 2)

A obra de Ilha Solteira deve ser compreendida em sua perspectiva adequada, com sua localização dentro do Complexo de Urubupungá. Jupiá foi um marco brasileiro no que diz respeito à construção de grandes hidrelétricas. Antes de Jupiá, as maiores usinas do território do Estado de São Paulo eram, por ordem de grandeza, a de Barra Bonita, no Rio Tietê, com cerca de 200.000 m<sup>3</sup> de concreto, sendo que em Jupiá a escala aumentou bruscamente para quase 1,4 milhões de metros cúbicos de concreto. As vazões máximas dos rios até então dominados eram de pouco mais de 40.000 m<sup>3</sup>/s, quando a vazão máxima admitida para Jupiá era por volta de 50.000 m<sup>3</sup>/s.

Estes dois parâmetros demonstram com clareza que a CELUSA estava realmente propondo-se a enfrentar uma outra escala de desafios. Antes de Jupiá nunca o Brasil tentara empreendimentos deste porte, tanto no campo de projeto quanto de empreiteiras e fornecedores de equipamentos, e nos recursos humanos. Jupiá tornou possível a construção da Usina Ilha Solteira e a partir destas duas hidrelétricas abriu-se uma nova fase do sistema energético brasileiro.

A CELUSA decidiu que estes desafios já poderiam ser confiados a brasileiros e houve a criação da empresa encarregada do detalhamento do projeto de Jupiá, a THEMAG Engenharia S/A, formada por um grupo que prestara consultoria à CHERP – Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo e à USELPA – Usinas Elétricas do Paranapanema. Eram eles Telemaco van Langendonck, Henrique Herweg, Eugene Yves Josquin, Milton Bargas e Alberto Giaroli, cujas iniciais formaram o nome da nova empresa de engenharia, THEMAG.

O mesmo ocorreu quanto às empreiteiras. A CELUSA acreditou no potencial das empresas nacionais e para a concorrência de Jupiá foi permitida apenas a participação de empreiteiras brasileiras. A empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A venceu a concorrência para os obras de engenharia civil, iniciadas em 1962.

Os equipamentos eletromecânicos para Jupuí foram quase integralmente fornecidos pelo grupo italiano GIE – Gruppo Industrio Elettro Meccaniche per Impianti all’Estero, de Milão, formado pelas empresas Asgen, Riva, Marelli e Tosi. Alguns dos últimos geradores instalados foram construídos pela General Electric do Brasil S/A. A TENENGE – Técnica Nacional de Engenharia S/A, efetuou a montagem eletromecânica.

As razões pelas quais as obras de Jupuí precederam as de Ilha Solteira podem ser resumidas a três:

- A infra-estrutura da região de Jupuí era muito mais favorável do que a de Ilha Solteira, demandando, portanto, menos investimento.
- O custo da Usina Jupuí, 400.000.000 de dólares em valores de junho de 1975 era de menos da metade daquele previsto para Ilha Solteira.
- A construção de Jupuí capacitaria a CELUSA (e depois a CESP) a adquirir a experiência necessária a um empreendimento do porte de Ilha Solteira e outras usinas.

Se Ilha Solteira foi o grande marco brasileiro em tecnologia de construção de grandes hidrelétricas, isso se deve em muito ao *know-how* adquirido na construção de Jupuí, que embora tenha proporções menores, forneceu o embasamento necessário ao grande avanço alcançado em Ilha Solteira.

Neste processo, mostraram-se de crucial importância os Laboratórios de Hidráulica e de Solos e Concreto, os quais, além de apoiarem a construção de Jupuí, iniciaram os estudos referentes às obras de Ilha Solteira. O planejamento das obras de Ilha Solteira foi elaborado em Jupuí, com todo o apoio das empreiteiras, dos projetistas e do elemento humano em geral. Toda a estrutura montada em Jupuí foi gradativamente sendo transferida para as obras de Ilha Solteira.

Uma vez que o início das obras de Ilha Solteira deu-se antes do término de Jupuí e também graças à distância de apenas cerca de 60 quilômetros entre os canteiros de obras das

duas usinas, não houve necessidade de duas estruturas independentes. Esta continuidade bastante positiva, possibilitando a mesma equipe realizar em Jupia o planejamento de Ilha Solteira e construí-la em seguida.

Nunca houve paralisação nas obras de Jupia e de Ilha Solteira. Na resolução de todos os problemas que surgiam em Jupia, tanto técnicos quanto administrativos, sempre tinham em mente o planejamento executivo da Usina Ilha Solteira. Se houve problemas, estes se relacionaram às questões técnicas, não provindo nunca da falta de apoio ou de recursos inadequados. Esta continuidade e este ritmo de trabalho propiciaram à Ilha Solteira seu lugar de destaque como um marco brasileiro na tecnologia de construção de grandes hidrelétricas<sup>19</sup>.

O investimento realizado na construção da Usina Ilha Solteira atingiu 1.180 milhões de dólares, em valores de junho de 1978, sendo que 75% desta soma foram advindos de recursos internos e os restantes 25% foram obtidos no exterior<sup>20</sup>.

Planejar e implementar o espaço que os trabalhadores empregados na construção de grandes usinas hidrelétricas ocupam durante as obras sempre esteve entre as tarefas básicas das companhias de energia elétrica. A originalidade do caso da cidade de Ilha Solteira reside na preocupação de seus planejadores em repassar à região os resultados dos investimentos realizados neste núcleo urbano e de apoio, que se caracteriza como uma cidade permanente, com uma estrutura administrativa completa do que diz respeito à educação, assistência médica, moradia e lazer.

É evidente que o custo de uma estrutura como esta foi muito alto, mas este custo precisa ser avaliado em relação à obra principal, a construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira.

---

<sup>19</sup> Redigido com o auxílio do depoimento do Eng. Walmir Fernandes Modesto (CESP). São Paulo, 30 de setembro de 1987, citado por CESP, Ilha Solteira: A Cidade e a Usina. SP, 1988, 93 p. (fascículos da história da energia elétrica em São Paulo, 2)

<sup>20</sup> CESP. **Ilha Solteira, a maior hidrelétrica da CESP. São Paulo, CESP, 1979, p. 11.**

*A construção da cidade de Ilha Solteira apresentou apenas 1% do custo total da obra*<sup>21</sup>. A alta produtividade apresentada pelos trabalhadores que construíram a usina está relacionada com o núcleo urbano que habitavam e foi um dos fatores responsáveis pela rapidez e qualidade com que as obras da hidrelétrica foram concluídas. *Mesmo que a cidade de Ilha Solteira não fosse aproveitada após a conclusão da obra, ela já estaria paga pelo serviço prestado*<sup>22</sup> – a edificação de um marco de engenharia nacional, com o desenvolvimento de metodologias que foram utilizadas na construção de usinas e o aperfeiçoamento da técnica de gerenciamento de grandes projetos.

A fixação da cidade de forma independente da tutela da CESP é um alvo que sempre esteve nos programas da Empresa, o qual previa que as obras de Três Irmãos e do Canal de Pereira Barreto, cujos trabalhadores residem em Ilha Solteira, continuassem até a década de 1990. A desvinculação da cidade em relação à CESP dependeria da diversificação de suas atividades econômicas. Nos dias de hoje, porém, o fato é que grande parte da população ainda depende diretamente da CESP, Fundação CESP e das suas empreiteiras.

As condições topográficas e climáticas da região de Ilha Solteira, topografia levemente acidentada e clima tropical moderado, tornam-na favorável a uma série de atividades agrícolas, como o cultivo de hortaliças, cereais e frutas tropicais, e ao desenvolvimento da pecuária de corte e de leite, além de atividades correlatas, como suinocultura, avicultura e outras. São também condições favoráveis à agropecuária a disponibilidade de água e energia elétrica, a quantidade do solo e a presença de assistência técnica especializada, através da área de Ciências Agrárias da UNESP, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Outra atividade econômica de grande potencial é a pesca, se orientada por entidades competentes, como a Estação de Aqüicultura de Jupia, mantida pela CESP. A pesca tem um

---

<sup>21</sup> CESP – Companhia energética de São Paulo. Ilha Solteira: A Cidade e a Usina. Fascículos da História da energia elétrica em São Paulo: 1988, n. 2, p. 84.

<sup>22</sup> Ibid. 1988, p. 84

efeito multiplicador na economia, ensejando o desenvolvimento de outras áreas às quais podem estar ligadas, como a indústria, o comércio e o turismo.

Para a indústria, também existem condições favoráveis: energia elétrica, áreas disponíveis, mão-de-obra especializada e não-especializada, nível apreciável de educação e saúde, material humano familiarizado com a tecnologia avançada, transporte e matérias primas oriundas de outras atividades econômicas, como a agropecuária e a pesca.

Enquanto empresa energética que opera duas grandes usinas hidrelétricas na região, Engenheiro Souza Dias (Jupiá) e Ilha Solteira, além de Três Irmãos e do Canal Pereira Barreto, a CESP sempre estará presente na região de Urubupungá, sendo que o compromisso da Empresa com Ilha Solteira não se esgota na operação destas usinas, como prova a transferência para a cidade desses dois laboratórios de engenharia e a implantação do Centro de Treinamento.

Por outro lado, enquanto entidade responsável pela administração da cidade durante todo esse tempo, o papel da CESP tem sido alterado paulatinamente. O afastamento gradativo da Empresa da administração do núcleo foi iniciado com a transferência do patrimônio. A venda das casas da cidade a particulares começou em 1980 e até abril de 1981 quase três centenas de residências tinham sido vendidas. As vendas foram então suspensas, recomeçando em 1983, quando 2.500 casas foram vendidas em três meses. Hoje, quase que a totalidade pertencem a particulares. Vieram em seguida as cobranças de taxas de água e esgotos, em janeiro de 1984, transferindo à população o encargo de participar dos custos dos serviços públicos.

A implantação do Projeto Cinturão Verde<sup>23</sup>, o qual consiste no aproveitamento de parte das terras remanescentes do canteiro de obras da Usina Ilha Solteira para a agricultura, a

---

<sup>23</sup> Desenvolvido no capítulo 2.

transferência para a cidade dos laboratórios de engenharia e do Centro de Treinamento, a criação do Campus da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” inserem-se na tentativa de dotar a cidade de Ilha Solteira de vida própria, independente da empresa energética e das suas empreiteiras.

Essas características com certeza terão um grande peso no futuro da cidade, pois não resta dúvida de que a presença constante de tecnologia sofisticada e de recursos humanos com ela familiarizados influi positivamente no desenvolvimento de centros urbanos.

A situação em pauta lembra bem quando Milton Santos escreve no livro “A Urbanização Brasileira”:

Pode-se vislumbrar que esse meio técnico-científico, que tende a ser o meio geográfico do nosso tempo, se estenderá por todo o território brasileiro dentro de vinte ou vinte e cinco anos. Esse meio técnico-científico resulta, como já vimos, da adição do território de ciência, de tecnologia, de informação, e cria espaços *inteligentes* numa parte do Brasil, deixando que em outros permaneçam os espaços *opacos*. Uns e outros são subespaços com comportamentos diferentes, lógicas e racionalidades diferentes. Tais dinâmicas diferentes, não são apenas dinâmicas territoriais, mas também dinâmicas políticas, demográficas, culturais e econômicas. (SANTOS, 1994, p. 120)

A controvérsia a respeito do destino da cidade existe desde que ela começou a ser construída e tem levado ao surgimento de propostas curiosas. Houve até mesmo quem imaginasse o reaproveitamento do núcleo urbano como uma cidade-presídio, idéia que foi violentamente rejeitada pela população. A reação imediata de repulsa a essa idéia, que mobilizou a cidade de Ilha Solteira na ocasião, serviu para reforçar a postura de permanência na cidade e da procura de soluções para a sua auto-sustentação, através da elaboração de vários projetos, que ainda hoje são debatidos pela comunidade, que demonstra um grande sentimento de apego à cidade.

## **CAPÍTULO 2 - PROJETO CINTURÃO VERDE**

## 2.1 Histórico – implantação - perspectivas

O Projeto Cinturão Verde foi instalado, após todo um processo de seleção<sup>1</sup>, e hoje faz parte da própria história de emancipação de Ilha Solteira, que se tornou um município de expressão na região.

Tínhamos uma equipe composta de oito pessoas: três técnicos agrícolas, uma enfermeira, duas assistentes sociais e dois administrativos. Tínhamos consciência de que a nossa permanência naquele Projeto seria de no máximo dez anos, quando, então, teoricamente, eles já estariam integrados na comunidade de Ilha Solteira.

Percebemos até hoje, no contexto, um muro, invisível, que separa essas pessoas, produtores rurais e residentes urbanos. Os primeiros pressionados pela especulação, e os últimos esperançosos de ter um pedaço de terra voltado para o lazer ou mesmo para produção.

Até hoje existe uma insatisfação por parte da coletividade, sendo que esse sentimento multiplicado irradia nuances diferenciadas de comportamento e opiniões, tanto de segmentos sociais, como de indivíduos, de ambos os lados. Por isso, esse trabalho é também um estudo sociológico, um estudo de caso.

Na verdade, estamos muito longe de uma sociedade de cidadãos. Nossas tradições históricas e nossos dilemas históricos não resolvidos nos empurram perigosamente em outra direção. A propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do país. [...] No Brasil, o atraso é um instrumento de poder (MARTINS, 1994, p. 12 e 13)

Em 1992, o Projeto Cinturão Verde já estava relativamente estruturado, com todos agricultores sobrevivendo dignamente, tendo cada um o seu lote, com instalações de manejo

---

<sup>1</sup> Cf. Documento da Vice-Presidência executiva da CESP à Comissão de Seleção dos Agricultores, de 29/06/1984, onde consta ata da sessão de instalação da comissão de seleção do Cinturão Verde de Ilha Solteira, quando o Sr. Vice Presidente executivo Eng. Miguel Carlos Fontoura da Silva Kozma informou aos presentes sobre as finalidades do Cinturão Verde, de compatibilizar seus aspectos sociais e econômicos, com um embasamento técnico capaz de habilitá-lo a contribuir para a consolidação do núcleo urbano de Ilha Solteira

para seus animais: vacas, carneiros, galinhas, suínos, etc. Além disso, todos os lotes tinham água encanada, a maioria com energia elétrica, todos voltados para um trabalho comunitário em torno da “Associação dos Agricultores do Projeto Cinturão Verde”.

O valor unitário das terras cresceu muito até o momento, tendo em vista a emancipação e todo o *marketing* voltado para fazer de Ilha Solteira uma estância turística. Tudo isso é muito bom para o município, mas em contrapartida, até hoje, não existe uma política efetiva voltada para a fixação dessas famílias em seus lotes, pelo contrário, existe sempre um clima de transitoriedade, onde, na calma aparente, reside o desassossego, uma tensão constante.

A maioria dos agricultores ainda resiste à pressão da especulação imobiliária, mas não se sabe até quando, tendo em vista a força do capital. Já acontece aqui e acolá compra de fragmentos de lotes desmembrados para venda, por meio de documentos particulares, já que não podem negociá-los oficialmente.

Enfim, é um problema sério, pois mesmo já de posse do título definitivo (alguns), ainda são obrigados a respeitar uma cláusula do Termo de Compromisso firmado entre as partes que impede a venda legal dos lotes.

Todavia, esta consolidação, o sonho coletivo da permanência dos primeiros agricultores e dos herdeiros, agregados em torno da “agricultura familiar”, pode ser efêmera, dado às contradições existentes entre dois potenciais de uso diferentes (turístico e agrícola), mas não necessariamente conflitantes e excludentes.

Ilha Solteira constitui-se e configura-se atualmente como um espaço voltado a uma nova realidade, diferente de vinte anos atrás, onde os meios técnico-científicos, políticos, demográficos, culturais e econômicos tinham dinâmicas muito diferentes.

Santos enfatiza que:

De toda maneira, vivemos já um novo patamar da integração territorial brasileira, por causa da maior densidade da configuração territorial (urbana), mas também por causa de sua espessura [...] Estaríamos agora, deixando a fase da mera urbanização da sociedade, para entrar em outra, na qual defrontamos a urbanização do território (SANTOS, 1994, P. 125)

A antiga *zona rural* (Cinturão Verde) de Ilha Solteira, dicotômica, já não existe. O Projeto Cinturão Verde atualmente encontra-se em área urbana, com água encanada, energia elétrica, boas vias de acesso. Portanto, a *espessura* dos comportamentos espaciais, interpessoais e coletivos é moldada por essa nova característica, é mais densa, essencialmente influenciada pelos fatores técnico-científicos.

Santos ainda comenta que a urbanização crescente é uma fatalidade neste país, ainda que ela se dê com aumento de desemprego, do subemprego e do emprego mal pago.

De qualquer modo, estamos frente a um processo de subordinação ao capital de exploração, de expropriação. O que significa que, no capitalismo, o campesinato está submetido a esse processo. A questão é se o camponês luta contra o capital ou aceita esse “destino” (FERNANDES, 2001, p.31).

Atualmente, os pequenos agricultores assentados, no geral, não têm, na prática, quem os defenda dos interesses capitalistas (particulares e empresas) que já tomou assento cativo no campo. Toda aquela aura romântica que existia de afetividade pela terra, da diversidade agrícola em pequenas propriedades, hoje, dá lugar à exploração de monoculturas, voltadas para exportação, com incentivos governamentais, cujo objetivo maior é a obtenção de superávit na balança comercial.

A área onde hoje se localiza o Cinturão Verde, antes de ser regularizada, em forma de assentamento, conforme testemunhos locais, *era local perigoso, esconderijo de bandidos e desmanche de carros e motos roubados*. A mata e o denso colônio contribuíam e camuflavam tudo que acontecia. Nesse momento existia uma exploração irregular nessas

áreas remanescentes de canteiro de obras, de rocinhas de subsistência, que se esparramavam em torno da cidade. Até então não havia esse interesse tão grande pelas áreas do entorno de Ilha Solteira. Isso aconteceu com o início do processo de emancipação e, concomitantemente, à criação de um novo espaço geográfico, com a instalação do Cinturão Verde, portanto, transformando para melhor a paisagem periférica de Ilha Solteira.

Muitas barreiras foram superadas pelos agricultores, mas isso de nada vale, dentro da ótica moderna, pois mesmo sendo uma evidência, as “forças ocultas capitalistas” desconsideraram esse fato, pelo contrário, o capital, pragmático, se apropria de tudo, literalmente, do físico e do discurso, e o passado não conta.

Em 1972, quando iniciou o processo de esvaziamento<sup>2</sup> da população de Ilha Solteira, ocorreram problemas como a demanda cada vez menor de empregos, e diversas alternativas vêm sendo estudadas para o desenvolvimento e emancipação do Núcleo Urbano. Uma dessas alternativas seria a instalação de um pólo de produção agrícola, visando o abastecimento do núcleo urbano e região, contribuindo para a economia local com a criação de empregos diretos, para o aumento da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – para a criação de agroindústria, etc.

A instalação desse pólo de produção se concretizou em outubro de 1984 com a implantação do projeto Cinturão Verde, que agregava 89 famílias oriundas do Município Pereira Barreto<sup>3</sup>.

O projeto foi elaborado visando atender a essa população de duas formas:

a) Agricultores profissionais cujas terras estavam sendo cedidas a títulos onerosos por meio de contrato com prazo inicial de 5 anos, que seria o Projeto Cinturão Verde propriamente dito.

---

<sup>2</sup> Conforme Relatório do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) nº 20.752, vol. I, 1984, p. 1.

<sup>3</sup> Este foi mais um agravante que induziu a rejeição ao Cinturão Verde pela população de Ilha Solteira. Os selecionados, na maioria, vieram de outros lugares da região.

b) Ex-ocupantes inscritos, desempregados e indivíduos de baixa renda. A área destinada a eles eram lotes de 2.500 m<sup>2</sup> sendo cedidas através da concessão de uso por tempo indeterminado para roças familiares, que pretendia a melhoria alimentar e a complementação de renda das famílias beneficiadas.

Para a classificação e seleção dos agricultores a serem assentados no Cinturão Verde foi formada uma comissão de seleção com representantes da:

- a) Prefeitura Municipal de Pereira Barreto;
- b) Institutos de Assuntos Fundiários;
- c) Conselho Comunitário de Ilha Solteira;
- d) Câmara Municipal de Pereira Barreto;
- e) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pereira Barreto;
- f) Coordenadoria de Participação Comunitária de Ilha Solteira;
- g) Administração do Núcleo Urbano de Ilha Solteira;
- h) Associação Regional dos Engenheiros;
- i) CESP – Companhia Energética de São Paulo.

Os critérios básicos utilizados para a seleção e classificação, de acordo com documento elaborado através da Diretoria Administrativa, procuraram basicamente considerar:

a) Os lotes agrícolas do Cinturão Verde destinar-se-iam única e exclusivamente a agricultores profissionais e comprovadamente não proprietários, a saber:

- Parceiros e arrendatários de pequenas áreas
- Empregados rurais
- Desempregados rurais
- Possesores em situação de iminente despejo

b) A prioridade de seleção, entre as categorias acima estabelecidas, ficaria para os agricultores residentes no Município de Pereira Barreto. Uma vez esgotado este contingente a preferência passaria aos candidatos residentes nos municípios vizinhos de Pereira Barreto.

c) O processo de seleção foi dirigido, para separar, em primeiro lugar, todos os agricultores que entendessem as condições estabelecidas em (a) e (b) e que possuísem complementarmente experiência em agricultura irrigada.

d) A comissão deveria elaborar tabelas de avaliação que consideraria basicamente os seguintes elementos:

- força de trabalho familiar
- experiência em atividades agrícolas
- renda familiar
- capacidade gerencial

e) Todas as decisões da comissão deveriam ser tomadas pelo critério de maioria simples de seus membros, cabendo à Coordenação da CESP o voto de desempate.

f) Admitindo que estivessem disponíveis cerca de 90 (noventa) lotes agrícolas considerar-se-ia suficiente que a comissão selecionasse um número não superior a 120 (cento e vinte) agricultores, estabelecendo-se assim, a folga necessária para o preenchimento imediato das vagas surgidas por motivos diversos, como desistência, impossibilidade de localização do candidato, etc.

De acordo com os Termos de Compromisso de Concessão Onerosa, emitidos pela CESP, constava entre outros, as seguintes exigências:

1. Zelar pela área, impedindo a permanência e/ou fixação de terceiros;
2. Ter no mínimo 80% (oitenta por cento) da área a ser concedida, cultivada com culturas temporárias e/ou permanentes no final do terceiro ano de concessão, mantendo-se desta forma até a rescisão ou término deste contrato.

## 2.2 Localização

O Projeto Cinturão Verde localiza-se no Município de Ilha Solteira, à jusante da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, margeando o Núcleo Urbano de Ilha Solteira.

## 2.3 Divisão Territorial da Área

Em sua concepção original<sup>4</sup>, o projeto envolvia uma área de aproximadamente 1.200,00 ha com as seguintes destinações: 552,50 ha para o assentamento de trabalhadores rurais; 240,00 ha para a proteção de mananciais e rede elétrica; 232,00 ha para recuperação de áreas degradadas, e 127,50 ha destinados às roças familiares. Roças familiares correspondem a pequenas áreas (2.500,00 m<sup>2</sup>) destinadas à produção de alimentos que completariam a dieta alimentar das famílias de baixa renda residentes no Núcleo Urbano de Ilha Solteira.

O parcelamento da área foi feito levando-se em consideração a força de trabalho de cada família e também a qualidade agronômica dos solos, tendo por base estudos de solo e Classe de Capacidade de Uso da Terra, realizados pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo). Com base no exposto acima, a área foi dividida em quatro estratos produtivos, conforme tabela abaixo:

---

<sup>4</sup> INFORMAÇÕES GERAIS – Projeto de Assentamento Cinturão Verde de Ilha Solteira. M/DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE. CESP, São Paulo: 1997.

### Divisão de Área

Nº de Lotes	Descrição de uso	Área Unitária (ha)	Área Total (há)
14	Cultura irrigada	2,50	35,00
35	Cultura de sequeiro	5,00	175,00
27	Cultura de sequeiro	7,50	202,50
14	Cultura de sequeiro	10,00	140,00
-	Caixas de empréstimo	-	227,39
-	Reservas enriquecidas	-	44,12
-	Áreas reflorestadas	-	317,17
-	Estradas internas	-	3,45
-	Talwegues	-	45,65

### 2.4 Infra – Estruturas

#### a) Implantadas pela CESP

#### Sistema de Irrigação

Casa das moto-bombas	30,00 m <sup>2</sup>
Rede elétrica (13,8 KV)	718,00 m
Adutora	950,00 m
Painéis elétricos	3,00 un
Painéis de controle dos lotes	14,00 un
Armazém de cereais	300 m <sup>2</sup>
Centro comunitário	238,00 m <sup>2</sup>
Estradas internas	10,36 km
Terraços (aprox)	200,16 km
Caixas de retenção de águas pluviais	14,00 un

## b) Implantados pelos agricultores

Benfeitorias	Quantidade	Áreas Médias
Casas de alvenaria	88 un	63,10 m <sup>2</sup>
Casas de madeira	32 un	54,36 m <sup>2</sup>
Casa Mista (madeira/alvenaria)	02 un	90,00 m <sup>2</sup>
Paiol	06 un	13,83 m <sup>2</sup>
Galpão	01 un	64,00 m <sup>2</sup>
Curral	07 un	49,00 m <sup>2</sup>
Estufa	04 un	92,50 m <sup>2</sup>
* Rede Hidráulica	75 lotes	
**Rede Elétrica	75 lotes	

\* Implantada através da Prefeitura com material fornecido pelos beneficiários

\*\* Implantada através do Programa – Eletrificação Pontal Oeste Rural.

## 2.5 Aspectos Físico/Climático

a) Altitude: 300 a 405 metros

b) Clima

O clima no município é do tipo Aw (Vladimir Köppen), com inverno seco e verão chuvoso. A média de temperaturas máximas ao longo dos últimos anos é de 26,2°C e das mínimas 23,6°C (Fonte: UNESP - FEIS).

Pluviometria: Variando entre 1100 mm e 1300 mm

Excedente Hídrico: 178 mm/ano (Outubro a Março)

Deficiência Hídrica: 74 mm/ano (Abril a Setembro)

Geadas: ocorrem com ciclos de cerca de 10 anos.

### c) Precipitação pluviométrica

A precipitação média anual da região é de aproximadamente 1400 mm, apresentando um período mais chuvoso que inicia no primeiro decêndio de novembro até o primeiro decêndio de fevereiro. O período mais seco do ano inicia-se no primeiro decêndio de junho, prolongando-se até o terceiro decêndio de agosto.

### d) Temperatura

A região não apresenta grandes variações de temperatura ao longo do ano. A média anual das temperaturas médias diárias é 24,1 °C.

Os meses mais quentes do ano são janeiro, fevereiro e março, com a média mensal das temperaturas médias diárias de 26 °C.

Os meses mais frios do ano são junho e julho, com a média mensal das temperaturas médias diárias, de 20,8 °C e 20,7 °C, respectivamente.

### e) Umidade relativa do ar

A região apresenta um comportamento uniforme ao longo do ano. A média anual das umidades relativas do ar, médias diárias é 70,8 %. O período mais úmido do ano corresponde aos meses de novembro a março.

#### f) Ventos

Os ventos da região apresentam uma maior predominância nas direções NE, nos meses de janeiro, fevereiro, junho, novembro e dezembro; nos meses de maio e agosto na direção E e, nos meses de março, abril e setembro na direção SE.

Com relação às velocidades médias dos ventos pode-se verificar que a sua distribuição no longo do ano não apresenta grandes variações.

Em termos médios anuais apresentam a velocidade nas direções NE, E e SE de 3,0 , 2,9 e 2,8 m/s respectivamente.

#### g) Relevo

Do ponto de vista geomorfológico a área apresenta-se em sua maior extensão, inserida na vertente do vale do rio Paraná, alcançando a borda do Planalto Ocidental. Seu relevo varia de suave ondulado a ondulado, caracterizando-se pela presença de encostas amplas com declividade em geral abaixo de 15%, convexos ou côncavos. Ocorrem ainda áreas rebaixadas com pequena elevação, próximas ao terraço aluvionar do rio. Estas encostas são entrecortadas por drenagens perenes e intermitentes que demandam do Planalto Ocidental.

Desprovido de cobertura vegetal original, estavam anteriormente ao projeto ocupado por vegetação forrageira. Predominando o colúmbio e vegetação invasora de pastagens

#### h) Solo

A geologia da área é representada por litologias afetas ao grupo São Bento e ao grupo Bauru. A fertilidade varia de média a média alta e apresenta textura média de estrutura fina e boa drenagem.

i) Classe de Capacidade de Uso das Terras

As classes de capacidade de uso estão baseadas nos graus de limitações de uso, portanto, agrupando “terras com limitações de uso e/ou riscos de degradação do solo em graus semelhantes”.

Estas classes, com exceção da classe I, podem ainda ser subdividas em subclasses de acordo com a natureza de limitação imposta, sendo convencional admitir-se quatro subdivisões, a saber:

- a – Limitações pela erosão presente e/ou risco de erosão (e);
- b – Limitações relativas ao solo (s);
- c – Limitações por excessos de água (a);
- d – Limitações climáticas (c).

Considerando o acima exposto, a classificação das terras, no sistema de Capacidade de Uso na área de interesse, está demonstrado no quadro abaixo:

Quadro – Classe de Capacidade de Uso com Respectivas Unidades Pedológicas.

UNIDADE PEDOLOGICA	CLASSE	SUBCLASSE
LEp-1	I	-
LEp-2	II	IIe
PVE	III	IIIe
PVA-1	III	IIIe IIIes
BV-1	IV	IVes, IVsa
BV-2	III	IIIs
BV-3	III	IIIa
Hi -2	IV	IVa, IVa
Li -1	IV, VI	IVes, IVsa, VIIs
Li -2	IV, VI	IVs, VIIs
Hi - 1	IV, VI	IVsa, VIa

## 2.6 Caracterização Econômica/ Técnico /Social/Cultural /Patrimonial

### 2.6.1 Atividades Econômicas

Durante o período de existência do projeto, as famílias têm explorado seus lotes com culturas diversas, mas nesses últimos anos vêm introduzindo a pecuária leiteira em seus lotes. Contam, para isso, com recursos de financiamento do antigo PROCERA<sup>5</sup> (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), substituído por outros programas como PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), liberando, eventualmente, recursos para projetos de investimento. Alguns já foram instalados como a pecuária leiteira, avicultura, fruticultura, irrigação, plasticultura<sup>6</sup> (horticultura), suinocultura e outros.

Atualmente vários outros projetos foram implantados, como uma fábrica de rapadura, uma farinheira, uma fábrica de vassoura, um alambique e uma mini-indústria de confecções. Esta última é explorada pelo grupo de mulheres, anteriormente citado.

Apesar da queda da produção nas últimas safras, em virtude do enfraquecimento do solo e condições climáticas, observamos uma boa evolução em termos de investimento no lote (casa, instalações de manejo de animais, etc.).

Verificamos que as famílias dos lotes de sequeiro estão com 100% de suas áreas totalmente abertas e cultivadas com culturas anuais e perenes, bem como criação de animais em geral, com destaque para bovinos (leiteiro) e suínos.

Nos lotes irrigados houve evasão de uns e exclusão de outros, restando somente 5 agricultores dos 13 selecionados inicialmente. Os lotes desocupados estão sendo administrados pela prefeitura com projetos sociais e parcerias, principalmente, explorando a plasticultura com olerícolas (legumes). As evasões e exclusões aconteceram em função de

---

<sup>5</sup> Programa de Crédito Especial Para a Reforma Agrária, criado pelo Conselho Monetário Nacional, em 1985, citado por Silveira (2003, p. 73), tem o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentamentos da Reforma Agrária, para possibilitar sua emancipação através da titulação definitiva de terras.

<sup>6</sup> Agricultura praticada em ambientes fechados por um estrutura de plástico, com controle sobre os ventos, umidade, temperatura, etc.

uma seleção mal feita, resultando no assentamento de pessoas sem a menor tradição e conhecimento em agricultura, principalmente em irrigação, agravado também pela descapitalização. A consequência foi um baixo nível de exploração e conseqüentemente uma produção aquém do esperado para um lote irrigado, o que contrariava os objetivos propostos inicialmente, que seria a produção de olerícolas, através de uma exploração racional, proporcionando cultivos intensivos condizentes com a necessidade de consumo da população do município.

#### 2.6.2 Assistência Técnica

Atualmente, a assistência técnica é realizada pela Secretaria de Agricultura do Município de Ilha Solteira. Entretanto, a CESP prestou assistência técnica agrônômica/social até o ano de 1995, quando se afastou. Contava com uma equipe constituída de agrônomo, técnico agrícola, assistente social, geógrafo e técnico de enfermagem, desenvolvendo várias atividades junto às famílias assentadas.

As principais eram:

- Elaboração de projetos de financiamento e investimentos;
- Fiscalização de lavouras;
- Elaboração de laudos técnicos para liberação de parcelas de financiamento;
- Palestras;
- Dias de campo;
- Orientação e acompanhamento no plantio, condução e colheita de lavouras;
- Cursos diversos;
- Assessoria à Associação;
- Assessoria na comercialização de safras;

- Campanhas de saúde: vacinação, prevenção de câncer no colo uterino e de mama;
- Assessoria na elaboração dos processos de aposentadoria;
- Assessoria às atividades recreativas.

Atualmente, com já dissemos, os agricultores contam com um convênio entre o Estado e a Prefeitura de Ilha Solteira nas questões relacionadas à agricultura.

### 2.6.3 Caracterização Sociocultural

#### a) Educação

Tendo em vista a proximidade do Projeto Cinturão Verde ao Núcleo Urbano de Ilha Solteira, os filhos dos produtores rurais em idade escolar, do pré-primário ao nível médio freqüentam as escolas localizadas na sede do município.

O transporte dos alunos é realizado por ônibus da prefeitura municipal de Ilha Solteira gratuitamente.

As crianças que não estão em idade escolar, e se há interesse dos pais, elas são assistidas pela SAIS – Sociedade de Amigos de Ilha Solteira, onde recebem assistência médica, odontológica, educacional, acompanhamento social e refeições. E as crianças que necessitam de atendimento especial são encaminhadas a APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais onde contam com todo tipo de atendimento necessário às suas deficiências.

#### b) Saúde

Os produtores rurais do projeto e seus familiares são atendidos pelo SUS – Sistema Único de Saúde, através de convênios, no Posto de Saúde, Unidade Básica de Saúde, Hospital

de Ilha Solteira e Centro Odontológico, todos localizados na sede do município de Ilha Solteira.

Há um grupo de indivíduos do projeto, portadores de doenças crônicas e/ou infecto contagiosas cadastrados, respectivamente, nos programas de saúde pública do município onde são assistidos por médicos especialistas e também recebem, gratuitamente, o medicamento específico à doença. As doenças crônicas e/ou infecto contagiosas mais comuns são hipertensão, diabete, tuberculose e hanseníase. Em relação às duas últimas foram registrados poucos casos no projeto.

#### 2.6.4 Grupos Sociais

##### a) Grupo de Mulheres

Este grupo foi criado em agosto de 1986, com o intuito de capacitar as esposas e ou/filhas dos produtores rurais interessados em aprender os ofícios de corte-costura, pintura, bordado, crochê e de indústria caseira.

A formação deste grupo teve também outros interesses do ponto de vista social, tais como: aumentar a renda familiar, desenvolver a prática do associativismo e criar laços de amizade entre os indivíduos (famílias).

##### b) Grupo de Jovens

Este grupo surgiu, no início de 1987, com a finalidade principal de promover uma maior integração entre eles e seus familiares, através do desenvolvimento de atividades culturais realizadas na sede da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira.

Além dos eventos sociais promovidas pelo Grupo, estes se reúnem para discutir assuntos políticos, sobretudo, referente à questão agrícola e reforma agrária no país.

c) Associação dos Agricultores

Sob a denominação de Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, oficialmente, foi fundada em 18 de fevereiro de 1988. É regida pelo estatuto e administrada por um corpo gerencial eleitos em Assembléia Geral a cada 2 (dois) anos. O corpo gerencial é composto por:

Presidente

Vice-Presidente

1º Secretário

2º Secretário

1º Tesoureiro

2º Tesoureiro

Conselho Fiscal com 3 efetivos e 3 suplentes

Atualmente a Associação atende ao Cinturão Verde (Assentamento) e às Rocinhas Familiares (lotes menores), somando aproximadamente 600 lotes.

2.6.5 Bens Patrimoniais

a) Imóvel

01 Centro Comunitário	238,00 m <sup>2</sup>
01 Armazém de cereais	300,00 m <sup>2</sup>
01 Casa das Moto-Bombas	20,00 m <sup>2</sup>
01 Campo de futebol (iluminado)	1000,00 m <sup>2</sup>
01 Vestiário	

## b) Máquinas/Implementos/Utensílios

05 tratores de pneus
02 grades rome
01 grade niveladora
02 bateadeiras de cereais
02 roçadeiras
02 arados de disco
02 plantadeiras
01 carreta
01 tanque de combustível (cap. 2000 l)
01 ensiladeira
02 máquinas industriais de costura
03 máquinas comuns de costura
01 fogão industrial
01 freezer

## 2.7 Reorganização Espacial e Uso

A necessidade de expansão do perímetro urbano de Ilha Solteira para a formação de núcleos residenciais e/ou comercial e áreas destinadas a implantação de infra-estrutura de saneamento básico, a CESP realizou a organização espacial da área e disponibilizou áreas livres à Prefeitura Municipal. O Projeto atualmente tem 76 beneficiários mais os agregados e inquilinos, com uma população aproximada de 500 pessoas, e passou a ter configuração e ocupação de uso de acordo com o descrito abaixo:

## 2.7.1 Composição e Ocupação da Área

## a) Lotes Irrigados

No. de Lote	Ocupantes	Uso	Área Total (ha)
07	Beneficiários	Culturas diversas/hortaliças	17,82
07	Prefeitura	Projeto agrícola/social	17,18
Área (subtotal)			35,00

## b) Lotes de sequeiro

Nº do Lote	Ocupantes	Uso	Área Total (ha)
68	Beneficiários	Agropecuário	468,17
01	Prefeitura	Rodoviária	7,48
01	Prefeitura	Cemitério	6,03
01	Prefeitura	Sistema de esgoto	6,85
02	Prefeitura	Lagoa de tratamento de esgoto	20,10
02	Prefeitura	Loteamento	17,30
Áreas de Talvegues			46,65
Áreas reflorestadas			317,17
Área de estradas internas			3,45
Área CESP – Viveiro de Mudas			5,12
Área UNESP – Pomar			71,23
Área enriquecida			44,12
Área de empréstimo			152,33
Subtotal			1165,00
Total			1200,00
01	Prefeitura	Rodoviária	7,48

## 2.8 Histórico da Produção Agrícola do Projeto Cinturão Verde

A área produtiva foi selecionada após o levantamento de trabalhos dos condicionantes do meio físico, apresentando solos agricultáveis em relevo compatível com atividades agrícolas, possuindo classes II, III e IV de capacidades de uso do solo, com predominância dos solos Latossolo Vermelho Escuro (43,5%) e Podzólico Vermelho Escuro (29,0%) com um bom índice de fertilidade natural, conforme análises de solo realizado pela UNESP em 1986.

A concentração de mão-de-obra no projeto se dá na forma temporária como “diaristas”, com maior índice de absorção nas épocas de desbaste e colheita de algodão e colheita de milho, havendo também considerável utilização de mão-de-obra contratada para cultivos diversos (capinas, tratamento fitossanitário, cobertura, etc). Podia-se notar que, normalmente, na cultura do algodão, a necessidade era de 50 homens/dia durante os dois meses de colheita, para colher 280.000 kg de algodão (média do projeto), absorvendo ainda cerca de 20 homens/dia para o desbaste durante 20 a 30 dias. No caso do milho, o desenvolvimento da cultura era conduzido basicamente por mão-de-obra familiar, necessitando, porém, de cerca de 10 a 15 homens/dia para efetuar a colheita que se estendia por volta de 2 meses.

Atualmente houve a introdução de novas culturas substituindo o algodão, pois a área foi diminuída em função de vários fatores, principalmente, por causa de pragas, especialmente o “bicudo”, inseto que danifica o fruto verde.

O Projeto Cinturão Verde participa consideravelmente no abastecimento de gêneros alimentícios através da diversificada produção oferecida à população, como: milho, milho verde, arroz, feijão, mandioca, farinha, tubérculos em geral, hortaliças folhosas, abóbora, legumes, frutas diversas (em destaque, caju, manga, banana e outros), aves, ovos, suínos, leite e outros.

## 2.9 Ocupação e exploração dos lotes individualizados do Projeto Cinturão Verde

## A) Lotes Ocupados pelos Beneficiários Originais

<b>BENEFICIÁRIOS</b>	<b>N. LOTE</b>	<b>TIPO</b>	<b>ÁREA/A</b>
Mariano Mendes Neto	A-03	Pecuária leiteira e agricultura anual	8,2346
Roberto Fidelis Marangoni	A-04	Agricultura anual	5,3934
Sebastião Inácio dos Santos	A-05	Agricultura anual	5,0381
Rosalina das Neves da Silva	A-06	Agricultura anual	4,9847
Toraichi Sakaguchi	A-07	Agricultura anual, pecuária leiteira e fruticultura	5,3397
João Pereira Pardiniho	A-08	Agricultura anual	5,1698
Valdevino Costa Silva	A-09	Agricultura anual e pecuária leiteira	7,5709
Antônio Alves Pereira	A-10	Agricultura anual, pecuária leiteira e suinocultura	4,8211
João Vito de Souza	A-11	Agricultura anual e pecuária leiteira	6,0060
José Antonio da Silva	A-12	Agricultura anual	5,1250
Geraldina Pires Guimarães	A-13	Agricultura anual e fruticultura	5,0688
Manoel Romão de Santana	A-14	Agricultura anual	5,4024
* Tarcilio Alves da Costa	B-01	Agricultura anual, olericultura e fruticultura	2,5130
* João José da Silva	B-03	Agricultura anual, olericultura e fruticultura	2,4815
* Sebastião Benedito da Casta	B-04	Agricultura anual, fruticultura e suinocultura	2,5020
* Otaviano Lima de Jesus	B-09	Agricultura anual	2,5003

* José Leite da Cruz	B-10	Agricultura anual e fruticultura	2,8868
* Maria de Carvalho da Silva	B-11	Agricultura anual	2,5735
* Lírio José da Silva	B-13	Agricultura anual	2,3624
João Soares Dantas	B-15	Agricultura anual, pecuária leiteira e suinocultura	7,2888
Sebastião Francisco da Silva	B-17	Pecuária leiteira	4,9122
Francisco Ferreira da Silva	B-18	Olericultura, cultura anual e pecuária leiteira	9,3700
Antônio Jolvino Sobrinho	B-21	Agricultura anual e suinocultura	5,2132
Francisco Torquato dos Reis	B-22	Agricultura anual e pecuária leiteira	10,8294
Sebastião Aparecido Bolandin	B-23	Agricultura anual e pecuária leiteira	7,3191
Maria F. de Campos dos Santos	B-24	Agricultura anual e pecuária leiteira	6,6752
Francisco Pereira Niza	B-25	Agricultura anual e pecuária leiteira	4,8383
Rosalina Mendes de Andrade	B-26	Pecuária leiteira	5.1439
Jerônimo Clemente Vieira	B-27/28	Agricultura anual e pecuária leiteira	10,3211
Isaac de Almeida	B-29	Agricultura anual	5,0629
Norman Mendes Leão	B-30	Agricultura anual e pecuária leiteira	4,8872

Marcelino Pereira dos Reis	B-31	Agricultura anual	6,8579
Anézio Luiz da Silva	B-32	Agricultura anual e pecuária leiteira	6,6579
Almir da Silva	B-33	Plasticultura, agricultura anual e pecuária leiteira	6,7307
José Garcia Milan	B-34	Plasticultura, agricultura anual e pecuária leiteira	7,2518
Aildo Soares Panan	B-35	Agricultura anual, pecuária leiteira e farinheira	9,1555
Sebastião Machado Martin	C6-01	Agricultura anual e pecuária leiteira	8,0283
Antônio Joaquim da Silva	C6-02	Agricultura anual, pecuária leiteira e fruticultura	8,1229
Armando Pereira Bispo	C6-03	Agricultura anual e pecuária leiteira	5,9293
Valdemar Gonçalves de Andrade	C6-04	Agricultura anual e fruticultura	5,2764
Luis Gonzaga da Silva	C6-05	Pecuária leiteira	5,3225
Antonio Quirino Alves	C6-06	Agricultura anual, fruticultura e pecuária leiteira	5,2068
José Toledo	C6-07	Agricultura anual	5,0663
Mozart Honório de Souza	C6-08	Agricultura anual e fruticultura	5,0763
Aloysio Xavier Magalhães	C6-09	Agricultura anual	5,0146
João Alves da Silva	C6-10	Pecuária leiteira	5,2022
Pedro Alves da Silva	C6-11	Pecuária leiteira	8,4402
Gerônimo Bettinardi	C6-12	Plasticultura, pecuária leiteira e agricultura	6,0137

		anual	
Francisco Rodrigues da Silva	C6-13	Plasticultura e agricultura anual	5,1423
Cícero Gonzaga Barreto	C6-14	Agricultura anual e pecuária leiteira	10,0879
Exedito Ciriaco da Costa	C6-15	Agricultura anual	7,1139
Adelino Soares	C6-16	Agricultura anual	7,5265
Antonio Mendes de Andrade	C6-18	Agricultura anual	6,1397
Sebastião Manoel da Silva	C6-19	Agricultura anual e pecuária leiteira	10,0729
Matias Guimarães	C6-20	Agricultura anual e pecuária leiteira	10.3365
Alcides Angelo dos Santos	C6-21	Agricultura anual, pecuária leiteira e fruticultura	7,5569
Naide Antunes de Souza	C6-22	Agricultura anual e pecuária leiteira	10,0649
Euclides Gonçalves Xavier	C6-23	Agricultura anual e pecuária leiteira	4,9911
Izaias Marques dos Reis	C6-24	Agricultura anual e pecuária leiteira	7,7139
Almeida Izabel de Paula	C6-25	Agricultura anual, pecuária leiteira e fruticultura	8,6585
Ailton dos Reis	C6-26	Agricultura anual e pecuária leiteira	5,0049
Paulo Marangoni Filho	C6-28	Agricultura anual e pecuária leiteira	7,6034
Joaquim Moreno dos Santos	C6-29	Agricultura anual e pecuária leiteira	10,1082
José dos Santos	C6-30	Agricultura anual	5,0113
José Novais	C6-31	Agricultura anual e pecuária leiteira	5,0196

Natanael Ferreira Lírio	C6-32	Agricultura anual	7,4957
Alceu Cardoso de Moraes	C6-33	Fruticultura e pecuária leiteira	4,9733
Guilherme Passos	C6-34	Agricultura anual, pecuária leiteira e fruticultura	4,9943
Pedro Mantelli	C6-35	Agricultura anual	7,6699
João Alves de Almeida	C6-36	Agricultura anual e pecuária leiteira	9,5277
João Marques dos Reis	C6-37	Agricultura anual e pecuária leiteira	10,0269
Pedro Cândido de Souza	F4-01	Agricultura anual e pecuária leiteira	8,5975
Francisco Galdino da Silva	F4-02	Agricultura anual e pecuária leiteira	7,0187
Maria de Jesus F. da Silva	F4-05	Agricultura anual e pecuária leiteira	10,0366

- Lotes irrigados

#### B) Lotes Ocupados por Terceiros

<b>BENEFICIÁRIOS</b>	<b>N. LOTE</b>	<b>TIPO</b>	<b>ÁREA/H A</b>
* Cosme Damião de Paulo	C6-27	Agricultura anual e fruticultura	4,1654
** Laurindo José dos Santos	C6-17	Agricultura anual e pecuária leiteira	8,0414

Obs.:

\* Lote ocupado originalmente pelo Sr. José Lou, que antes de falecer transferiu ao ocupante atual, que era seu parceiro.

\*\* Lote ocupado originalmente pelo Sr. Francisco Galhardi, que abandonou a área, sendo o Sr. Laurindo efetivado no lote através de ação judicial, uma vez que o mesmo era meeiro do Sr. Galhardi e residia no lote.

C) Lotes Transferidos a Prefeitura Municipal.

LOTE	FINALIDADE DOS LOTES
A-01	Construção da rodoviária
B-16	Não ocupado
B-19 e B-20	Construção da lagoa de estabilização
C-50 e C-51	Construção de casas populares
B-02	Lotes subdivididos pela prefeitura para exploração agrícola
B-05	Lotes subdivididos pela prefeitura para exploração agrícola
B-06	Lotes subdivididos pela prefeitura para exploração agrícola
B-07	Lotes subdivididos pela prefeitura para exploração agrícola
B-08	Lotes subdivididos pela prefeitura para exploração agrícola
B-12	Lotes subdivididos pela prefeitura para exploração agrícola
B-14	Lotes subdivididos pela prefeitura para exploração agrícola

## 2.10 Identificação, Priorização e Identificação dos Problemas

Apesar do potencial existente, o Cinturão Verde tem problemas que precisam ser resolvidos. Estivemos detectando e priorizando alguns deles que requer mais atenção. O equacionamento destes é necessário para a própria manutenção do assentamento.

Identificação, Priorização e Sugestão Para o Equacionamento dos Problemas no Cinturão Verde<sup>7</sup>.

<b>PROBLEMAS PRIORIZADOS</b>	<b>CAUSAS</b>	<b>ATIVIDADES / AÇÕES</b>
<b>Erosão dos solos</b>	- Ausência ou inadequação de práticas conservacionistas.	-Conscientização e capacitação dos produtores (palestras, cursos, excursões etc).
		-Construção de terraços
		- Capacitação dos operadores de máquinas (produtores).
		- Correção técnica de terraços.
		- Controle de voçorocas.
	- Manejo inadequado do solo.	- Capacitação dos produtores em manejo de solo.
	Ausência de equipamentos adequados ao cultivo	- Constituição de convênio entre a Associação de Produtores e a SAA para cessão de máquinas de plantio direto.
	- Acidez e baixo emprego de adubação nos solos.	- Realização de análises de solo como base de recomendação, para adubação e calagem correta.
	Desmatamento e dificuldades de regeneração das áreas de mata ciliar.	-Doação de mudas de espécies florestais para plantio em 10 hectares.
		-Construção de cerca para proteção das árvores plantadas em APP.
	- Identificação do monitor ambiental.	
	- Capacitação do monitor ambiental.	

<sup>7</sup> LIMA, 2002, p. 30 – 34.

<b>Erosão dos Solos</b>	Desconhecimento sobre agricultura sustentável	- Ações de educação ambiental. - Conscientização dos produtores em legislação ambiental.
	Baixo nível de matéria orgânica nos solos	- Capacitação dos produtores em fertilidade.
	Baixo nível de matéria orgânica nos solos	- Capacitação dos produtores em adubação verde, orgânica e rotação de culturas. - Doação de sementes de adubo verde para 5 produtores.
	Drenagem urbana direcionada para a área rural.	- Construção de 3 lagoas de contenção de águas pluviais.

<b>PROBLEMAS PRIORIZADOS</b>	<b>CAUSAS</b>	<b>ATIVIDADES / AÇÕES</b>
<b>Estradas Rurais</b>	- Ausência ou inadequação de práticas conservacionistas com sistema de drenagem ausente ou inadequada, nas áreas adjacentes integradas, por desconhecimento dos produtores e dos responsáveis pela manutenção (P.M.)	- Adequação de 4 km de estradas rurais..
		- Capacitação em conservação do solo.
		- Capacitação para operadores de máquinas e fiscal de obras da PM.
		- Seleção dos trechos críticos a serem trabalhados e elaboração de 4 projetos de adequação de estradas.
<b>Poluição dos mananciais e falta de água nas propriedades</b>	- Maioria das propriedades não possui fontes de abastecimento naturais de água.	- Elaboração de PECs, para a construção de abastecedouros comunitário.

<b>PROBLEMAS PRIORIZADOS</b>	<b>CAUSAS</b>	<b>ATIVIDADES / AÇÕES</b>
<b>Falta de Infra-estrutura básica, transporte, Saúde, Segurança, Telefonia e Coleta de Lixo</b>	- Falta de ações dos interessados com relação aos assuntos explanados, assim como determinação das prioridades dos poderes públicos.	- Reuniões e visitas junto aos órgãos competentes para a solução dos problemas levantados.
<b>Fragilidade do sistema associativo.</b>	- Falta de trabalho em equipe dos nossos produtores	<p>- Conscientização dos produtores sobre a importância do Associativismo (Palestra).</p> <p>- Realização de eventos participativos, visando o fortalecimento da união dos produtores e fortalecimento da Associação dos Produtores Rurais do Bairro Cinturão Verde.</p> <p>- Gestão junto à Associação de produtores rurais para organização de compras e venda em conjunto.</p>

<b>PROBLEMAS PRIORIZADOS</b>	<b>CAUSAS</b>	<b>ATIVIDADES / AÇÕES</b>
<b>Baixa Produtividade Pecuária</b>	- Pastagens em avançado estado de degradação, com baixa capacidade produtiva.	- Capacitação dos produtores em alimentação do rebanho (Palestra).
	- Falta de reservas alimentares para o rebanho no período da seca. - Manejo sanitário e alimentar inadequado do rebanho	- Orientações técnicas sobre sanidade animal (Palestra).
<b>Baixa Produtividade Agrícola</b>	- Solos esgotados.	- Capacitação dos produtores para introdução de novas tecnologias que visem o aumento da produção (Palestra).
	- Produtor apático e desmotivado.	- Palestra sobre crédito rural.
	- Falta de recursos financeiros - Altos custos dos insumos. - Baixo nível de conhecimento	- Análises de solo como base de recomendação para adubação química e calagem correta em 20 propriedades.
<b>Titulação da terra</b>	- Falta de Escritura das Propriedades	- Gestão Junto aos órgãos competentes para providenciar a legalização das escrituras das propriedades.

Analisando os quadros acima dos problemas/ações percebe-se que o Cinturão Verde está carente de obras em vários setores: saneamento básico, estradas, esgotamento do solo, manutenção das caixas de captação de águas pluviais, etc.

As terras do Cinturão Verde foram distribuídas visando dar suporte para a emancipação da cidade e ao mesmo tempo cumprir com a questão social, para pessoas descapitalizadas, porém não receberam o apoio que deveriam ter recebido, por esse motivo encontram-se nessa situação. Nada que os órgãos municipais e estaduais instituídos não

possam resolver, mas para isso, precisa-se também de vontade política. O Cinturão Verde é uma área de expansão urbana, algumas áreas mais cobiçadas do que outras, mas enfim, mais dia menos dia todo ele estará consumido. Aí está então a incoerência: como é que se pode implantar um projeto de assentamento rural contíguo à cidade? As pessoas constroem suas casas, constituem suas famílias, criam raízes, independente das expectativas gerais econômicas de retorno para o município esperado pelos “gestores” do empreendimento. Esta má gestão é um reflexo do todo, que também é mal gerido. E claro, o resultado disso tudo recai sobre uma população humana, em sua maioria interessada somente em valores simples e modestos de vida, distantes dessa noção de “débito”, para uma expectativa que não foi criada por eles.

Conforme entrevista gravada com o *Engº Agrº Francisco Sérgio (responsável pelo setor agrícola municipal) e Valmir Silva ( lote 13 – irrigado)*, a evolução do Cinturão Verde depende de vários fatores. Dentre eles, destacamos alguns de consenso entre os dois:

**a) O papel da Associação:** O grupo antigo se dispersou, faltava conhecimento e experiência. Atualmente a Associação encontra-se mais dinâmica e produtiva. As questões políticas estão tendo um outro tratamento, pois eles entendem que este é um fator positivo que pode trazer muitos benefícios, e a diretoria da Associação tem conduzido bem a situação.

Na realidade houve uma mudança de mentalidade, através de um trabalho de conscientização que vem sendo feito, inclusive com a colaboração de profissionais universitários, mas principalmente em função do novo presidente, assumindo a Associação num momento de transição, difícil, e soube dar um encaminhamento. Na verdade, houve uma mudança radical na forma de trabalhar, de dirigir. A Associação se organizou melhor, se profissionalizou.

A sociedade passa a olhar a entidade com mais respeito, se relaciona melhor com diversos órgãos públicos e comunidade em geral.

Então, o que trouxe o novo presidente “Domingão” (carinhosamente chamado por todos) para a Associação, foi a proposta de mudança, seu perfil. *Até na condução das reuniões percebe-se a relação de confiança e honestidade*, dizem os entrevistados.

Salienta que o trabalho é desenvolvido no sentido de mostrar que as mudanças só acontecem a partir deles, dos produtores. Não adianta ficarem esperando “milagres públicos”. Mas as articulações existem e a Associação está cada vez mais fortalecida.

**b) Lotes irrigados:** Outro fator de estímulo foi a redistribuição dos lotes irrigados, destinados a pessoas que entraram recentemente. Pessoas que chegam com uma perspectiva de investimento, com capital de giro, e às vezes já têm o salário de aposentado, o que é uma garantia. Chegam querendo gerar renda e não só pela terra. Hoje, cultivam horticultura (plasticultura), coisa que os antigos não souberam aproveitar.

Todos que entraram nas recentes licitações utilizaram os créditos de financiamento do PROCERA para compra de equipamentos e construção das estufas e, com isso, somam-se hoje 46 hortas caseiras rurais, mais concentradas na área do irrigado.

O ingresso de novos ocupantes dos lotes é realizado através de licitações, com tempo de permanência por 10 anos, que são escolhidas pelo Conselho Municipal de Agricultura.

Na visão dos entrevistados, agricultura tem que gerar renda, ou seja, o agricultor tem que ter “tino comercial”, conquistar mercado através do fornecimento diário e ser bom administrador.

Toda essa produção das hortas citadas é dirigida ao comércio de Ilha Solteira e, segundo os depoimentos de Francisco Sérgio, ainda faltam produtos.

Antes da implantação da Casa da Agricultura de Ilha Solteira a Horta dos Aposentados só tinha 4 pessoas trabalhando. Atualmente tem 96 famílias produzindo. Então chegamos à conclusão que, realmente, o Cinturão Verde está produzindo bem. Claro que poderia ser muito melhor, mas as perspectivas são boas, principalmente, com a atuação do presidente da Associação (aposentado da CESP), que tem larga experiência em gestão de grêmios (Grêmio XV de Outubro de Ilha Solteira), é bem relacionado e empreendedor.

Ainda, segundo Francisco Sérgio e Valmir, também no tocante a máquinas e equipamentos, não se encontra facilmente uma entidade tão bem equipada. Possui 5 tratores, caminhão, grades, roçadeiras, adubadeiras, plantadeiras, distribuidoras de calcário, ensiladeira e outros. Possui também uma câmara fria funcionando e disponível para uso na sede da Associação.

Outro programa citado é o PAS (Projeto Agrícola Social) através do qual a prefeitura trabalha com recuperação de crianças e adolescentes de famílias carentes, encaminhados pelo Conselho Tutelar.

**c) projetos de produção para Agroindústrias:** Vários projetos de cultivo estão em andamento, por exemplo, o caju anão precoce para mesa e indústria, batata doce, cana-de-açúcar, farinheira, conservas, rapadura, etc.

Um grupo de agricultores decidiram se unir e construir uma mini usina de resfriamento e empacotamento de leite, mas a construção foi concebida de forma errada, precipitada e os custos subestimados, pois não previram a adequação às normas sanitárias, em relação às águas residuais, banheiros, tanques, etc. Além disso, não tem mais demanda de venda de leite em saquinhos, pois o “tetrapak” fica mais barato.

Continuando a entrevista eles alegam que muitos produtos podem ser processados e agregar valor, mas precisa do envolvimento da comunidade, não dá para ser individual, e é

difícil levantar uma idéia e fazê-los acreditar, pois tem também o ônus e as experiências negativas vivenciadas.

E o gerenciamento? È complicado, por isso voltamos à Associação, que evoluiu muito na parte organizacional, normalizou a parte financeira, e agora o segundo passo é a geração de renda para os seus associados. Ela é fundamental nesse processo, na medida em que eles não podem ter profissionais exclusivos, a Associação é o único caminho.

Fizemos algumas perguntas em forma de questionários para dez pessoas e selecionamos quatro. Dois residentes na cidade e dois no Cinturão Verde. Selecionamos duas questões que foram respondidas pelos moradores urbanos e duas pelos residentes do Cinturão Verde. São cidadãos respeitados, com uma vivência marcante em ambas as comunidades.

**a) A implantação do Cinturão Verde foi uma medida correta, analisando hoje, após quase 20 anos?**

**Sr. Mitsuru Oda (aposentado da CESP):** *Achamos que a implantação foi correta, pois todo esforço e facilidades foram proporcionados pela CESP e o Governo do Estado no sentido de tornar Ilha Solteira independente da tutela da CESP. Se após 20 anos o Cinturão Verde ainda não conseguiu o seu ponto ideal, vários outros fatores devem ter influenciado para isso e que não nos compete comentar agora.*

**Sr. Geraldo Mantello (gerente da Nossa Caixa Nosso Banco e vereador):** *Foi correta, porém ineficaz. Não houve uma preocupação ao longo dos anos, com a organização da atividade agrícola capaz de fazê-la sustentável ao menos para as famílias que dependem da agricultura do Cinturão Verde. Planta-se diversas espécies em pequenas quantidades, o que não proporciona rentabilidade considerável para as famílias e tão pouco para o município.*

Observamos que cada um dos dois tem uma visão particular da problemática, e o curioso é que cada um cita fatores diferenciados em relação à não viabilização econômica, na ótica deles. Como são pessoas idôneas e de destaque na sociedade ilhense, são também multiplicadores, estendendo seus pontos de vista aos demais. São depoimentos registrados que indicam uma tendência de opinião ampliada.

**b) Qual a importância do Cinturão Verde para o município?**

**Sr. Mitsuru Oda:** *Hoje, na minha opinião, apesar da sensível melhora na produção e muito bem equipado com máquinas e implementos agrícolas, o Cinturão Verde ainda está longe daquilo que almejamos como uma fonte de fornecimento diversificado e contínuo de produtos à população, bem como constituir-se num segmento representativo na diversificação da economia do município.*

**Sr. Geraldo Mantello:** *Pouca. Não há iniciativas concretas que norteie o desenvolvimento do Cinturão Verde, visando a produção não só para o sustento das famílias que ali residem, mas também para o abastecimento interno e da região. Também não há uma política para descobrir o potencial do Cinturão Verde ou o tipo de cultura que pode ser melhor explorada e conseqüentemente comercializada em grande escala.*

Os depoentes são claros em dizer que o Cinturão Verde não atende às expectativas, e conforme Mitsuru, apesar de estar bem equipado.

È de conhecimento geral que a CESP e a UNESP, desde a implantação, acompanham o desenvolvimento do assentamento. Durante dez anos foram atendidos e orientados por técnicos da CESP. Além deste, outros segmentos também participaram em todo o processo de implantação, prestando apoio técnico e social, como a UNESP, a Prefeitura e o Estado.

**Duas questões para os assentados:**

**a) Qual o valor das terras no município? Existem muitos interessados em comprá-las?**

**Sr. Lírio José da Silva (lote 13 – irrigado):** *O valor exato eu não sei, mas o meu não venderia por preço algum, mesmo vendo quantos estão interessados em comprá-lo. Não só o meu, mas qualquer outro que estiver disponível.*

**Sr. Valentim Cícero Bettinardi (lote 47 – sequeiro):** *Sim, existem muitos interesses em comprar, mas não para plantar e sim para transformar a chácara em recanto de lazer.*

**b) Você acha que, após tanto tempo de existência do Projeto Cinturão Verde, podemos dizer que já existe uma integração social e econômica entre cidade e campo? Existe algum tipo de discriminação entre as partes?**

**Sr. Lírio José da Silva:** *Não existe integração, porque ainda existe uma certa discriminação da parte da cidade, em termos de colaboração (comerciantes e agricultores).*

**Sr. Cícero Valentin Bettinardi:** *Sim, há essa discriminação por parte do mercado, já que eles desvalorizam muito o produto de nossa comunidade.*

Observamos que os assentados, também multiplicadores, são unânimes em afirmar que existe discriminação. Mas nas entrelinhas sugere-se que a discriminação transcende a questão comercial e torna-se social. Também são resistentes à idéia da venda. Fazem parte de um grupo que se relaciona muito bem com a terra, ou seja, sabem da sua importância, nem tanto

pela produtividade, mas pelo que essa convivência (homem e terra) gera de benefícios em todos os aspectos, para os adultos, crianças, etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Milton Santos, citado em entrevista à Revista TD – Teoria e Debate - nº 40 (fev/mar/abr 1999) “A universalidade empírica da globalização, graças a essa onipresença das técnicas da informação, das técnicas da produção, da circulação, do comércio, etc., acaba fazendo com que cada lugar se reconheça no mundo. Seria uma forma particular de exercício do mundo. Isso garante essa integração entre lugar e mundo, que é a base de uma teoria geral do mundo, vista a partir de lugares, do universal e do particular [...] Eu chamo a globalização de globalitarismo, porque estamos vivendo uma nova fase de totalitarismo [...] É uma forma de totalitarismo muito forte, insidiosa, porque se baseia em idéias que aparecem como centrais à própria idéia da democracia - liberdade de opinião, de imprensa, tolerância – utilizadas exatamente para suprimir a possibilidade de conhecimento do que é o mundo, do que são os países, os lugares. Eu chamo isso de tirania da informação, que, associada à tirania do dinheiro, resulta no globalitarismo [...]”

Esta pesquisa trata de uma situação local, que é simplesmente um reflexo da organização espacial mundial. A problematização das relações sociais e econômicas entre o Cinturão Verde e outros segmentos de Ilha Solteira traz à tona problemas de inserção social que ocorre também em outros projetos de assentamentos e reassentamentos no País.

Assim, uma reforma agrária não surge nunca de uma decisão repentina de um general, de um partido, de uma equipe governamental, ou mesmo de uma classe social. Ela é sempre o resultado de pressões sociais contrárias e, ao mesmo tempo, é limitada por essas mesmas pressões.[...] Em outras palavras, depende diretamente da evolução da conjuntura política do país. [...] O quadro atual da vida brasileira aponta para uma urgência de mudanças orientadas no sentido de se encontrar soluções que não excluam, mais uma vez, a participação dos segmentos populares da sociedade. E a participação da cidadania exige também o estabelecimento de um novo modelo econômico, destinado a uma distribuição menos desigual da renda nacional, de tal modo que o Estado desenvolva uma política social que beneficie concretamente o conjunto dos trabalhadores, em espécies rurais(VEIGA, 1981. p. 7-18).

Acreditamos que esta questão merece uma atenção maior dos órgãos responsáveis pela implantação da Reforma Agrária no país. O diferencial deste trabalho está justamente em registrar fatos e acontecimentos históricos, e também apontar algumas contradições

decorrentes em todo o processo de construção do Núcleo Urbano, da Usina Hidrelétrica e, posteriormente, à implantação do Assentamento Cinturão Verde, em um processo de destinação de terras, que, inicialmente, se julgava coerente em associar o atendimento da questão social regional, com a emancipação de Ilha Solteira.

A pátria está de novo em perigo porque a questão agrária nos divide como povo, nos separa e nos confronta no terreno da intolerância, ou no terreno da indiferença, ou no terreno dos oportunismos e instrumentalizações extemporâneos e descabidos. Ela nos afasta de nossa identidade nacional. A questão agrária nos despolitiza, nos tira até mesmo a precária politização que conseguimos, sobretudo, após a Revolução de 1930, e especialmente, no exercício de uma resistência complexa, sofrida e trágica, após o golpe de Estado de 1964. Sobretudo, nos afasta da democracia. (MARTINS, 2000, p.13).

Estamos buscando consistência teórica para as nossas considerações, em autores, como José de Souza Martins, Bernardo Mançano, Milton Santos e outros, que são comprometidos com teses concretas, produzindo espaços teóricos, por onde permeiam as idéias e opiniões, a respeito dos problemas sociais, inclusive da questão agrária, colocando-a na pauta do dia. Trazem à tona problemas crônicos referentes à estrutura fundiária brasileira, com origens reconhecidas cientificamente, e, principalmente, denunciando a falta de sensibilidade da sociedade como um todo, e, particularmente, dos críticos, políticos e até acadêmicos. Segundo Mançano

[...] hoje são diversas as pesquisas sobre os movimentos sociais no campo e na cidade. Contudo, os referenciais teóricos são em grande parte de outras áreas do conhecimento. Estamos iniciando uma reflexão fundamental para compreendermos os movimentos sociais além de suas formas de organização, mas também pelos processos que desenvolvem, pelos espaços que constroem, pelos territórios que dominam [...] (FERNANDES, 2001, P. 50 E 51)

Os fragmentos textuais acima nos ajudam a entender que, no Brasil atual, continuam as mesmas relações de sempre, ou seja, existe uma total insensibilidade por parte de uma minoria privilegiada e também por uma sociedade, manipulada e desinteressada, até com os problemas próximos, no caso, o Assentamento Cinturão Verde.

Os autores acima citados reconhecem esta posição desvantajosa dos pequenos em relação a uma situação de exploração capitalista que se apresenta em nosso país há anos, e que exige de todos nós, no mínimo, uma sinalização de que estamos conscientes do fato, e receptivos a políticas que venham minimizar esse problema que se arrasta desde o Brasil império.

Como sempre, o conhecimento nos oferece horizontes incomensuráveis em termos de chances, bem como novas clivagens sociais não menos duras e persistentes. Se a pobreza absoluta está diminuindo, a relativa só vem aumentando, comprovada no processo crescente de concentração da renda. Todos acabam ganhando alguma coisa, mesmo através de políticas sociais meramente distributivas, mas, como os ricos ganham sempre mais, vão se distanciando [...] a maior concentração, conforme o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), de renda está na América Latina, e, sobretudo, no Brasil [...] trata-se, assim, de país literalmente dos 10 %, onde concentram extrema riqueza, reduzindo os outros 90 % a massa de manobra, destinada a sustentar tais privilégios (DEMO, 2000, p. 11)

A adoção do neoliberalismo como parte do atual modelo de desenvolvimento leva a um enfraquecimento do Estado, ou uma apropriação deste pelos setores privados, e, pela lógica, toda a sociedade é levada a acreditar que este é o melhor caminho, pois o setor público “é moroso, burocrático, não sabe administrar o que arrecada, etc...”, e o privado é mais dinâmico, “competitivo”, e por isso mais democrático, onde os “mais inteligentes” se sobressaem, enaltecendo sempre, em todos os setores, a busca rápida e imediata de posições de vanguarda, mesmo às custas do sofrimento, da pobreza e da miséria de muitos, que, sem reação, colocam também a culpa na “globalização”.

Portanto, nosso referencial teórico está embasado nessa relação pendular entre a questão agrária, incluindo o histórico, as relações trabalhistas no campo, a escravidão (todas), a abolição, a imigração, a concentração de terras e o capitalismo contemporâneo propriamente dito, com sua característica maior que é a economia de mercado, “onde tudo acontece de forma democrática, em função da oferta e da procura”, e o lucro, “conseqüência dessa saudável relação”.

As perspectivas econômico-sociais para o Projeto Cinturão Verde em relação ao Município de Ilha Solteira destacam sua viabilidade através da estrutura já implantada, bem como, o potencial de produção e sua situação como único Pólo de Produção Agrícola constituído de pequenas propriedades, da qual o município irá dispor, para suprir um dos principais itens que é o abastecimento de gêneros agrícolas, principalmente legumes para a população e as agroindústrias. Além disso, tem o potencial turístico que pode ser perfeitamente trabalhado em consonância com a área produtiva agrícola.

O Projeto Cinturão Verde já possui, implantados, 14 lotes irrigados que somam 14 alqueires, áreas já subdividas e transformadas em 21 lotes menores. Esta “ala do Cinturão Verde” tem um potencial muito grande de produção de gêneros olerícolas (legumes) para abastecimento da população urbana de Ilha Solteira. A estrutura implantada vai desde a captação da água nos poços artesianos recalçada até os reservatórios com capacidade de 300 m<sup>3</sup> cada, de onde é distribuída pelas adutoras até os lotes, os quais individualmente possuem painel de controle operacional, encanamento e aspersores.

Somado a toda estrutura para produção já descrita, o projeto possui também um armazém com 300 m<sup>2</sup> juntamente com um galpão de 229 m<sup>2</sup> localizados próximo ao núcleo urbano, onde está localizada, atualmente, a sede da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde. O armazém e o galpão possuem todas as condições para funcionar como posto de comercialização de alimentos através do “Mercadão do Produtor”, esquema de

comércio em que o produtor associado vende diretamente o produto para o consumidor, eliminando o atravessador, barateando os produtos e oferecendo diariamente alimentos diversificados, frescos e saudáveis.

Todo esquema de plantio, produção e venda recebem apoio de técnicos da prefeitura, onde os agricultores recebem orientações, porém nem todos as seguem.

Atualmente as feiras são constituídas na maioria por intermediários, que comercializam produtos do CEASA (Centrais de Abastecimento de Alimentos). Esses produtos têm um valor muito maior por causa dos custos referentes ao transporte, além de apresentarem uma qualidade nem sempre confiável. Juntamente com os intermediários, também os produtores de Pereira Barreto fazem parte das feiras, sendo que os lucros obtidos são aplicados em Pereira Barreto<sup>1</sup> e não no Núcleo de Ilha Solteira, o que leva à conclusão de que em ambos os casos há uma evasão de capital do núcleo de Ilha Solteira para outras regiões, sem retorno.

Atualmente, com todas as dificuldades, o Cinturão Verde tem conseguido, principalmente, com as licitações e destinação dos lotes desocupados, reativação e incentivo da prefeitura à “horta dos aposentados” e mais alguns lotes de sequeiro, produzir e competir dentro do mercado de Ilha Solteira.

Portanto, a estrutura de produção juntamente com a de comercialização poderia permitir, teoricamente, uma contenção na evasão de renda além de proporcionar uma maior entrada de capital de outras regiões através da comercialização atacadista dos produtos excedentes e também pelo recolhimento dos impostos como ICMS.

---

<sup>1</sup> O processo de emancipação de Ilha Solteira sempre foi pautado por conflitos entre as duas cidades (Ilha Solteira e Pereira Barreto). Uma disputa política ininterrupta, visando o melhor para cada um dos lados, no que se refere arrecadação, território, etc. Ilha Solteira acaba “vencendo”, conquistando, com a emancipação, a usina (ICMS) e grande extensão territorial. (Froelich, 2001, p. 226 – 240).

Outro fator importante é a geração de empregos para estas atividades, pois o cultivo de produtos hortícolas, em estufas, necessita de mão-de-obra intensa e constante desde o plantio até a comercialização.

Através de mecanismos apropriados, os produtores de cada lote são orientados sobre a programação das áreas a serem plantadas em relação a cada produto e a cada época do ano.

As recomendações de área a serem plantadas são fixadas de acordo com a previsão de consumo, estimada pelos registros de levantamento de mercado.

Para cada lote, dependendo da tradição do próprio agricultor e a partir dos quadros montados por técnicos da Secretaria da Agricultura, pode-se saber quais produtos serão produzidos, em que época e quantidade e como serão direcionados para oferta, em todo o decorrer do ano, possibilitando, assim, um controle da produção, regularizando a oferta, reduzindo as perdas do produtor ocasionadas pelo excesso de produção, e, também, diminuindo a falta de produto no mercado.

Diante do atual sistema de abastecimento de Ilha Solteira, em que prevalece a lei da oferta e da procura, pode-se, pelo menos em tese, por conta de toda a estrutura já mencionada, “driblar” esse sistema. Implantando-se “a produção programada”, conseguindo o equilíbrio para que não perca nem o consumidor nem o produtor.

Levando em consideração a tradição agropecuária da região, bem como, a especialização da mão-de-obra neste setor, conclui-se que há grande viabilidade de se instalar pequenas e médias agroindústrias no complexo industrial de Ilha Solteira.

Diante do exposto, ressalta-se a importância do Projeto com a produção atual de matéria prima, como mandioca para farinheira, banana para processadoras (obtenção de pasta) e abóbora, mamão, batata doce, frutíferas diversas, e outros para concentrados; legumes para indústria de conservas; milho e soja para obtenção de óleo, farinha, fubá, ração; abate de

pequenos animais como suínos e aves (fabricação de frios, defumados, produtos “in natura” e derivados).

Não obstante, há ainda o potencial de produção dirigida, ou seja, de acordo com o tipo de agroindústria a ser instalada pode-se canalizar a produção para abastecimento mediante um acordo direto entre fornecedores e indústrias.

Há também uma significativa redução nos custos de produção, para as pequenas e médias agroindústrias, pois não haverá os gastos com transporte desta matéria prima pela localização do projeto em relação ao município.

Com a introdução desse tipo de mercado, abrirá possibilidade de uma evolução dos agricultores, através da diversificação dos produtos, garantia de escoamento de produção, melhores preços, mercado compradores de relativo poder aquisitivo, etc. Outro ponto de grande importância é, sem dúvida, a evolução de alguns agricultores com maior habilidade empresarial, que poderiam integrar este mercado não somente com a produção, mas também no processamento e comercialização, tornando-se além de agricultores, microempresários.

Em relação à situação do desenvolvimento econômico-social regional, tanto Ilha Solteira, como Pereira Barreto e assentamento Cinturão Verde são focos de tensão permanente, pois os conflitos existem e se perpetuam, por conta de uma série de decisões tomadas anteriormente pelo Estado, pela CESP e pelas autoridades que intermediaram as negociações em todo o processo existente, desde a época dos militares (aproximadamente 1965), do início dos projetos, da construção das obras referentes ao Complexo Urubupungá até os dias atuais.

#### Segundo Froelich

*Ilha Solteira, usina ou cidade, não foi capaz de promover o desenvolvimento regional que os ideólogos do bem-estar social preconizavam [...] A oposição entre os interesses da obra e os da cidade deve ser relativizada porque no final tanto a “obra” como a “cidade” atingiram sua meta principal: a construção da usina e a municipalização. A contradição mais importante deu-se na verdade entre a “obra” e “região” até o término da*

*construção da usina, prosseguindo, depois entre “cidade” e “região”: entre “CESP”, como representante da “obra” e da “cidade” e “Pereira Barreto”, como representante da “região”. Nesse caso, o embate envolveu perdas e ganhos, cujo cálculo, grosso modo, revela que as perdas ficaram com Pereira Barreto e região e os ganhos, com a CESP, as empreiteiras e Ilha Solteira. [...] (2001, p.255)*

De fato, ainda se tem muito que analisar a respeito das relações de poder que existiram no período desenvolvimentista e autoritário, quando da construção da obra da Usina de Ilha Solteira. Depois de concluída a obra, o que não constava oficialmente nos projetos de construção aconteceu, ou seja, os problemas relacionados à cidade, à população, às moradias, surgiram, evidenciando as mazelas de um projeto desse porte. Se por um lado atingiu seus objetivos, por outro, deixou cicatrizes profundas na região, causando enormes prejuízos a cidades próximas, inundações de grandes áreas férteis e, principalmente, contribuindo para concentrar ainda mais a renda em nosso país.

Ainda no raciocínio de Froelich, A história de Ilha Solteira é vista de outra maneira, se contada pela gente de Pereira Barreto. O projeto da usina foi imposto à região de urubupungá pelos governos federal (através do Ministério da Agricultura) e estadual (Celusa e da CESP), pressionados por interesses de regiões distantes, como a Grande São Paulo, empreiteiros e empresas estrangeiras fornecedoras de equipamentos pesados, sem ouvir os municípios afetados.

Despida de alguns exageros, a “versão de Pereira Barreto” é plenamente justificada. Não se nega a importância da usina de Ilha Solteira na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, mas pode-se questionar a forma autoritária como foi implantada – imposição à população regional atingida e exploração da mão-de-obra regional utilizada – e o direcionamento da energia gerada exclusivamente para a região da Grande São Paulo e não se poderia, igualmente, negar à CESP e à população de Ilha Solteira o direito de construir uma cidade, desde que não à custa do sacrifício de outros municípios.

Toda literatura encontrada (na maioria documentos internos: relatórios, memorandos, boletins informativos, etc.) até o momento sobre Ilha Solteira, o processo emancipatório, a usina, etc., descreve muito pouco sobre o Cinturão Verde. Até parece que não faz parte de Ilha Solteira, que não existe. Têm-se a impressão que não se dá uma importância devida ao empreendimento, até pela magnitude proporcional de sua área de abrangência. Agricultores sem escritura e uma população aproximada de 500 pessoas. Só isso já seria motivos para maiores interesses.

O livro de Froelich<sup>2</sup> faz comentários desde o período totalitário até praticamente dez anos atrás, e tece comentários sobre todos os problemas enfrentados nas várias fases da existência do núcleo, desde a construção da usina, da Vila, da cidade, do processo de emancipação, sobre Pereira Barreto. *Dá destaque até sobre a zona de prostituição* em Pereira Barreto, e, no entanto, dedicou pouquíssimas linhas para o Cinturão Verde, que já era uma realidade em Ilha Solteira. Praticamente nada consta em seu livro a respeito do assentamento. Todos consideram a área zona de expansão urbana, como se fossem todos descartáveis.

O fato existe, é real, e, no entanto, não se fala sobre o assunto. É uma área de especulação imobiliária. Até alguns assentados já estão conformados com a possibilidade de uma venda, mas estão mais bem informados, assim, ficam à espera de um “bom negócio”.

Outros já não abrem mão dos seus lotes por preço nenhum, já estabeleceram uma relação afetiva com o lugar.

A CESP implantou o Cinturão Verde com o propósito de regularizar o uso das terras e ao mesmo tempo contribuir com o processo de emancipação criando um pólo de produção agrícola. Mas hoje o assentamento aparentemente significa um problema a mais para resolver, transformando-se em ônus, que o poder público precisa desembolsar para as desapropriações

---

<sup>2</sup> FROELICH, Gilval Mosca. Ilha Solteira: Uma história de Riqueza e poder (1952 – 1992). São Paulo: EDUC – FAPESP, 2001, p. 221 – 222.

necessárias, além dos entraves políticos e jurídicos causados pelo tempo de permanência dos agricultores.

Conforme entrevistas (questionários) realizadas na cidade e no Cinturão Verde, verificamos que, na realidade, o agricultor vai “levando sua vidinha”, desinformado e iludido por promessas, principalmente em épocas de campanha. Os assentados são remanejados de lotes, são manipulados de acordo com os interesses “públicos”<sup>3</sup>.

A Associação dos Agricultores fica também meio perdida nesse clima difuso, tentando atender aos apelos imediatos, mas sem visão concreta de futuro.

Os cidadãos do núcleo urbano, por sua vez, também não estão preocupados, pois não tiveram participação na construção desse processo todo, pelo contrário, nem foram chamados. Algumas poucas pessoas representando alguns segmentos tiveram participação na comissão de seleção, mas nem de longe representavam toda a população de Ilha Solteira.

O município recém criado vem demonstrando muita força em suas negociações e proposições políticas e jurídicas, conquistando o espaço territorial e os impostos da principal indústria energética da região que é a Usina de Ilha Solteira, etc., mas espera-se que a população do Assentamento não seja prejudicada, e as autoridades públicas (sazonais) entendam que os direitos dessa categoria devem ser respeitados e resguardados.

Para se construir a usina e o núcleo urbano, toda a região foi atropelada pelo discurso da carência energética, do desenvolvimento, etc., agora, não tem motivos maiores (aparentemente), para continuar essa política. Estamos em um regime democrático e as minorias têm que ser respeitadas, até porque não “ocuparam” terras alheias. Pelo contrário, foram chamadas e selecionadas.

Portanto, a escritura definitiva, como foi prometida desde o primeiro dia do assentamento, para todos os titulares dos lotes, que passaram por todo o processo de seleção e

---

<sup>3</sup> Construção de rodoviária, loteamentos para conjuntos habitacionais, supermercados, etc.

assentamento, é um direito legítimo. Após essa prioridade, tudo pode ser negociado. Antes disso é imoral, é coação.

A questão da regularização da documentação é fundamental para que o agricultor possa investir e trabalhar a terra com mais segurança.

## BIBLIOGRAFIA

ADAS, Melhem. **Panorama Geográfico do Brasil, contradições impasses e desafios sócio-espaciais**. São Paulo: Moderna, 1999.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520 - Informação e documentação - citações em documentos - apresentação**. Rio de Janeiro: 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724 - Informação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação**. Rio de Janeiro: 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6023 – Informação e documentação – Referências – Elaboração**. Rio de Janeiro: 2002.

BARBOSA, M.V. **“Reforma Agrária” em Terras Públicas: Um Projeto que deu certo?** In: **Assentamentos Rurais, uma visão multidisciplinar**. Ed. UNESP, São Paulo, p.105:17, 1994.

BARRETO, M. L. G. de O. **Instalados no provisório**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, São Paulo: 1983, 204p. (Dissertação de Mestrado).

**BOLETIM INFORMATIVO DE ILHA SOLTEIRA**, Ilha Solteira, CESP, 1969-1972.

BONIM, A. A. et al. – **“Luta pela terra e contradições de um projeto comunitário de vida”**. In: **Movimentos Sociais no Campo**. Universidade Federal do Paraná, p. 67-102, 1987.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: Ética ao Humano, Compaixão pela Terra**. Petrópolis: Vozes, 1997.

**CATÁLOGO DO LABORATÓRIO CENTRAL DE ELETROMECHANICA**. Ilha Solteira, CESP, 1985.

CELUSA. Centrais Elétricas do Urubupungá S/A. **Relatório de Diretoria**, 1965. SP, 1966.

CERVO, Amado Luis. BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4 ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

**Ilha Solteira: A Cidade e a Usina**. SP, 1988. 93 p. (Fascículos da História da Energia Elétrica em São Paulo, 2)

\_\_\_\_\_, **a tecnologia do progresso**. SP, 1987.

\_\_\_\_\_, **Conjunto Hidrelétrico de Urubupungá: dados gerais**. SP, 1975.

Companhia Energética de São Paulo. **Relatório anual de 1992 – Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira** – SP.

Companhia Energética de São Paulo. **Administração do Núcleo Urbano de Ilha Solteira** – Boletim Informativo Ilha Solteira. Ilha Solteira, Ano I, nº1, 1984.

\_\_\_\_\_, **Distrito de Ilha Solteira: pesquisa sócio-econômico**. Ilha Solteira: 1980.

\_\_\_\_\_, **Educação em Ilha Solteira: proposta**. Ilha Solteira: 1970.

\_\_\_\_\_, **Evolução e memória tecnológica. Ilha Solteira:** s.d.

\_\_\_\_\_, **ENCONTRO DE ILHA SOLTEIRA, 1, Ilha Solteira:** 1983. Conclusões.

\_\_\_\_\_, **Hábitos de consumo alimentar em Vila Piloto: perspectiva para Ilha Solteira.** Ilha Solteira: 1970.

\_\_\_\_\_, **Ilha Solteira ano 2, SP, CESP, 1970.** P. 48.

\_\_\_\_\_, **Ilha Solteira, a maior hidrelétrica da CESP: 3.230 mW.** SP, 1979.

\_\_\_\_\_, **(Álbum fotográfico).** 2. v. Ilha Solteira: 1974.

\_\_\_\_\_, **ILHA SOLTEIRA. Engenharia.** São Paulo, dez. 1973. p. 60.

**ILHA SOLTEIRA. SECRETARIA DE SERVIÇO SOCIAL. Plano de ação: Ilha Solteira:** 1969, AEIS.

**INFORMAÇÕES GERAIS – Projeto de Assentamento Cinturão Verde de Ilha Solteira.** M/DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE. CESP, São Paulo: 1997.

**Relatório de atividades 1976.** Ilha Solteira: 1976.

\_\_\_\_\_, **Relatório de Ilha Solteira. Subsídios sobre Ilha Solteira e 9ª Região Administrativa.** SP, 1979.

**CESPAULISTA, São Paulo, CESP, 4:** 22, 32, 1980.

**COMISSÃO DE EMANCIPAÇÃO, Ilha Solteira. Álbum fotográfico. Ilha Solteira, SCP, 1988. Energia elétrica no Brasil: da primeira lâmpada à Eletrobrás. Biblioteca do Exército** Rio de Janeiro: 1977. 294 p.

DEMO, Pedro. **Política Social do Conhecimento: Sobre Futuros do Combate à Pobreza.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil.** São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FAO/PNUD – MARA – **“Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária”.** Volume 1. Relatório Final, 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001.

FERRANTE, Vera L. S. B. e BERGAMASCO, Sônia M.P.P. – **“A realidade multidimensional dos assentamentos rurais”.** Comunicação de pesquisa realizada durante o XVI Encontro Nacional dos Grupos Temáticos do PIPSA, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FROELICH, Gilval Mosca. **Ilha Solteira: uma história de riqueza e poder (1952 – 1992).** São Paulo: EDUC – FAPESP, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra.** São Paulo: Peirópolis, 2000.

**Grande Enciclopédia Larousse Cultural,** Plural Editora e Gráfica, São Paulo: 1995.

IPARDES – **“Assentamentos Rurais do Paraná”.** Curitiba, 1992.

**IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. 1984.**

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT: Comentadas Para Trabalhos Científicos.** Curitiba: Juruá Editora, 2003.

JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil.** 26ª. Ed. São Paulo, brasiliense, 1981.

LEITE, S.P. **Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infraestrutura nos assentamentos rurais paulistas (1984-89).** In: **Assentamentos Rurais, uma visão multidisciplinar.** Editora UNESP, São Paulo, p. 287: 312, 1994.

LEITE, Sérgio. NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Agrário Rural no Seminário Reforma Agrária e Democracia: A perspectiva das Sociedades Civas (Rio de Janeiro – CPDA/UFRJ), com o tema “**Assentamentos Rurais: Um Balanço da Experiência Brasileira**”. 1998.

LIMA, Francisco Sérgio de Lima *et al.* **Plano de Microbacia Hidrográfica do Bairro cinturão Verde: secretaria de Agricultura e Abastecimento, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.** E.D.R.: Andradina, código da M.B.H.: 01-233-01, 2002, 59 p.

LIMA, Sílvia Maria Almeida. TARCITANO, Maria Aparecida Anselmo. HESPANHOL, Antonio Nivaldo. ARAÚJO, Carlos Augusto Moraes. Docentes da UNESP de Ilha Solteira, Departamento de Agricultura. **Assistência Creditícia em Assentamentos: O Projeto Cinturão Verde.** Ilha Solteira: 1992.

\_\_\_\_\_. **Assistência creditícia em assentamentos: o Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira.** *Revista Cultura Agrônômica.* 29 p. (Aceito para publicação), Ilha Solteira: 1992.

MAIA, J. Motta. **Iniciação à Reforma Agrária.** Rio de Janeiro: Madri, 1969.

MARCANTONIO, Antonia Terezinha et all. **Elaboração e Divulgação do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1993.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: Um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARTINS, José de Souza. **O poder do Atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. Reforma Agrária: **O Impossível Diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MEDEIROS, L.S. e ESTERCI, N. Introdução. In: **Assentamentos Rurais, uma visão multidisciplinar**. UNESP, São Paulo, p. 11-26, 1994.

MORIN, Edgard. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. de Silva; Jeanne Sawaya. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002. Título original: Les sept savoirs nécessaires à l'éducation du futur.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org) et al. **Pesquisa social, Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MOREIRA, Rui. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MURGIA, J.C.Z. & ROSA, L.P. **Participação do Laboratório Central de Eletromecânica na História da CESP**. Ilha Solteira, CESP, 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A geografia das lutas no campo**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

QUEIROZ, M.I.P. **Relatos Orais: do indizível ao dizível**. Ciência e Cultura, São Paulo: 39 (3), p. 272-86, 1987.

RODRIGUES, Antonio Luis Rodrigues. PERES, Natalina Conceição. RODRIGUES, Carlos José. CARVALHO, José Augusto Gomes de. WATANABE, Jorge. **Informações Gerais – Projeto Cinturão de Ilha Solteira** – Diretoria de Meio Ambiente (M), CESP – Companhia Energética de São Paulo – Ilha Solteira, 1997.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

\_\_\_\_\_. Revista Teoria e Debate (T. B) nº 40: Fundação Perseu Abramo. Entrevista concedida a José Corrêa Leite, membro do Conselho de redação da Revista Teoria e Debate, sobre **as consequências da globalização para a humanidade, sistematizada no livro A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: 1999.

**SEMINÁRIO CESP Conta Sua História**. São Paulo. Anais, 1985, 1987.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, José Graziano da. **Para entender o Plano Nacional da Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense S.A., 1985.

SILVEIRA, Ubaldo. **Igreja e Conflito Agrário: A Comissão Pastoral da Terra na Região de Ribeirão Preto**. Franca: UNESP/Franca, 1998.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária: A esperança dos “Sem Terra”**. Franca: UNESP – FHDSS, 2003.

STÉDILE, João Pedro. **Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

TARSITANO, Maria A A; SANT`ANA, Antonio Lázaro; ARAUJO, Carlos A M & Boliani Docentes do Departamento de fitotecnia, Economia e Sociologia Rural da FEIZ/UNESP – **“Projeto de Reassentamento rural Cinturão Verde de Ilha Solteira – SP: Duas Perspectivas de Análise”**. Ilha Solteira: 2000.

TRIVINOS, Augusto N. S. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas S.A., 1990.

VALIM, Ana. **Migrações: da perda da terra à exclusão social**. 7ª ed. São Paulo: Atual, 1996.

VEIGA, José Eli. **O que é Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

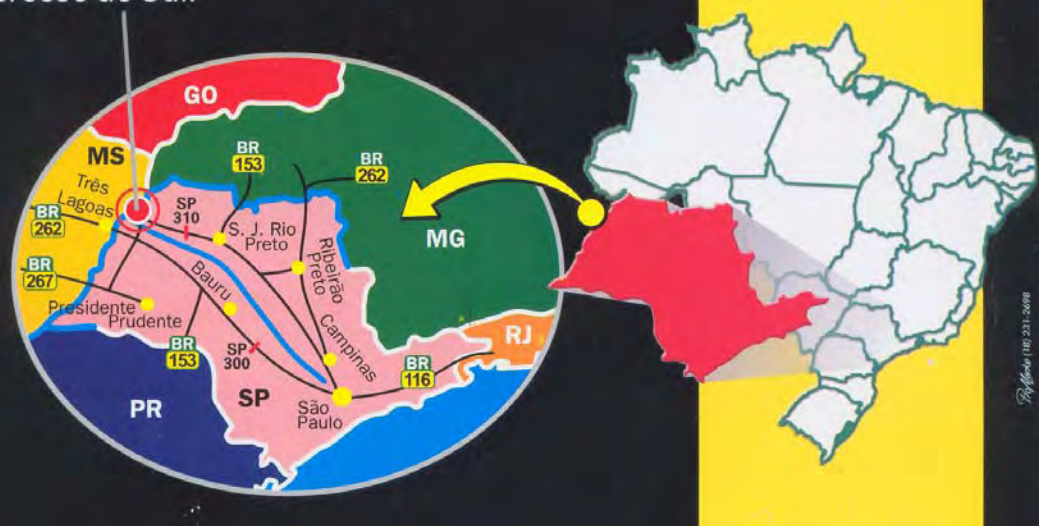
VIANNA, A. **“Sobre o lugar dos governos estaduais em processos de reforma agrária. Considerações sobre um debate”**. In: **Assentamentos Rurais, uma visão multidisciplinar**. Editora UNESP, São Paulo, p. 119-24, 1994.

## **ANEXOS**

ANEXO A: Fotocópia da Localização Geográfica do Município de Ilha Solteira

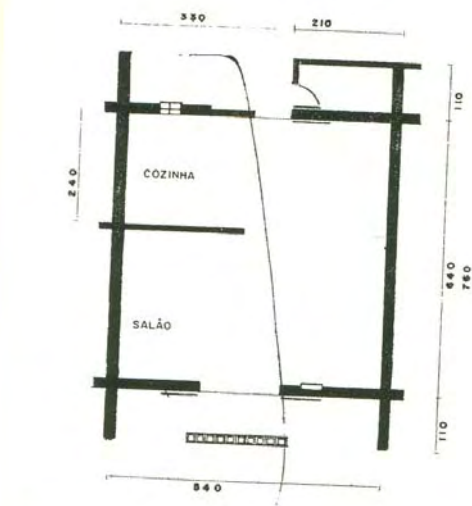
## Ilha Solteira

Localiza-se no extremo noroeste do Estado de São Paulo, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.



ANEXO B: Fotocópias de Plantas dos Tipos de Casas Construídas pela CESP Destinadas à  
Moradia Conforme o Cargo do Funcionário

3

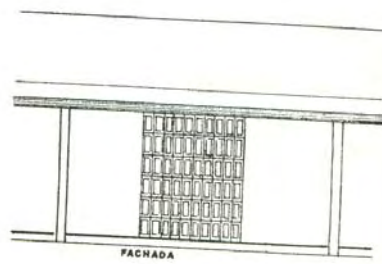


Habitação tipo 1

Fig. 5

HABITAÇÃO TIPO 1	
ÁREA FECHADA.....	52,04m <sup>2</sup>
ÁREA ALPENDRADA.....	8,40m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>	<b>41,04m<sup>2</sup></b>

ESCALA — 1.100

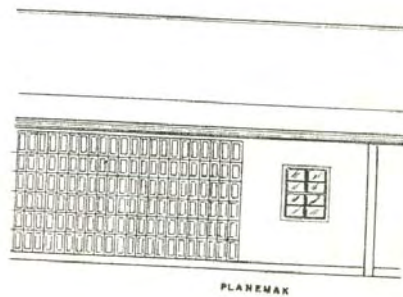


Habitação tipo 2

HABITAÇÃO TIPO 2

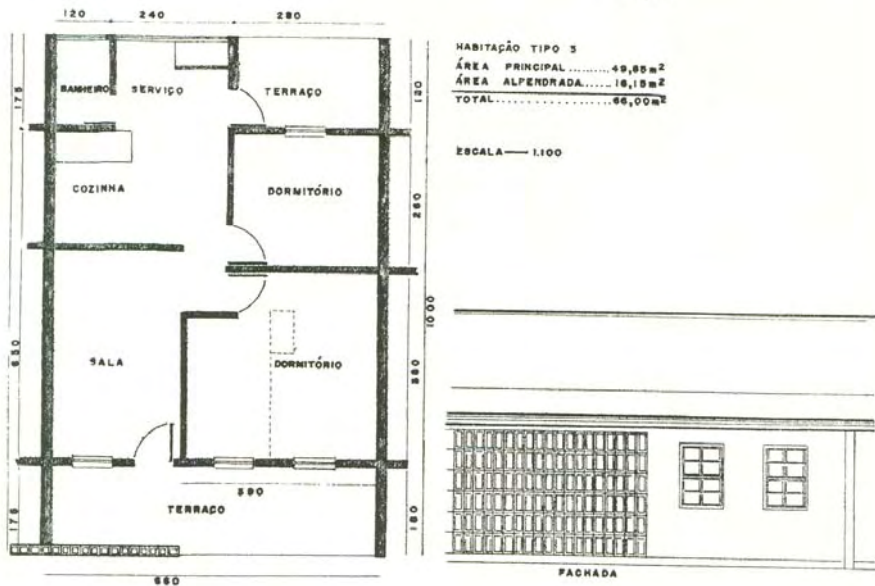
ÁREA FECHADA.....	42,27m <sup>2</sup>
ÁREA ALPENDRADA.....	1,73m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>	<b>54,00m<sup>2</sup></b>

ESCALA — 1.100

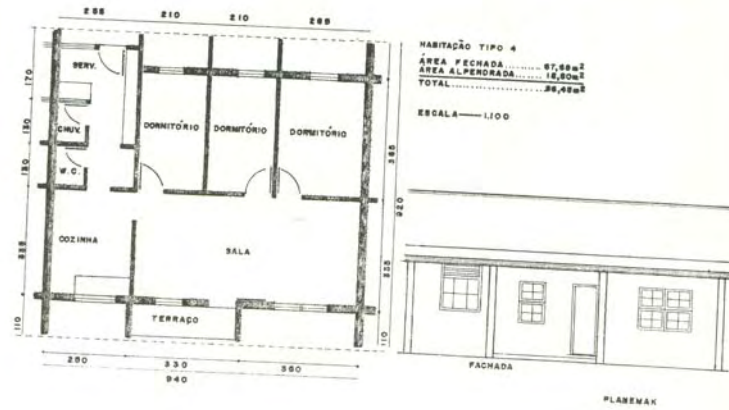


3

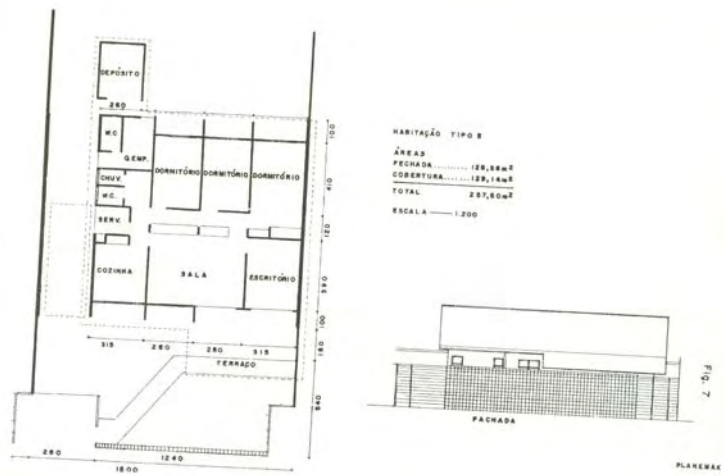
Fig. 6



Habitação tipo 3



Habitação tipo 4



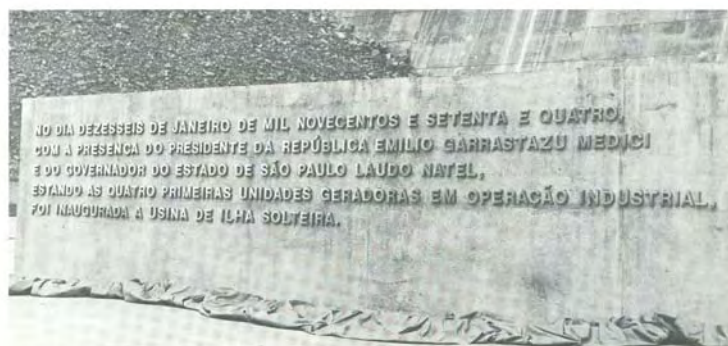
Habitação tipo 5



ANEXO C: Fotocópias Históricas de Autoridades, Documentos e Outros.



Inauguração oficial da usina Ilha Solteira em 16 de janeiro de 1974: presidente Garrastazu Médici, governador Laudo Natel e prof. Lucas Nogueira Galvão, então presidente da CESP.



Marco comemorativo da inauguração da Usina.



Usina de Ilha Solteira  
3 - abril - 1968

Este pergaminho assinala as solenidades comemorativas do inicio oficial da construção da Usina Hidroelétrica de Ilha Solteira, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, e será depositado em local próprio na futura central para perpetuar acontecimento tão significativo ao Brasil.

*[Handwritten signatures and notes in cursive script, including names like Castello Branco and others.]*

Pergaminho Comemorativo do inicio da construção da Usina Ilha Solteira



# S. E. U.

Ano II

Jupirá, 3 de Agosto de 1.963

Número 25

## Iniciada a Concretagem

Com a presença da Diretoria da Celusa teve início a concretagem da soleira de jusante do vertedouro de fundo da Barragem da Usina de Jupirá.

Tal fato se deu sexta-feira

## Silêncio na Vila

A jornada de trabalho das obras da Usina de Jupirá, dada a necessidade imperiosa de sua construção, em função da demanda de energia elétrica, que vem crescendo paulatinamente nestes últimos anos, é bastante puxada, exigindo dos trabalhadores, laborioso, quicá heróico, esforço.

Após o ingente trabalho, colaboração verdadeira e real para o progresso do país, representado pela eletrificação interiorana, que se fará de modo radical após a conclusão do conjunto Urubupungá, é humano, é compreensível, é justo e indispensável que o trabalhador possa gozar de um sono reparador e tranqüilo.

Você, leitor, que se sente bem disposto, alegre e eufórico, e que gosta de cantar e de ouvir suas músicas, lembre-se que o volume de seu rádio irá incomodar seus vizinhos, irá perturbar o sono dos justos.

Esses atos, à primeira vista banais e inocentes, além de constituir falta de moral, se praticados após às 22,00 horas, consoante usos e costumes da região e determinação desta empresa, constitui falta prevista pela legislação brasileira, cominada nos art. 42 e 65 da Lei de Contravenções Penais, que sujeita seus infratores a penas de 15 dias a 3 meses de prisão simples e multa de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 3.000,00.

Colabore com a campanha, já iniciada, do Serviço de Alto-Falantes da Vila Piloto, divulgando você também este fato!

última, dia 26 de julho, e representa não só efetivo passo na concretização dessa obra de capital importância nacional, que é o conjunto Urubupungá, como constitui-se em amplo e profícuo campo para a formação de pessoal especializado.

Nossa reportagem, em visita aos vertedouros e respectiva concretagem, que tem à frente o competente eng. Fausto Vaz Guimarães, especialista em concreto pelo Instituto de Pesquisas Tecno-

lógicas do Estado de São Paulo - I.P.T. - constatou, «in locu», o desenvolvimento assaz satisfatório de tais serviços.

Por ocasião estiveram também presentes, em visita às obras, os integrantes do Congresso Latino Americano de Mecânica de Solos, dentre os quais destacamos as figuras das maiores autoridades mundiais na matéria, que são os professores Arthur Casagrande e Milton Vargas.

ASA

## VOCÊ SABIA...



que, de janeiro de 1962, até junho último já haviam nascido 150 crianças de moradores da Vila Piloto? A média mensal de nascimentos é de 15,5 crianças (uma cada dois dias) e corresponde a 0,003 por habitante.

que, por outro lado, faleceram 33 pessoas, assim distribuídas por idade: Nat-Morto (morte no parto): 3; até 1 mês de vida: 9; de 1 a 6 meses: 5; de 6 meses a 1 ano: 3; de 1

a 3 anos: 4; de 3 a 5: 1; ADULTOS: homens: 5; mulheres: 37

que, quanto a casamentos, - ainda no mesmo período - foram realizados 26?

que, a nossa população - somente a das casas - consome em média, apenas 3 miligramas de leite de vaca, por habitante, diariamente? E que nesse índice - ridículo, diga-se de passagem - estão computados 60 litros fornecidos pela CELUSA, todos os dias ao Parque Infantil? A média de consumo por habitante, em tipos de casas é a seguinte: - C e Bs: 0,002; BM: 0,005; A: 0,006; A1: 0,013; A2M: 0,025; A2A: 0,013. (Note-se que, para esses cálculos, as empregadas domésticas foram computadas como habitantes das casas em que servem; consumidoras, portanto).

que, no dia 1 deste mês a CELUSA iniciou o fornecimento diário de 190 litros de leite para as crianças do Grupo Escolar? Somando-se aos 60 do Parque Infantil, temos o total de 250 litros de leite por dia, distribuídos gratuitamente, às crianças da Vila.

que, a média percentual de permanência de moradores em Vila Piloto (casas e alojamentos) é: - de 0 a 2 meses: 20,082%; de 2 a 8 meses: 22,260%; de 8 a 12 meses: 42,570%; mais de 12 meses: 15,088%?

## Crisma em Vila Piloto

Amanhã, o excelentíssimo Sr. Bispo desta Diocese, Dom Antonio Barbosa, estará ministrando o Sacramento do Crisma em nossa Igreja. Sua excelência reverendíssima celebrará Santa Missa às 8 horas, devendo a cerimônia do Crisma, iniciar-se às 9 horas.

Crianças de qualquer idade poderão ser crismadas, porém as que tiverem mais de 6 anos, deverão confessar e comungar antes.

Todos os moradores que tiverem filhos para crismar, devem procurar os padres da Vila, de preferência ainda hoje, a fim de fornecerem os nomes dos mesmos.

Número do jornal com o nome de S.E.U.



# O BARRAGEIRO

Direção, Supervisão e Redação: Seção de Estudos e Pesquisas  
Administração da Vila Piloto — Editado nos 1.º e 3.º sábados de cada mês  
Composto e Impresso na Leliográfica — Rua 2 de Julho, 410 — Três Lagoas - Mt.

Ano III

Vila Piloto, 1.º de Outubro de 1968

Número 100

## E... O NOME APARECEU

Ai está o novo título. **Gostaram?** Desejamos **ardentemente** crer que **sim**. Aliás, temos quase **certeza** de que os nossos **leitores** o estão recebendo **bem**. Ele foi, como **todos** os outros o foram, **sugestão** de um funcionário das obras de Urubupungá, ou melhor: de um «barrageiro».

Nós, sinceramente, o recebemos envolvidos na maior emoção. Vimos nele, de pronto, não simplesmente o nome de um modesto e desprezível periódico, mas muito mais do que isso, vimos a retratação objetiva e fiel de uma homenagem que cala no peito do «barrageiro» de Urubupungá, pela realização de uma obra que transpõe as barreiras da técnica mediana, para projetar-se no campo da competição internacional como vitória do Brasil, na luta contra os seus problemas de desenvolvimento.

Quando contemplamos essa palavra, nos sentimos obsequiados, enaltecidos, valorizados por uma qualificação que identifica a todos nós «da barragem», como os homens que participam decididamente, resolutamente, abnegadamente, do incremento do progresso, em passos acelerados para uma Pátria mais abundante.

Foi pois, com muita emoção que o recebemos e o aceitamos. Ele nasceu democraticamente do empenho e da de-

dicação do «barrageiro». Do homem que depois das suas exaustivas horas do dia ou da noite, consagradas ao rude trabalho, parou um momento para pensar e um outro mais para escrever e, junto com muitos outros homens, mulheres e crianças, presenteou-nos com o resultado surpreendente de mais de cem sugestões.

Depois, houve o trabalho da comissão de moradores contida para análise, seleção e julgamento das sugestões. Durante esse trabalho, cerca de duas centenas de «barrageiros» foram ouvidos; houve votação, ponderações, argumentações, etc. E... o nome apareceu.

Apareceu em meio a critérios rigorosos, estabelecidos em reuniões realizadas antes da escolha e entre os quais destacamos os seguintes:

1.º) - «terá de ser um nome bem simples, sintético e sugestivo, que permita pronúncia fácil»;

2.º) - «terá de ser um nome que qualifique o morador da Vila Piloto; construtor de Urubupungá»;

3.º) - «terá de ser um nome que possibilite existência longa, servindo tanto para o presente, quanto para o futuro».

Por tudo isso e mais um grande número de outras considerações, «O BARRAGEIRO» venceu. Cumprimentamos efusivamente o autor da idéia, aprovada, o jovem

Vicente Mostaco, dedicado funcionário da Seção de Administração e Expediente, da Administração da Vila Piloto. Junto aos nossos agradecimentos rendemos-lhe nossas homenagens pela grandiosa contribuição prestada à campanha encerrada, que culminou com a aprovação de um dos títulos entre os vários que ele sugeriu. Entretanto, infelizmente, o Vicente não receberá o prêmio pois as normas estabelecidas e publicadas na nossa edição n.º 85 de 16 de julho de 1966, vedaram aos funcionários da Administração da Vila Piloto, o direito de concorrerem a «mesmo». Mas o Vicente, está muito bem conformado, e numa atitude de despreendimento que muito o credencia perante todos nós, diz simplesmente que não visava ganhar o prêmio, mas sim colaborar com todos despreziosamente.

x x x

Como o leitor notou, o título «O BARRAGEIRO» está acompanhado de um desenho ao lado, onde se nota a figura de uma barragem em construção (idéia mais aproximada das obras de Ilha Solteira), uma torre de transmissão e um trabalhador levando uma criação pela mão. A barragem em construção, representa o presente; a torre de transmissão representa o futuro e o homem com a criança,

representam os passos do presente, na construção do futuro, isto é: o presente dirige o futuro. Esse desenho consagra inteiramente a muito feliz inspiração dos professores Dirceu de Castro Oliveira (Diretor) e Paulo Nazareth (Professor de Desenho), do Centro de Aprendizagem e Treinamento - C. A. T. A ambos, consignamos os nossos melhores agradecimentos, extensivos a todos os membros da comissão que analisou, selecionou e escolheu o novo título.

Consideramos como um dever muito sagrado, reiterarmos nesta oportunidade, as nossas homenagens e agradecimentos a todos os nossos leitores pela grande, pela imensa colaboração e ajuda que nos prestaram. «O BARRAGEIRO» está aí, como fruto de um trabalho, cujos méritos, são posse integral de todos que nos honraram com a participação na campanha finda. E, como todos perceberão, ele está aí, se dando «ao luxo» de apresentar-se em público com uma «fisionomia» um pouco diferente, isto é: inaugurando novas seções e novos tipos de trabalhos, caminhando celeremente em direção à reorganização de que há algum tempo falamos.

Continue colaborando leitor e, trabalhando conosco, encontre sempre no «O BARRAGEIRO», um amigo leal à sua disposição.

# O Barrageiro

ANO XII

Ilha Solteira, 22 de março de 1974

N.º 393

## A primeira semana do novo Governo

O presidente Ernesto Geisel, em sua primeira reu-

### RECADO

#### Semana da Biblioteca

Foi colocada na agenda de comemorações nacionais uma semana inteira para se homenagear o LIVRO de 12 a 19 de março. Nada mais justo. Primariamente porque os benefícios que ele tem prestado à Humanidade são imensuráveis. A Biblioteca é um mundo: é o repertório de todo o conhecimento adquirido pelo homem através dos séculos. É a auxiliar indispensável do estudante e do cientista, pois sem ela é impossível a investigação técnica e científica.

Em segundo porque num país em desenvolvimento, como o nosso, é necessário elevar também o nível cultural de seu povo, motivá-lo à boa leitura, criar o hábito nacional de ler.

No Brasil de hoje, mais de 500.000 jovens tentaram ingressar em escolas de nível superior, onde mofejaram durante 1973, 800.000 universitários. Para se atender a essa demanda sem precedentes abrem-se muitas novas facilidades e diminui-se os anos de duração do curso. Nessa corrida, e com as facilidades que estão entrando, muitos acadêmicos esquecem-se de se preparar convenientemente para a concorrência que os espera logo mais. A maioria decora superficialmente apostilas, preparadas apenas para acompanhar a matéria registrada e que vai para o exame. Poucos são os que, a cada assunto tratado nos seus currículos, pesquisam mais profundamente, complementam os ensinamentos de banco, compram bons livros e formam sua própria biblioteca.

O apacecimento das bibliotecas coincide com a invenção da escrita.

No Brasil, a primeira biblioteca foi organizada em 1581, no mosteiro de São Bento, em Salvador.

D. João fundou em 1810 a Biblioteca Nacional, que hoje tem cerca de 1.300.000 obras, mais de 600 mil manuscritos, 300 mil mapas e é a maior da América Latina.

nião com os ministros, terça-feira, anunciou a criação de um novo ministério em seu governo: O Ministério da Previdência e Assistência Social; a transformação do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em Secretaria do Planejamento - órgão de assessoramento direto da Presidência da República e a criação do Conselho Nacional do Desenvolvimento.

— "Esta primeira reunião ministerial é o marco inicial de uma ação de equipe que espero, venha a se estender, coordenada e perse-

verantemente, por todo o nosso período governamental, para o devido cumprimento das pesadas responsabilidades que assumimos", declarou o Presidente da República, abrindo a sessão.

Os projetos de criação do novo ministério e da transformação do ministério do Planejamento já foram enviados ao Congresso Nacional.

Sintetizando o pronunciamento do presidente, o jornal "O Estado de São Paulo", em sua edição de ante-onTEM, informa que

"o governo manterá com todo rigor o controle dos preços e dos salários; intensificará o esforço de exportação e eliminará os desperdícios nas importações; manterá a mesma política favorável os investimentos estrangeiros, a fim de permitir que o ingresso de capitais possa equilibrar o balanço de pagamentos, compensando os desajustes provocados pela crise internacional".

Hoje, sexta-feira, o presidente Geisel completa uma semana de governo.

## Domingo a decisão do Campeonato

Bestará um empate na partida de domingo, frente ao Centro Sul, para o Tenente sagrar-se campeão de futebol de Ilha Solteira.

O líder do certame está invicto, sem qualquer ponto perdido. Centro Sul e Centro Norte ainda alimentam esperanças, ambos com 2 pontos perdidos. O Ilha FC já está eliminado, com 4 pontos.

A primeira partida da rodada dupla do próximo domingo será iniciada, no estádio local, às 15 horas, com qualquer tempo. O Centro Norte tentará ganhar do Ilha para depois torcer por uma vitória do Centro Sul sobre o Tenente. Se isto acontecer, as três equipes ficarão com 2 pontos

perdidos e decidirão o título entre si.

O empate, por outro lado, não interessa ao Tenente.

ge embora lhe favoreça. A equipe está tranquila e acha que pode jogar na ofensiva.

## Imposto de Renda:

### Prazo só até 3.a feira

Expira na próxima 3.a feira o prazo de entrega das declarações de rendimentos para os contribuintes que têm imposto a pagar ou direito a restituição.

A agência local do Banco Real S. A. (antigo Banco da Lavoura de Minas Gerais) informa que manterá plantão segunda e terça-feira, das 20 às 22 horas, para receber as declarações dos contribuintes que estiverem impossibilitados de entregá-las durante o dia.

ANEXO D: Fotocópia da Planta de Concepção Original do Projeto Cinturão Verde.

